

Política Democrática

Revista de Política e Cultura • Ano VI • Nº 29



Os 70 anos do
Estado Novo de Vargas



Os 70 anos do Estado Novo de Vargas

Fundação Astrojildo Pereira

SDS · Edifício Miguel Badya · Sala 322 · 70394-901 · Brasília-DF
Fone: (61) 3224-2269 Fax: (61) 3226-9756 – fundacao@fundacaoastrojildo.org.br
www.fundacaoastrojildo.org.br

Política Democrática

Revista de Política e Cultura
www.politicademocratica.com.br

Conselho de Redação

Editor

Caetano E.P. Araújo

Editor Executivo

Francisco Inácio de Almeida

Editor Executivo Adjunto

Cláudio Vitorino de Aguiar

Alberto Aggio
Anivaldo Miranda
Davi Emerich
Dina Lida Kinoshita
Ferreira Gullar
George Gurgel de Oliveira

Giovanni Menegoz
Ivan Alves Filho
Luiz Mário Gazzaneo
Luiz Sérgio Henriques
Raimundo Santos

Conselho Editorial

Alberto Passos Guimarães Filho
Amarílio Ferreira Jr
Amílcar Baiardi
Antonádia Monteiro Borges
Antonio Carlos Máximo
Antonio Ildegardo Alencar
Armênio Guedes
Artur da Távola
Artur José Poerner
Aspásia Camargo
Augusto de Franco
Benedito Monteiro
Bernardo Ricupero
Celso Frederico
Cícero Péricles de Carvalho
Charles Pessanha
Délio Mendes
Denis Lerrer Rosenfield
Fábio Freitas
Fernando Pardellas
Flávio Kothe
Francisco Fausto Matogrosso

Francisco José Pereira
Gildo Marçal Brandão
Gilson Leão
Gilvan Cavalcanti
Hermano Nepomuceno
Joanildo Buriti
José Antonio Segatto
José Bezerra
José Carlos Capinam
José Cláudio Barriguelli
José Monserrat Filho
Luís Gustavo Wasilevsky
Luiz Carlos Azedo
Luiz Carlos Bresser-Pereira
Luiz Eduardo Soares
Luiz Gonzaga Beluzzo
Luiz Werneck Vianna
Marco Antonio Coelho
Marco Aurélio Nogueira
Maria do Socorro Ferraz
Marisa Bittar
Martin César Feijó

Michel Zaidan
Milton Lahuerta
Oscar D'Alva e Souza Filho
Othon Jambeiro
Paulo Alves de Lima
Paulo Bonavides
Paulo César Nascimento
Paulo Fábio Dantas Neto
Pedro Vicente Costa Sobrinho
Raul de Mattos Paixão Filho
Ricardo Cravo Albin
Ricardo Maranhão
Roberto Mangabeira Unger
Rose Marie Muraro
Sérgio Augusto de Moraes
Sérgio Bessermann
Sinclair Mallet Guy Guerra
Telma Lobo
Washington Bonfim
Willame Jansen
Willis Santiago Guerra Filho
Zander Navarro

Copyright © 2007 by Fundação Astrojildo Pereira
ISSN 1518-7446

Ficha catalográfica

Política Democrática – Revista de Política e Cultura – Brasília/DF:
Fundação Astrojildo Pereira, 2007.
Nº 19, novembro de 2007
200 p.

1. Política. 2. Cultura. I. Fundação Astrojildo Pereira. II. Título.

CDU 32.008.1 (05)

Os artigos publicados em Política Democrática são de responsabilidade dos respectivos autores.
Podem ser livremente veiculados desde que identificada a fonte.

Política Democrática

Revista de Política e Cultura
Fundação Astrojildo Pereira

Os 70 anos do Estado Novo de Vargas

2007

Sobre a capa

Para homenagear o arquiteto do Século XX Oscar Niemeyer, em seu centenário de nascimento, que transcorre no dia 15 de dezembro, nossas capa e contra-capa trazem ricos desenhos e fotos de obras nascidas da sensibilidade deste genial artista. Criado em um país que buscava romper com seu passado colonial, vendo na industrialização a chave para eliminar o atraso em que se encontrava, sua arquitetura reflete as mudanças em marcha.

Diplomado em 1934, pela Escola Nacional de Belas Artes, Niemeyer integrou, junto com Lúcio Costa e o suíço Le Corbusier, o grupo de trabalho responsável pela edificação do então Ministério da Educação e Saúde, hoje Palácio da Cultura, no Rio. Em 1940, projetaria na histórica cidade de Ouro Preto, um hotel ao mesmo tempo moderno e respeitoso das linhas arquitetônicas tradicionais do barroco. Contudo, seu trabalho principal, à época, é Pampulha, o novo bairro que projeta nas cercanias de Belo Horizonte. Com a Igreja de São Francisco, por exemplo, rompe com a chamada “ditadura do ângulo reto”, introduzindo a linha curva, para não dizer ondulada, nesse tipo de construção. Em 1946, soava a hora da consagração internacional e ele projetaria nada mais nada menos do que a sede da ONU, em Nova Iorque. Mas o melhor ainda estaria por vir – Brasília.

Oscar realizou os principais projetos da nova capital, do Palácio da Alvorada ao Palácio do Planalto, do Congresso Nacional à esplendorosa Catedral vazada de luz. Tudo em Brasília é leve, como que flutuando no ar. A nova capital empolga o país e o mundo. A tal ponto que André Malraux, célebre escritor e então ministro da Cultura de De Gaulle, não vacilou em dizer que “as únicas colunas comparáveis em beleza às colunas gregas são as do Palácio da Alvorada”. Com o advento da ditadura militar de 1964, Niemeyer – perseguido por suas ligações com o PCB – praticamente se estabelece no exterior. E as portas do mundo se abrem definitivamente para ele. Projeta prédios importantes, como a sede do PC Francês, em Paris, e a da Editora Mondadori, em Milão. Com a redemocratização, volta a trabalhar plenamente no Brasil, projetando duas obras importantíssimas, respectivamente o Hotel Nacional, no Rio, e o Museu de Arte Contemporânea, em Niterói.

Dir-se-ia que Oscar Niemeyer contesta pelo Belo, como a demonstrar que o mundo que ele imagina para o nosso povo tem de ser melhor do que aquele em que leva sua sofrida existência. É a imaginação do gênio recriando o mundo real. E a realidade imaginada é sempre mais bela. Ou seja, o arquiteto percebeu que nas argamassas das construções também pulsam os nossos corações. Mais: que a alma encantadora das ruas é a mais singela das arquiteturas. Com essa ótica, o espaço existe para ser apropriado pelo homem – ou a arquitetura perde a sua razão de ser. E é justamente essa concepção humanista da arquitetura que ele nos deixa como lição.

Sumário

I. Apresentação

Caetano E. P. Araújo.....	11
---------------------------	----

II. Tema de capa. *Os 70 anos do Estado Novo de Vargas*

Ascensão e queda do Estado Novo

Severino Theodoro de Mello.....	15
---------------------------------	----

70 anos depois: busca permanente de um Estado Novo?

Rudá Ricci.....	23
-----------------	----

Lembraí-vos de 1945!

Antonio J. Barbosa.....	33
-------------------------	----

Um auto-retrato do Estado Novo

Simon Schwartzman.....	38
------------------------	----

III. Observatório Político

UGT: uma resposta à crise do movimento sindical

Francisco Pereira de Sousa Filho (Chiquinho Pereira).....	49
---	----

Hiper-realidade ou hipoteoria?

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna.....	55
--	----

Aquecimento global, ecologismo dos pobres e ecossocialismo

João Alfredo Telles Melo.....	64
-------------------------------	----

IV – Batalha das Idéias

***Jeitinho brasileiro* e desigualdades sociais: como o método científico pode exercer violência simbólica**

Tâmara de Oliveira.....	73
-------------------------	----

A problemática atualidade de Gramsci	
Edgardo Mocca	82

A falta que o liberalismo faz	
Carlos Pio	86

V – No compasso das reformas

O fim de uma era	
Almir Pazzianotto Pinto	91

Sindicalismo: autonomia e representatividade	
Augusto Carvalho	94

Os resultados de língua portuguesa da Prova Brasil	
Lucilia Garcez	97

VI – Mundo

O terceiro mandato está na moda na América Latina	
Dina Lida Kinoshita	109

Brasileiros de esquerda no Chile de Allende: protagonismos, divergências, lições	
Alberto Aggio	114

Alguns aspectos do crescimento recente dos Estados Unidos: 1990-2001	
Vitor Eduardo Schincariol	123

Nossa Fronteira Sul	
Cuauhtémoc Sandoval Ramírez	136

VII. Vida Cultural

Realidade e ficção: Apontamentos sobre literatura e a crítica marxista	
Ana Amélia Melo	143

De Antonio das MORTES ao Capitão NASCIMENTO: Mocinhos e bandidos no cinema moderno brasileiro	
Martin Cezar Feijó	152

VIII. Ano Caio Prado Jr.

Depois de quarenta anos, releitura de uma polêmica

Marco Antonio Coelho..... 157

IX. Memória

Centenário de Leôncio Basbaum

Ivan Alves Filho 165

Saudade de Almir Matos

Carlos Henrique..... 168

Uma homenagem a Ivan Ribeiro

Raimundo Santos 170

X. Resenhas

Sob o ponto de vista da política

Gilvan Cavalcanti de Mello..... 185

Código da vida, fragmento de um tratado

Paulo Bonavides 188

Guerreiras da sombra

Uelinton Farias Alves 191

Stefan Sweig: Brasil, um país do presente

Vicente Palermo..... 194



I. Apresentação

Oscar Niemeyer



O SER E A VIDA

 **1950**

Autor

Caetano E. P. Araújo

*Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB)
e consultor legislativo do Senado Federal. caetano@senado.gov.br*

O foco temático da presente edição de *Política Democrática* é a memória do Estado Novo. No dia dez deste novembro, cumpriram-se os setenta anos do início daquele período, marcado pela ocupação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal por tropas da Polícia Militar, a mando do então presidente Getúlio Vargas.

Quatro são os artigos aqui publicados sobre o tema. Severino Theodoro de Mello relata a ascensão e queda do Estado Novo a partir da perspectiva de sua situação à época: prisioneiro do regime, desde a derrota do levante militar de 1935, até 1942. Sua análise revela, evidentemente, o trabalho de reflexão posterior do autor e do Partido Comunista Brasileiro, de que foi militante e dirigente, mas guarda também o esforço de formulação e interpretação dos presos políticos naquele momento, numa situação difícil, a partir de informações restritas.

Rudá Ricci procura a comparação sistemática das características mais relevantes do lulismo, entendido como maneira de governar, com o modelo estado-novista do passado. Antônio Barbosa, por sua vez, ao refletir sobre o período, chama a atenção para o ocaso do regime, incompatível tanto com a nova ordem internacional que surge da derrota do nazi-fascismo, quanto com a mobilização democrática que a guerra provocara no Brasil. A adaptação pragmática aos novos tempos tomaria a forma do “queremismo”, movimento que guardaria semelhança com propostas defendidas ou implementadas hoje, no Brasil e em outros países da América Latina, de defesa da possibilidade indefinida de reeleição.

Simon Schwartzmann, por sua vez, comenta o conjunto de textos preparados nas repartições do regime, dedicados ao histórico e síntese de sua obra política e administrativa.

Está claro que a discussão sobre o Estado Novo está iluminada pelos movimentos da política presente, pela busca de analogias e dessemelhanças, de tendências subjacentes à história brasileira, que irrompem sempre que encontram a conjuntura propícia. Não se trata de construir interpretações esquemáticas, de simplicidade enganosa,

mas de buscar na história elementos para uma reflexão mais fecunda sobre o presente. Penso que os quatro textos cumprem essa função.

Chamam a atenção, no texto de Severino Theodoro de Mello, a fragilidade da democracia brasileira naquele momento, derrotada por um conluio simples do presidente com o comando das Forças Armadas, para impedir, alegadamente, o retorno da velha ordem; assim como o descrédito jogado sobre os partidos políticos e o Congresso Nacional, supostamente espaços exclusivos de interesses particulares.

O texto de Simon Schwartzmann é uma análise do discurso de legitimação do regime: eficiência para a consecução dos grandes objetivos nacionais, com destaque para a modernização, em contraste com a suposta inoperância do regime democrático.

Antônio Barbosa, por sua vez, aponta para a lógica intrínseca ao quererismo, ou seja, mais uma vez, tudo precisaria mudar para continuar como está. Em 1945, esse movimento foi interrompido por mais um golpe, que assegurou a Constituinte sem Getúlio.

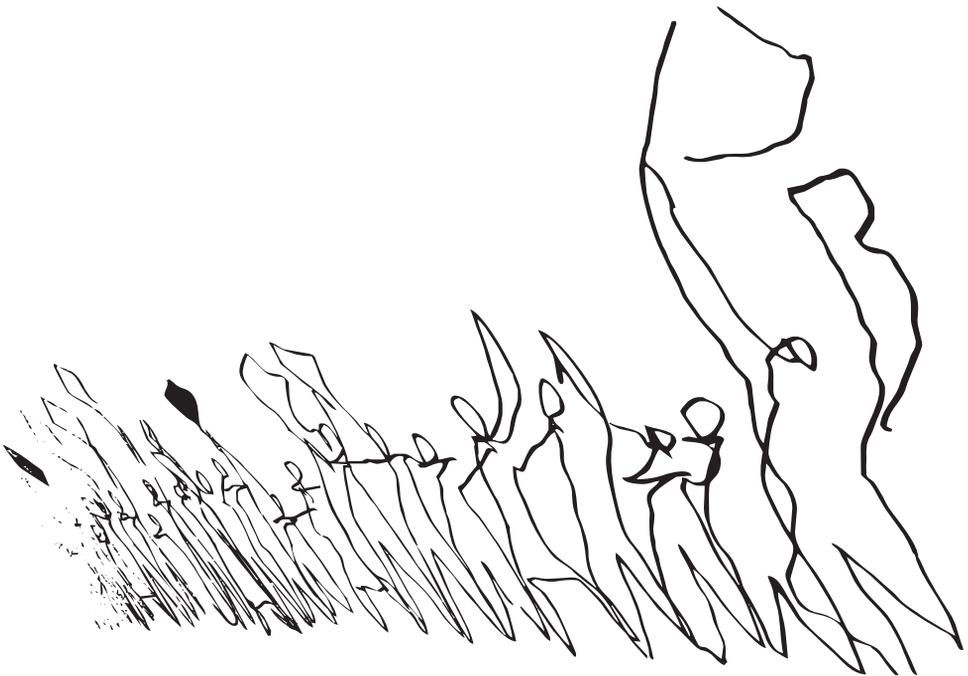
Finalmente, o texto de Ricci identifica, de maneira sistemática, semelhanças e diferenças entre aquela conjuntura e o estilo do governo Lula, em diálogo constante com o trabalho de Werneck Vianna, *O Estado Novo do PT*, publicado no número anterior desta revista.

No fundo, o centro da discussão é, ainda, a questão democrática, que retorna num momento de crise da representação política no mundo, agravada, na América Latina, por uma crise dos partidos políticos da região, num quadro de persistência de profundas desigualdades sociais. Nesse quadro, não há muitas alternativas. A manutenção dos sistemas políticos dos países latino-americanos constitui, na maioria dos casos, inclusive no Brasil, fator de produção e manutenção de instabilidade. O descrédito na política e nos políticos assemelha-se ao de setenta anos atrás. O clamor pela eficiência e rapidez maiores na consecução de objetivos nacionais, hoje menos a modernização e mais a inclusão e a eqüidade, persiste.

A tendência à mudança é, portanto, poderosa. Seus caminhos podem passar, por um lado, pela ampliação e consolidação da democracia, o que implica aperfeiçoar a representação, aumentar a participação e reconhecer a centralidade, nessa perspectiva, do poder local. Podem, contudo, passar também pela regressão da representação, até sua concentração extrema na figura de um presidente da República cada vez menos sujeito a controles constitucionais. A balança, na América Latina, parece pender hoje para essa última opção.



II. Tema de capa



Autores

Severino Theodoro de Mello

Um dos últimos, senão o último, dos remanescentes da insurreição armada de 1935, que dela participou no Recife, na condição de cabo. Ele está em fase final de revisão de seu livro de memórias, com lançamento previsto para 2008. É dirigente histórico do PCB/PPS.

Rudá Ricci

Sociólogo, Doutor em Ciências Sociais, membro da executiva nacional do Fórum Brasil de Orçamento e do Observatório Internacional da Democracia Participativa.

E-mail: ruda@inet.com.br. Site: www.cultiva.org.br. Blog: rudaricci.blogspot.com

Antonio J. Barbosa

Professor de História Contemporânea na UnB.

Simon Schwartzman

Diretor da AirBrasil (American Institutes for Reseach – Brasil), no Rio de Janeiro.

De 1994 a 1998 foi presidente do IBGE. Autor, dentre outros, do livro Bases do autoritarismo brasileiro, A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica (com Micheline Christophe) e Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo.

Ascensão e queda do Estado Novo

Severino Theodoro de Mello

Este 10 de novembro marca os 70 anos do golpe de Estado que enterrou a Constituição liberal de 1934 e impôs a ditadura getulista do Estado Novo. Ao amanhecer daquele dia, um pequeno contingente da Polícia Militar foi posta diante do Senado e da Câmara dos Deputados para impedir a entrada de parlamentares e, às 10 horas, no Palácio do Catete, Getúlio Vargas oficializou, com a sua assinatura, a entrada em vigor da nova Carta e falou à nação, pelo rádio. Em sua edição vespertina, os jornais estamparam uma nota do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, comunicando o apoio do Exército ao novo regime.

À guisa de justificativa para o seu ato, Vargas alinhou duas ordens de argumentos. Começou alegando que a campanha eleitoral em curso, para eleger seu sucessor na Presidência da República, estava se prestando para que Armando de Sales Oliveira, candidato da oligarquia paulista, e Antonio Flores da Cunha, seu aliado e então governador do Rio Grande do Sul, se armassem com o intuito de se imporem pela força à nação, o que os tornava uma grave ameaça à unidade nacional; e que essa conduta dos dois era tanto mais danosa ao Brasil quanto dela se estavam aproveitando os comunistas, que já planejavam atacar as instituições nacionais.

A seguir, Vargas critica acerbamente a Constituição de 1934, que, com seu liberalismo político e sistema representativo estava se mostrando incapaz de fazer face às novas realidades do mundo, que exigem governos fortes, capazes de responder com agilidade e firmeza às crescentes exigências da administração pública e das novas ameaças

internas e externas; governos apoiados em sistemas representativos de novo tipo, em que tenham assento as corporações que dinamizam a economia e onde capital e trabalho encontrem ambiente propício à harmonização de seus interesses. Vargas argumentava que, no sistema da Constituição de 1934, não havia partidos políticos verdadeiros mas ajuntamentos estaduais produzindo parlamentares que, com raras exceções, nada conheciam dos problemas nacionais e cuidavam apenas de seus interesses eleitorais e negócios privados.

Para os cerca de 150 companheiros que então nos encontrávamos presos no Recife, condenados ou aguardando julgamento pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) como implicados na insurreição de 1935, a chegada de um regime de tipo fascista passara a ser uma possibilidade a considerar desde que, em março de 1936, o estado de guerra fora criado e, pouco tempo depois, o Superior Tribunal Militar deixou de ser a corte de apelação das sentenças proferidas pelo TSN, função que passou para a competência desse próprio tribunal, com o que ele ficou afastado do sistema jurídico do país. Com esse estado de guerra, que durou 14 meses, tivemos suprimidos, no presídio, quase todos os direitos que a lei estabelecia para o preso político, principalmente a de receber visitas regulares de familiares e amigos, jornais e livros.

Assim vivemos até começos de junho de 1937, quando, por exigências constitucionais, o estado de guerra teve fim. Recobramos, então, todos aqueles direitos que haviam sido privados, e os companheiros contra quem não havia culpa formada – e eles somavam dezenas – recuperaram a liberdade. A Constituição mandava cessar todo estado de exceção 180 dias antes da data estabelecida para as eleições, e a que deveria escolher o substituto de Vargas estava marcada para 3 de janeiro.

Livres agora daquelas restrições, que se destinavam principalmente a nos privar do conhecimento do que acontecia além dos muros da prisão, lançamo-nos à busca de compreensão do que se passava no Brasil. Em começos de setembro, o quadro que havíamos composto mostrava um presidente em fim de mandato, sem candidato próprio capaz de eleger-se, manobrando para evitar o pleito, porque sabia que a vitória do candidato oposicionista traria de volta ao poder a plutocracia paulista derrotada em 1930. Além disso, a esse candidato estava aliado o governador Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, que de há muito trabalhava para arrebatar a Vargas a condição de líder político máximo gaúcho e nacional. Para evitar o julgamento das urnas, o único caminho legal de que este dispunha era conseguir do Congresso Nacional emenda constitucional que abrisse as portas à prorrogação do seu mandato, mas, para tanto, precisava do apoio dos governadores dos demais estados, controladores que eram dos votos de suas

bancadas no Congresso, e para isso Vargas lhes oferecia que com a emenda constitucional haveria também a prorrogação dos seus mandatos. Mas três desses governadores haviam repellido esse caminho: os da Bahia, Pernambuco e Santa Catarina, e os votos controlados pelos demais não bastavam para alcançar os 2/3 exigidos pela Constituição.

Enquanto isso, era evidente a expansão mundial da ideologia fascista, em detrimento das democrática e liberal, fenômeno pelo qual se rejubilavam certos círculos civis e militares brasileiros. As relações políticas do Brasil com a Alemanha e a Itália vinham se tornando, a cada dia, mais estreitas, e, com o acordo dos marcos compensados, firmado no ano anterior, a nossa economia passava a ter, nas exportações para a Alemanha, seu pólo mais dinâmico e promissor.

Estávamos nesse pé quando desabou sobre o país, com o maior estardalhaço, uma sucessão de notícias que levavam a crer que o Exército estava em marcha batida para desfechar um golpe e assumir o poder.

Tudo começara com uma declaração do general Goes Monteiro, de que o Estado Maior do Exército, do qual ele era o chefe, havia apreendido o que ele chamou de Plano Cohen, que revelava estar iminente um sangrento golpe comunista. Feita em meados de setembro, a essa “descoberta” do general teria se seguido uma reunião sigilosa de generais, convocada pelo ministro da Guerra, da qual saíra a decisão de conjurar o perigo comunista por meio da tomada do poder pelos militares. E na seqüência dessa reunião tinha havido a decretação do estado de guerra e a, seguir, a defenestração de Flores da Cunha do governo do estado sulino.

Se alguma dúvida nos restasse, naquela manhã de 10 de novembro, de que o golpe tinha esse caráter, ela teria sido desfeita depois do encontro de um oficial superior da 7ª Região Militar, com Silo Meireles, no final da tarde daquele dia. Esse oficial fora incumbido de dar-lhe conhecimento do que era o novo regime e, segundo Silo em seguida nos informou, o tal oficial encerrara sua informação com a frase “agora, manda a espada”. A lembrança do que havia sido aquele ano e pouco sob o primeiro estado de guerra, não nos deixava alternativa senão esperar o pior desse segundo, de vez que este, agora, estava a serviço de um regime de tipo militar fascista. E quando nos deitamos para dormir, pairava sobre nossos pensamentos aquela frase como o rasga mortalha agourento de uma coruja vestida de verde oliva.

Mas acordamos, na manhã seguinte, sem encontrar qualquer mudança contra nós, e o mesmo foi acontecendo nos dias, semanas, meses, até que, com a anistia, deixaram a prisão os últimos presos políti-

cos que ali ainda restavam. Talvez porque nós, presos políticos, já não apresentávamos ameaça real a Vargas e ao regime, ou porque ele, político com vista de longo alcance, como era, vislumbrasse a vantagem de nos guardar como carta de baralho político que, algum dia, poderia ser-lhe útil. O fato é que, em todo o período do Estado Novo, em nenhum momento, sofremos qualquer restrição aos nossos direitos, seja no presídio do Recife, seja na ilha de Fernando de Noronha, onde fomos reunidos, em março-abril de 1939, os presos sentenciados do Rio de Janeiro, Recife, Natal, Alagoas e, mais adiante, um grupo de São Paulo, seja, enfim, na Ilha Grande, para onde fomos transferidos depois dos torpedeamentos de navios brasileiros na costa leste americana.

A verdadeira história do golpe de 10 de novembro está contada por Hélio Silva, no volume de sua obra *A Era de Vargas*, que trata do assunto. Segundo ele, o golpe resultou de uma proposta de Vargas ao seu ministro da Guerra, no dia 18 de setembro. Vargas vinha daquela fracassada tentativa de prorrogação do seu mandato e, na conversa com Dutra, depois de mostrar suas preocupações com Armando Sales, Flores da Cunha e os comunistas, e da acusação à democracia e ao Congresso de não o deixarem governar, propôs-lhe uma revolução feita de cima para baixo, pelo próprio governo, para mudar o regime e reformar a Constituição. Dutra respondeu que podia contar com ele, mas não podia avançar tanto a respeito do Exército. Com esse objetivo e já havendo antes ouvido a opinião de alguns chefes militares, ele promoveu uma reunião de generais, no dia 27, para dar-lhes conhecimento da proposta e deliberarem a respeito. O plano consistia em, obtida a concordância dos generais, arrancar do Congresso a decretação de novo estado de guerra e, apoiado nele, derrubar Flores da Cunha do governo do Rio Grande do Sul e anular a convocação das eleições. O plano foi executado e o golpe marcado para 15 de novembro.

No entanto, o ambiente no Exército não era o de concordância total. Hélio Silva cita os generais Pantaleão Pessoa, Manuel Rabelo, Pompeu Calvanti, Coelho Neto, Pantaleão Teles Ferreira e o coronel Eduardo Gomes como militares de alta patente que, desde cedo, se haviam manifestado contrários ao golpe em preparação, e constata que a oficialidade em geral mantinha-se indiferente ao que ocorria nos altos escalões. E que deve ter sido por isso que os ministros militares resolveram que as Forças Armadas não tomariam a iniciativa do desfecho do golpe, apoiariam o que fosse deliberado pelo chefe da nação e pelos políticos.

O último fato militar, antes de desfechado o golpe, corrobora com aquela observação de Hélio Silva sobre o alheamento da oficialidade em geral. Na noite de 8 de novembro, o que deve explicar o cuidado

na nota de Dutra de atribuir a Vargas e aos políticos e as pessoas para tanto competentes a autoria do golpe e até a demora para dar a público o comprometimento do Exército, Armando de Sales Oliveira lança manifesto, dirigido aos chefes militares, denunciando a iminência do golpe e concitando a resistirem a ele. Portadores especiais percorreram a cidade levando cópias aos militares. Exemplares foram mandados para São Paulo. Na manhã do dia 9, ele é lido das tribunas da Câmara e do Senado. Ao anoitecer, Dutra comunica a Vargas que o manifesto estava sendo distribuído nos quartéis, e que ele não garantiria a manutenção da ordem se não fossem tomadas medidas de repressão. Deliberou-se, então, antecipar a data do golpe para o dia seguinte, 10 de novembro, e que o Congresso seria fechado. Dutra discordou do emprego de tropa do Exército para isso, daí haver cabido à Polícia Militar cercar o Senado e a Câmara.

O acompanhamento que fiz dos oito anos de vida do Estado Novo, do seu nascimento, acima descrito, ao golpe militar de 29 de outubro de 1945, que a História registra como a data de óbito do regime, se divide em duas fases, a primeira das quais vai até junho de 1942 quando recobrei a liberdade por cumprimento da pena.

Enquanto permanecemos no Recife, nossa fonte de informações era a imprensa pernambucana, que cada vez mais se reduzia a um boletim divulgador de atos administrativos de Vargas e de comentários laudatórios ao “chefe da nação”, como passou a ser referido. Mesmo assim, podíamos ver que o fascismo não estava com a bola cheia no Estado Novo. Primeiro, eram as contradições internas existentes no Brasil, não as contradições *em tese*, mas as reais, que havíamos visto se entrechocando naqueles cinco meses em que estivemos livres do estado de guerra. O regime não as resolveria, nem elas deixariam de existir por decreto, como se diz. A essas viriam juntar-se, depois, as provocadas por duas medidas governamentais que atingiam, diretamente, a influência nazista nas colônias alemãs no Sul do país. Uma delas foi a obrigatoriedade do aprendizado da língua portuguesa pelos descendentes de alemães, e o ensino de nossa língua nas suas escolas; a outra, foi a proibição da existência de núcleos do partido nazista entre os colonos de origem germânica. (Mas, surpreendentemente, o Estado Novo praticamente acabaria, ao atingir sua meia vida, pelo desembarque, dele, de dois de seus três pilares de sustentação, conforme veremos logo adiante). Embora esses jornais dedicassem pouco espaço à situação internacional e publicassem apenas um sumário dos despachos das agências de notícias européias, ainda assim podiam-se ter notícias dos principais acontecimentos que tinham lugar na Europa. Assim, podemos acompanhar a maneira impassível como

os governos inglês e francês assistiam a toda preparação alemã para a guerra, na esperança de que Hitler a desencadeasse contra a União Soviética, onde havia muito ‘espaço vital’ para ele ocupar.

Quando chegamos a Fernando de Noronha, onde já estavam os companheiros idos do Rio de Janeiro, o começo da guerra já estava com os dias contados. Esses companheiros haviam levado um rádio de ondas curtas, e por ele acompanhamos o ataque alemão à Polônia, que levou a Inglaterra e a França a declararem guerra a Alemanha, um compasso de espera de nove meses, até que Hitler ataca na frente ocidental, e vence a guerra em cinco semanas.

No dia 11 de junho de 1940, quando os franceses já estavam de joelho e os ingleses haviam sido expulsos para sua ilha, levando apenas as roupas que vestiam, ouviu-se, pela última vez, a voz de Vargas recitando o slogan fascista de que o mundo é dos regimes fortes, e não tem lugar para nações com regimes liberais e democráticos. Na verdade, essas palavras já deviam soar falsas a seus ouvidos, pois àquela hora ele sabia bem como os Estados Unidos de Roosevelt já se preparavam para enfrentar os alemães, e como o potencial militar americano era superior ao de Hitler e seu recém aliado na guerra, a Itália. Passado um ano, quando Hitler já dominava toda a faixa fronteira que vai da Finlândia à Bulgária, invade o país socialista. Nenhum Estado-maior de Exército de qualquer país deu mais do que três meses para que os alemães destruíssem o Exército Vermelho. Ao que parece, todos eles acreditavam nas mentiras de Hitler de que os russos estavam prestes a atacar a Alemanha, caso em que os seus exércitos, inclusive as reservas estratégicas, estariam cerrados sobre a fronteira. Como a vida mostrou, isso não era verdade. A União Soviética reconhecia sua desvantagem inicial diante dos alemães, e se preparou para uma troca de terreno por tempo, para por em pé de guerra todo seu potencial militar, e quando, passados seis meses, aconteceu Pearl Harbor, os alemães estavam detidos e fixados diante de Moscou e Leningrado, esta, cercada e o mito da invencibilidade do soldado alemão estava quebrado.

Ao ser instaurado, o Estado Novo se assentava sobre três pilares: Vargas, que levava consigo o prestígio de que gozava entre as massas trabalhadoras, prestígio que não parou de crescer com o correr do tempo; os militares, estes, pelo menos de início, com aqueles desencontros citados, e as chamadas classes produtoras, e não só aquelas tradicionais, que exportavam matérias primas e alimentos para a Alemanha, ou dela importavam produtos industrializados, desde 1936, beneficiados pelo acordo dos marcos compensados. Desse pilar participava também um novo ramo da burguesia industrial, aquela que em consequência da crise da Grande Depressão, que reduziu

drasticamente nossa capacidade de importar máquinas, motores e ferramentas, começou a produzir esses itens, sempre estimulados e financiados por Vargas, que lhes assegurava crédito barato, com o que vinham alargando o leque de substituição de importações. Eles não produziam para a Alemanha, mas para o mercado interno. Prevendo o início da guerra, Vargas forneceu-lhes créditos baratos e a longo prazo, para que estocassem matérias primas e insumos para a fabricação garantida de seus produtos. Era nessa nova burguesia que Vargas tinha apoio firme em São Paulo, e assim continuaria a ser, depois do Estado Novo.

Vargas, por seu lado, nunca foi tão entusiasta do estreitamento das relações com a Alemanha e a Itália, ao ponto de esquecer que os Estados Unidos eram, então, os compradores de 25 por cento de toda a exportação brasileira; nem tão ignorante das coisas militares que não soubesse que o Brasil se encontrava inapelavelmente no campo da geopolítica americana. Assim, ele teve como ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, conhecido antifascista e amigo declarado dos Estados Unidos, país, aliás, onde havia sido nosso embaixador nos dois anos que antecederam o Estado Novo.

Com a guerra e o bloqueio naval mútuo, estabelecidos pela Grã-Bretanha e a Alemanha, o nosso comércio com esses dois países diminuiu até quase parar, e os que se beneficiavam do acordo dos marcos compensados viram sua galinha dos ovos de ouro fugir-lhe pelos dedos. Por seu lado, mesmo antes da guerra eclodir, a convite do governo americano, Getúlio aceitou entabular entre os dois países, no nível de chefes de Estado Maior de seus respectivos exércitos, conversações a respeito da localização estratégica do saliente nordestino e do papel que Natal (RN) e Recife (PE) poderiam exercer para a defesa do continente como bases aeronavais.

Foi então que aconteceu Pearl Harbor, os Estados Unidos entraram na guerra e, no Encontro de Chanceleres das Américas, realizado em janeiro do ano seguinte, colocaram duas questões que, de fato, liquidaram com o Estado Novo: exigiram a solidariedade dos países do continente que, em reunião da União Pan-americana, haviam prometido a qualquer país do continente que fosse agredido por outro de fora, o que significava entrarem na guerra; e, ao mesmo tempo, comprometiam-se a comprar dos países do continente tudo quanto eles produzissem de uma extensíssima lista de coisas destinada aos esforços de guerra americano. Para o governo brasileiro, a solidariedade limitou-se, no começo, à cessão de bases aeronavais naquelas duas cidades. Para os nossos órfãos do comércio com a Alemanha, aquela pronta compra, à vista, do que eles produzissem, representava uma

providencial tábua-de-salvação, ou melhor, um bote salva-vidas recheado de dólares. Que restava, assim, do Estado Novo, senão a casca institucional que teimava em sobreviver?

O golpe foi sentido pela Alemanha e a Itália que, imediatamente, torpedearam cargueiros brasileiros que se aproximavam de portos americanos, como a confirmar que já nos consideravam do outro lado. Foi nesse momento que cheguei ao Rio de Janeiro, e a dúvida que ocupava a cabeça dos anti-fascistas era se Getúlio tinha mesmo mudado de opinião e desembarcado do Estado Novo ou se seus atos eram falsos. A vida mostrou que eram para valer.

O sentimento anti-nazista, que já vinha crescendo no país, sobretudo depois da entrada dos americanos na guerra, explodiu em manifestações de massas, nas capitais e em algumas cidades maiores, exigindo a declaração de guerra dos países do Eixo e a demissão do governo de conhecidos fascistas, quando cinco navios fazendo cabotagem foram torpedeados quase simultaneamente, na costa sergipana, causando a morte de mais de cem passageiros e tripulantes. Dessas manifestações resultaram a declaração de guerra à Alemanha e à Itália, e a demissão de Felinto Muller, da chefia da polícia da capital federal.

Todas essas manifestações tiveram seu papel na liquidação do Estado Novo, mas elas movimentaram quase que exclusivamente pessoas já politizadas. A grande mobilizadora e educadora permanente de massas, que movimentou toda a população brasileira por todo o período em que ela esteve no teatro de guerra, foi a FEB. Ninguém no Brasil deixou de saber da sua existência, de torcer diuturnamente por seu sucesso, de odiar o inimigo que ela fôra combater. E em torno da FEB, nasceu e se desenvolveu, por todo o tempo em que ela esteve nos campos de batalha, um dos mais amplos e duradouros movimentos de solidariedade de massas já criado no Brasil, no qual se destacou, especialmente o das ‘madrinhas’, que mobilizou milhares de jovens, esposas, filhas, namoradas, amigas, colegas de estudo, e mesmo desconhecidas, que se correspondiam e enviavam pequenos presentes para os pracinhas que estavam no *front*.

O golpe de 20 de outubro de 1945 teve seu papel na destruição do Estado Novo, escrevendo seu atestado de óbito.



70 anos depois: busca permanente de um Estado Novo?

Rudá Ricci

1. O Estado Novo ainda é uma intenção política?

Recentemente, dois fatos fizeram emergir o Estado Novo das catacumbas da história política do Brasil. O primeiro foi a proposição de Luiz Werneck Vianna (IUPERJ), esboçada em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo* (de 05 de agosto) e na Conferência Caio Prado Júnior, sobre as coincidências entre o governo Lula e o ideário que gerou o trabalhismo brasileiro. Foi além e sugeriu que a presença corporativa de trabalhadores e empresários nos fóruns de concertação das propostas governamentais, a dificuldade presencial de conciliar interesses conflitantes e a centralização “ostensiva” são traços de um “Estado Novo do PT”. “É mais do que metáfora”, avaliou Werneck Vianna em sua entrevista. Multiplicam-se os sinais de esvaziamento da confiança política a partir do Legislativo. Lula estaria catapultado pela popularidade que se soma ao declínio dos partidos e a banalização dos escândalos parlamentares.

Em seu artigo publicado na Revista Política Democrática nº 18, Vianna argumenta:

Assim, o governo que, no seu cerne, representa as forças expansivas no mercado, naturalmente avessas à primazia do público, em especial no que se refere à dimensão da economia – marca da tradição republicana brasileira –, adquire, com sua interpelação positiva do passado, uma certa autonomia quanto a elas, das quais não provém e não lhe asseguram escoras políticas e sociais confiáveis. Pois, para um governo originário da esquerda, a autonomia diante do núcleo duro das elites políticas e sociais que nele se acham presentes, respaldadas pelas poderosas agências da sociedade civil a elas vinculadas, somente pode existir, se o Estado traz para si grupos de interesses com outra orientação. A composição pluriclassista do governo se traduz, portanto, em uma forma de Estado de compromisso, abrigando forças sociais contraditórias entre si – em boa parte estranhas ou independentes dos partidos políticos –, cujas pretensões são arbitradas no seu interior, e decididas, em última instância, pelo chefe do poder executivo. Capi-

talistas do agronegócio, MST, empresários e sindicalistas, portadores de concepções e interesses opostos em disputas abertas na sociedade civil, encontram no Estado, onde todos se fazem representar, um outro lugar para a expressão do seu dissídio. Longe do caso clássico em que o Estado, diante da abdicação política das classes dominantes, se erige em “patrão” delas para melhor realizar os seus interesses, a forma particular desse Estado de compromisso se exprime na criação, no interior das suas agências, de um parlamento paralelo onde classes, frações de classes, segmentos sociais, têm voz e oportunidade no processo de deliberação das políticas que diretamente os afetam. Nesse parlamento, delibera-se sobre políticas e se decide sobre sua execução. À falta de consenso, o presidente arbitra e decide.

O segundo elemento da conjuntura a levantar suspeitas foi a recorrente proposta de líderes petistas sobre a possibilidade de mudança constitucional que possibilitaria a disputa de Lula para um terceiro mandato. Não seria um exagero, se tal proposta se configurar como algo além de discurso, relacionar este desejo com as movimentações queremistas de Hugo Chavez.

O objetivo explícito deste artigo é ponderar sobre os traços do Estado Novo getulista e as características do que podemos denominar como lulismo. Os dois fenômenos políticos são emblemáticos do modo de fazer política popular em nosso país. Um tema central para entendermos os rumos de nossas experiências democráticas. Começemos pelo Estado Novo de Getúlio Vargas.

Skidmore, em seu livro *Brasil: de Getúlio a Castelo* se pergunta quais as bases políticas que teriam gerado um golpe de Estado quando, três anos depois da política nacional (em 1934) ter se reavivado. A resposta que o autor sustenta é a habilidade de Getúlio Vargas em manipular as forças políticas, umas contra as outras. Esta é uma das características importantes do Estado Novo: a manipulação política a partir do poder central, diminuindo o grau de autonomia das agremiações partidárias. A manipulação do período, conturbado internacionalmente, tinha um aspecto peculiar: o constante discurso sobre as intenções subversivas de algumas lideranças. A ameaça era diariamente repisada por um Congresso Nacional de maioria conservadora, tendo à frente parlamentares como Raul Fernandes, que produziu os primórdios de uma ideologia de segurança nacional. Por sua vez, o discurso cada vez mais radical de Prestes, sustentando todo poder à Aliança Nacional Libertadora, dava o pano de fundo necessário para que a paranóia política ganhasse alguma veracidade. A reação do governo varguista foi imediata e, além de fechar a ANL, mandou prender muitas lideranças de esquerda. A campanha eleitoral de 1936–1937 (para eleições

presidenciais previstas para 1938, sem a possibilidade de reeleição de Vargas) ficou, assim, circunscrita à candidaturas de centro-direita (Armando de Sales Oliveira, da UDN; José Américo de Oliveira e o integralista Plínio Salgado).

Para os fins deste artigo, contudo, interessa analisar as características do Estado Novo, embora o jogo político armado por Getúlio Vargas defina seus contornos desde o início. Os tempos são outros e as forças do espectro político de centro têm, hoje, uma posição muito mais proeminente que a que ocorria nos anos 30. Vale, contudo, reafirmar como um Congresso Nacional conservador e submisso às vontades do governo federal facilitaram a manipulação política para o continuísmo de Vargas no poder.

O Estado Novo, na literatura especializada, se configura como um Estado Planejador (em Octavio Ianni) e de construção da unidade nacional. Até então, os governos estaduais possuíam grande autonomia administrativa e política. Empréstimos com agências internacionais eram negociados diretamente pelos governadores. Áreas sociais, como trabalho e educação, eram facultadas à ação estadual, embora desde 1930 esta situação se alterasse rapidamente.

Além da maior intervenção e participação do Estado na condução econômica (incluindo criação de empresas estatais nas áreas de transporte e empresas de economia mista em indústrias de base), em 1938, Vargas inaugura a construção de um forte aparato burocrático. Com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o aumento do controle político sobre a ação pública e a definição de um padrão de excelência de todo serviço estatal passou a ganhar contornos sólidos.

Na área estritamente política, ou da engenharia política, Vargas comandou, a partir da nova burocracia federal e centralização da política num regime autoritário, a desmontagem das máquinas políticas em federações de destaque na política nacional, como São Paulo e Minas Gerais. Vargas apoiou ostensivamente forças oposicionistas em vários estados, criando uma rede de alianças regionais. Este foi o caso de Francisco Campos, em Minas Gerais. Em outras palavras, mesmo com o poder político em suas mãos, nunca deixou de armar uma aliança local ao redor das benesses e apoios que partiam do governo federal. Prática, aliás, que já se disseminava desde a nomeação de “interventores” estaduais.

Outro de seus movimentos significativos foi a construção de uma legislação previdenciária que procurava ocupar o espaço antes reservado às forças de esquerda e sindicatos. Nascia daí o trabalhismo. O Ministério do Trabalho passou a controlar a estrutura sindical nacio-

nal, via reconhecimento legal ou adoção do imposto sindical (distribuídos aos sindicatos a partir do Ministério). Em 1944, num importante discurso, conclamou os trabalhadores a se filiarem aos sindicatos e encaminharem uma revolução na mentalidade nacional. A partir do Estado Novo foram fixados os primeiros salários mínimos nacionais.

Finalmente, no que diz respeito à política externa, Vargas transitou, durante o Estado Novo, entre o apoio ao Eixo ou aos EUA e aliados anti-nazistas. Tirou proveito desta oscilação calculada e, a partir dela, conseguiu dividendos importantes dos EUA (via Export-Import Bank) para promover a siderurgia nacional (o Plano Siderúrgico Nacional foi esboçado ainda em 1940), a aeronáutica e programas de cooperação técnica em algumas áreas sociais.

Mas o fim da Segunda Guerra Mundial alimentaria uma vaga liberal-democrática e, com ela, o avanço da oposição ao Estado Novo, materializada inicialmente no Manifesto dos Mineiros.

É possível destacar, sumariamente, algumas características do Estado Novo que podem sustentar uma base de comparação com o lulismo. Seriam elas:

- a) Congresso Nacional conservador e manipulável a partir do poder central, conferindo maior poder decisório ao presidente da República;
- b) Articulação política dos estados a partir das benesses e apoios político-financeiros às forças regionais muitas vezes minoritárias que se comprometessem a apoiar o projeto nacional varguista;
- c) Construção de uma forte burocracia estatal federal, profissionalizada;
- d) Consolidação de um projeto de desenvolvimento industrial a partir do Estado, via negociação de investimentos norte-americanos e instalação de indústrias estatais ou de capital misto;
- e) Formatação do trabalhismo, política federal de organização do mercado de trabalho a partir do controle estatal federal e emergência de políticas previdenciárias e trabalhistas nacionais;
- F) Montagem de um Estado corporativo, com negociação de políticas nacionais a partir de concertações com elites econômicas e trabalhistas, em fóruns específicos criados pelo governo federal.

2. O Lulismo está construindo um Estado Novo contemporâneo?

A pergunta é instigante. O que aproximaria o lulismo do Estado Novo varguista? O primeiro passo é compreender o que seria o lulismo. Lanço mão de uma tentativa de explicação que esbocei em ensaio publicado na Revista Lutas Sociais, da PUC-SP (segundo semestre de 2005).

Neste ensaio, sustento que o lulismo não é, ainda, um movimento político, mas uma engenharia política ou modelo gerencial de Estado e governabilidade política. Não possuiria, portanto, um projeto de desenvolvimento nacional. O que sugiro é que a engenharia política de montagem do ministério é um arranjo que acomoda várias proposições de desenvolvimento. A área econômica é evidentemente mais liberal que alguns ministérios como os do desenvolvimento social ou desenvolvimento agrário. O núcleo duro de gerenciamento do governo é mais centralizador e desenvolvimentista (ou neo-desenvolvimentista). Há conflitos evidentes entre o gerenciamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os gestores da política ambiental federal.

O segundo turno das eleições presidenciais passadas geraram uma pequena inflexão na formulação do lulismo, aumentando sua aproximação com lideranças empresariais e políticas estaduais e regionais. Segundo levantamento realizado pelo Instituto Cultiva, 13 dos governadores eleitos comandam entre 50% e 75% das bancadas estaduais no Congresso Nacional. Lideranças de grandes produtores de grãos (em especial, sojicultores) negociaram apoio a Lula e foram decisivos na queda do crescimento da oposição nos estados do Sul. Lula iniciou, a partir de então, a construção de uma teia de lealdades regionais, combinada com uma ofensiva sobre partidos oposicionistas, notadamente o DEM e o PSDB. No caso do DEM, operou para sua desidratação (termo utilizado pelo deputado ACM Neto, admitindo a perda de parlamentares e prefeitos para partidos aliados ao governo federal). No caso do PSDB, o lulismo administra e incentiva a disputa interna, envolvendo os governos de Minas Gerais e São Paulo, o que sufoca outros expoentes do tucanato.

O governo de “coalizão”, termo cunhado pelo próprio presidente da República, nunca foi tão concreto como neste início de segundo mandato. Formatado a partir de distribuição de cargos e verbas públicas.

Enquanto modelo gerencial e de governabilidade política, o lulismo possui uma ação marcada pelo pragmatismo que objetiva sua manutenção e reprodução enquanto força política. Forjou-se a partir da campanha de 1994, mas atingiu sua configuração atual em 2002, quando se arquitetou a campanha presidencial, cristalizando-se com a

divulgação da Carta ao Povo Brasileiro, em junho daquele ano. Alterou profundamente o projeto inicial petista, que se orientava por um discurso estratégico oposto, afiliado à lógica dos movimentos sociais que emergiram nos anos 80 que, por sua vez, sustentavam-se na declarada autonomia política (frente ao Estado e aos órgãos de representação política), à organização horizontalizada (com prevalência dos mecanismos de democracia direta), cujo discurso assentava-se no anti-institucionalismo e anticapitalismo. O discurso de então era popular, objetivava a inclusão social e política de amplas massas que se sentiam desalentadas. O discurso petista sempre foi, até então, difuso e sensibilizou muitas organizações e lideranças populares justamente porque nunca adotou um referencial teórico muito nítido. Não por outro motivo, o discurso original petista foi sempre moralista, mais crítico que propositivo. Daí seu forte apelo de massas, crítico, irônico, autônomo e, muitas vezes, aproximando-se do messianismo e do discurso mágico carismático. Sabe-se que o discurso carismático procura compor as inúmeras demandas sociais pela identidade afetiva, pela indignação em relação às injustiças sociais e pela promessa de mudança radical.

Contudo, por incapacidade política desta matriz discursiva original superar o comunitarismo e forjar uma nova institucionalidade política, outras correntes políticas que fundaram o PT e que, até então apareciam como marginais na constituição da identidade petista, passaram a ocupar espaços estratégicos e, paulatinamente, reconstruir o projeto partidário. Esta inflexão que ocorre nas sombras, sem alarde, teve início no interior da estrutura burocrática da seção paulista do PT. Ali, pela primeira, uma estrutura burocrática se consolida, criando no partido um primeiro sistema de controle político interno, a começar pela mobilidade dos funcionários da Secretaria de Organização e, mais tarde, da Secretaria Geral da Executiva Estadual do PT paulista. Na segunda metade dos anos oitenta, esta estrutura de controle consolida um núcleo dirigente, com nítida função política sobre o conjunto dos diretórios municipais paulistas. Tal estrutura de controle terá na Executiva Estadual da seção paulista do PT seu núcleo duro de direção. Este núcleo de controle instalado no coração da burocracia partidária era composto por dirigentes de antigas organizações de esquerda, o que alterava significativamente o escopo teórico-conceitual original do PT. O primeiro sinal de avanço desta nova força política sobre a prática partidária foi o controle das campanhas eleitorais majoritárias do PT, no início dos anos 90. A partir de então, o discurso de campanha e seu programa, a agenda dos candidatos e o perfil de marketing passaram a ser mais e mais controlada pela burocracia partidária. O passo seguinte foi a conquista, pela burocracia partidária paulista, da Executiva Nacional do PT, passo

que se revelou mais complexo. A figura pública central deste rearranjo foi o ex-ministro José Dirceu, cuja carreira no interior da direção partidária ilustra a trajetória deste segmento burocrático, distinta do que ocorria com líderes sindicais e de movimentos sociais ou até assessores dessas organizações sociais. A direção partidária, que até então se forjava e se legitimava nas frentes de luta sociais, passava a assumir um novo papel, onde o conhecimento e localização da distribuição das diversas forças políticas partidárias e a capacidade de negociação ou controle da política interna suplantavam a capacidade de mobilização de massas. O saber partidário, enfim, se alterava.

As campanhas eleitorais presidenciais de 1994 e 1998 incorporaram outro elemento que se associou ao poder político da burocracia partidária: o saber técnico na construção do programa partidário. Até então, o programa partidário e de campanhas eleitorais era construído a partir de um complexo mecanismo de consulta e formulação gradativa dos consensos. Foi assim nas campanhas estaduais da década de 80 e na campanha presidencial de 1989. Os coordenadores de área lançavam mão de consultas regionais e às diversas forças partidárias para compor um programa que retratava um discurso hegemônico do partido. Este método era uma clara herança da matriz discursiva original do PT, onde o consenso era construído a partir de mecanismos de participação direta dos filiados do partido. A partir de 1994, esta metodologia foi se alterando rapidamente e os profissionais de cada área, articulados pelo corpo técnico de economistas e, mais tarde, pela direção de campanha e de marketing, assumiram um papel decisivo (ou mesmo exclusivo), na elaboração das propostas partidárias. Assim, perdeu-se um mecanismo inovador de formação política da militância, que era instada a estudar e formular políticas públicas. A partir da segunda metade dos anos 90, o saber técnico passou a substituir os mecanismos de consulta de base.

A fusão do poder da burocracia partidária com o poder do saber técnico gerou uma nova estrutura partidária, mais centralizada, mais profissional, mais técnica e menos dinâmica e participativa que deu vazão, ao que denominamos de lulismo. O lulismo, em outros termos, é mais personalista e centralizador e busca a sua legitimação pela precisão técnica, pela negociação, pelo controle político e pela sedução do discurso afetivo da liderança partidária. É, efetivamente, o oposto do processo de legitimação do primeiro período do PT, onde o consenso construído num longo processo de debates internos, com ampla participação e poder da base partidária é que definia a confiança interna e legitimava a direção partidária. Assim, no primeiro momento, a direção e a liderança partidária eram depositários da construção e do consenso forjado no interior da agremiação. Num segundo momento,

os sinais se inverteram e a base partidária passou a ser convidada a seguir e a se convencer do discurso produzido pelos dirigentes e lideranças do partido.

O lulismo é, portanto, uma nova faceta da organização, prática e discurso petistas. É mais técnico e mais negociador com a sociedade. É mais pragmático e flexível para com as forças políticas externas, buscando recompor a correlação de forças partidárias, na tentativa da montagem de um projeto hegemônico que sustente a sua reprodução política. Mas é mais inflexível com as forças internas do partido, porque mais controlador, mais centralizador e menos pluralista.

O lulismo compõe-se de três matrizes discursivas mais nítidas que sustentam um equilíbrio dinâmico interno, assumindo um movimento pendular que privilegia, circunstancialmente, uma ou outra concepção. São elas: o pragmatismo sindical, o vanguardismo e burocratismo partidário e o discurso técnico de gerenciamento do mercado.

Esta breve caracterização do que seria o lulismo oferece uma linha interpretativa que se presta à comparação com o Estado Novo varguista. Sinteticamente, é possível estabelecer algumas referências de análise, a saber:

INDICADOR	VARGUISMO	LULISMO
RELAÇÃO COM CONGRESSO NACIONAL	Congresso Nacional conservador e manipulável a partir do poder central, conferindo maior poder decisório ao presidente da República	Congresso Nacional conservador. Negocia interesses privados a partir da agenda do governo federal. Procura interferir nas bancadas, estimulando desfiliação de partidos oposicionistas e transferência para partidos aliados.
RELAÇÃO COM ENTES FEDERADOS	Articulação política dos estados a partir das benesses e apoios político-financeiros às forças regionais muitas vezes minoritárias.	Acordos pontuais e eleitorais com lideranças políticas e empresariais regionais.
BUROCRACIA ESTATAL	Construção de uma forte burocracia estatal federal, profissionalizada	Aumento de contratações, sem política nacional de formação técnica unificada.

INDICADOR	VARGUISMO	LULISMO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO	Consolidação de um projeto de desenvolvimento industrial a partir do Estado via instalação de indústrias estatais ou de capital misto.	Aumento do controle governamental sobre agências de controle sobre serviços públicos. Não há um projeto de desenvolvimento articulado e unificado.
IDEOLOGIA	Formatação do trabalhismo, política federal de organização do mercado de trabalho a partir do controle estatal federal e emergência de políticas previdenciárias e trabalhistas nacionais	Amálgama entre liberalismo econômico, pragmatismo político e controle político sobre ações e programas públicos nacionais.
CONSTRUÇÃO DE ACORDO NACIONAL	Montagem de um Estado corporativo, com negociação de políticas nacionais a partir de concertações com elites econômicas e trabalhistas, em fóruns específicos criados pelo governo federal	Montagem de um Estado de natureza neocorporativa, institucionalizando câmaras de negociação de interesses privados para estabelecimento de acordos para estabelecimento de políticas públicas

Como se percebe, o lulismo não apresenta sinais tão nítidos de autoritarismo na gestão. Prefere o estabelecimento de acordos pontuais, criando uma espécie de rede de concertações. Mas é fortemente centralizado na condução política. E procura interferir nas disputas internas de todos partidos, consolidando uma base aliada controlada a partir do governo federal.

Não possui um projeto de desenvolvimento nacional nítido, justamente porque suas ações são fruto de acordos políticos. Em outras palavras, o programa de governo é um acordo político, ao sabor da fragmentação dos diversos interesses em jogo.

Trata-se, enfim, de uma engenharia política, que acolhe no interior do governo uma multiplicidade de projetos e interesses.

A confusão analítica surge justamente do pragmatismo e acolhimento de tantos interesses diferenciados e opostos. Lula parece cons-

truir, como Vargas, uma máquina de acordos no interior do Executivo Federal, diminuindo os fóruns de negociação típicos do parlamento. Mas é menos articulado e formalizado que no Estado Novo. No lulismo, os acordos são mais difusos e móveis. O pragmatismo é mais acentuado, embora a manipulação política seja um traço similar.

O Estado Novo deixou traços e marcas na política e no Estado nacional. E o passado, como dizia Ítalo Calvino, se impregna nos corrimões das escadas, no calçamento das ruas, nas placas de sinalização. Contudo, as lutas sociais refazem os ideários e as tradições. E o lulismo nasceu de lutas sociais poderosas, que enfrentaram a ditadura militar.

O lulismo, enquanto projeto de poder, pragmático, dialoga com o passado e, portanto, com as tradições do Estado Novo. Mas o reconstrói a partir de seu próprio discurso. Trata-se de um projeto fortemente marcado pelo sindicalismo dos anos 80, pragmático, negociador, centralizador, insinuante, burocratizado e ambíguo. Um projeto de poder, antes que um projeto de Estado.

Referências

IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

RICCI, Rudá. “Lulismo: três discursos e um estilo”, In *Lutas Sociais*, n. 15/16, São Paulo: NEILS/PUC-SP, 2º semestre de 2005/1º semestre de 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. “O Estado Novo do PT”. In *Política Democrática*, n. 18, Ano V, Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira, julho de 2007.



Lembra-vos de 1945!

Antonio J. Barbosa

Passados setenta anos de sua implantação, o espectro do Estado Novo insiste em rondar a história brasileira. Muitas são as razões que explicam essa incômoda permanência e a constrangedora constatação de certa atualidade que resiste ao tempo. Para o observador de novembro de 2007, não pode haver anacronismo maior do que supor a mais remota possibilidade de um golpe de Estado à maneira daquele perpetrado por Vargas, no longínquo novembro de 1937. Não apenas porque a roda da história mundial girou veloz e radicalmente nessas décadas, mas também porque o Brasil alterou profundamente sua fisionomia.

Todavia, por mais diferentes que sejam os contextos históricos, por maiores e mais profundas que tenham sido as transformações pelas quais passou o país ao longo desses anos, não há como escamotear a característica essencial e aparentemente intransponível da trajetória brasileira: a cristalina supremacia da permanência sobre a mudança. No Brasil, a célebre frase de Lampedusa, segundo a qual é preciso mudar para que tudo permaneça na mesma, ganha contornos precisos de sentença definitiva.

A escravidão foi mantida por quatro longos séculos e inconclusa foi sua abolição, em 1888, presa ao formalismo legal. A independência de 1822 manteve praticamente intactos os pilares da colonização. Em 1889, proclamou-se a república que não foi, verdadeira negação de seu próprio sentido. A pretensa revolução de 1930 conciliou objetivos modernizantes com o pretérito mais que imperfeito do período que veio substituir. A ruptura institucional de 1964, comprometida com a modernização econômica pela via politicamente autoritária, encontrou amparo na convergência de interesses e temores das antigas elites ditas liberais, de que germinou um estranho “udenopessedismo”. A redemocratização, vinte anos depois, só foi possível mediante o apelo aos clássicos mecanismos da conciliação, o que, se não é um mal em si mesmo, cobra pesado tributo por sua utilização em momentos cruciais.

O paralelo entre duas épocas, separadas por sete décadas, não deixa de ser estimulante exercício de análise histórica. Sendo verdade

que o passado não morre, permanecendo sempre à espreita de que luzes lançadas pelo presente iluminem os passos percorridos no tempo, desvelar o Brasil de 1937 com os olhos de 2007 torna-se precioso instrumento para a compreensão do que a nação foi e é capaz de fazer de si mesma. Aos fatos, pois.

O Estado Novo é filho de seu tempo. O crítico período do entre-guerras externou a crise sem precedentes do liberalismo. Crise global, pois que desconheceu fronteiras entre países, regiões e continentes. Crise abrangente, que destrói a crença na trajetória ascensional, retilínea e uniforme do capitalismo regido tão-somente pelas leis do mercado, fato que a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em outubro de 1929, tratou de potencializar. Por fim, crise das instituições políticas liberais, consideradas ineptas e incapazes de responder à altura ao desafio daquela terrível conjuntura, realidade rudemente explicitada pelo acentuado desprestígio parlamentar.

É nesse contexto conturbado que Vargas chega ao poder em 1930, à frente do movimento golpista que derrubou o governo Washington Luís. Alguns anos antes, precisamente no emblemático ano de 1922, os fascistas comandados por Mussolini assumiram o controle da Itália. Qual bola de neve, o arrastão totalitário de direita avançava pelo Leste europeu, tendo na Polônia sua mais conhecida expressão; conquistava os militares japoneses, que passam a comandar as ações do Estado; penetrava na Península Ibérica, com o português Salazar abrindo o caminho a ser seguido pelos falangistas espanhóis de Franco. Em meio ao espetáculo da radicalização totalitária, emerge o nazismo hitlerista que, em 1933, assumiu a direção da Alemanha e se constituiu no modelo paradigmático de regime antidemocrático, intolerante e policialesco. Enquanto isso, na União Soviética, Stálin aprofundava o caráter totalitário, pretensamente de esquerda, do regime que seria denunciado espetacularmente por Krushev, em 1956.

A América não ficou imune a esse processo. Até mesmo nos Estados Unidos, ponto de partida para a edificação histórica da democracia contemporânea, a crise do modelo liberal deixou seqüelas. Quem se der ao trabalho de ler o discurso de posse de Roosevelt compreenderá quão diferentes seriam os caminhos a serem trilhados por um país economicamente destruído e moralmente dilacerado.

Foi claro o aviso do presidente eleito com a missão de “salvar a América”, restituindo-lhe a dignidade momentaneamente perdida ou seriamente atingida em sua integridade. Roosevelt lembrou aos membros do Judiciário não haver mais tempo a perder com firulas legais ou preciosismos jurídicos. Aos integrantes do Congresso, foi enfático e direto ao adverti-los para a urgência das medidas a serem adotadas, o

que praticamente eliminava a possibilidade de o Legislativo fazer uso de suas prerrogativas fundamentais: discursar, propor e debater longamente. Era o Executivo assumindo a posição de comando quase absoluto do Estado em meio a mais profunda crise que o país conheceria. Foi assim que se implantou o *New Deal*. A democracia norte-americana, conquanto preservada em seus aspectos essenciais e definidores, perdia claramente sua roupagem acentuadamente liberal.

Não bastasse sua formação positivista, que pressupunha a ordem como fundamento e condição necessária para o progresso, Getúlio age em sintonia com as circunstâncias históricas que envolvem seu governo. A certeza de que o federalismo liberal fracassara, realidade que as sucessivas crises dos anos 1920 claramente confirmavam, e a leitura fria do cenário mundial impelem-no à adoção de medidas que, em crescendo contínuo, forjam um Estado centralista e centralizador. Nessa perspectiva, o Estado Novo não é propriamente uma inovação plena, mas a culminância de um processo cujos primeiros passos foram dados desde a chegada de Vargas ao poder.

Acrescente-se a esse quadro o clima de radicalização ideológica dos anos 1930, quando o embate entre as forças de esquerda e direita ultrapassa o terreno das idéias e se reveste de agressiva belicosidade. Disso dão exemplo, em primeiro lugar, a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a tensão que acompanhou a experiência da Frente Popular na França e, no Brasil, as fracassadas tentativas armadas de paulistas (1932), da esquerda (1935) e do integralismo direitista (1938). Estava criado o ambiente de insegurança e de intranqüilidade mais que propício ao projeto político autoritário de Vargas e de grupos que com ele chegaram ao poder em 1930.

O anúncio em cadeia nacional de rádio, a 10 de novembro de 1937, de uma nova Constituição (a “polaca”, redigida por Francisco Campos, cujo privilegiado saber jurídico sempre esteve a serviço de curtos-circuitos democráticos, como se confirmaria mais tarde na elaboração do ato legal que institucionalizaria o golpe de 1964) apenas desce o pano de uma peça teatral previsível, uma tragédia anunciada, enfim. Detalhe significativo: ninguém reagiu ao ato de força.

O Estado Novo carece de estudos mais aprofundados. Soa estranho que, em meio a tantos temas que disputam a preferência de pesquisadores, a ditadura getulista permaneça envolta em brumas e mistérios. Estudos sobre a política externa do período, com destaque para o de Gérson Moura, sobre o anti-semitismo que chegou a ser praticado, como o comprova o pioneiro trabalho de Tucci Carneiro, ainda são exceção no amplo e duradouro conjunto dessa fase que marca o início da modernização brasileira.

De um lado, foi no Estado Novo que se deram os passos iniciais para a industrialização de base do país. A estratégica utilização das circunstâncias geradas pela Segunda Guerra Mundial possibilitou a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, com a construção da usina de Volta Redonda. Soma-se a ela o surgimento da Companhia Vale do Rio Doce. Por outro, foi também sob a ditadura estadonovista que os direitos sociais são apresentados ao Brasil. Para um país acostumado ao teatro oligárquico da Primeira República, em que a questão social identificava-se com caso de polícia, é indiscutível o avanço trazido pelo conjunto de leis trabalhistas. Quando o país recobra a liberdade política e, pedagogicamente, vai tecendo a inédita experiência de democracia representativa, a partir de 1945, essa massa de trabalhadores incorporada ao moderno sistema produtivo urbano desempenhará significativo papel eleitoral. Vargas teve a perfeita antevisão desse processo e seus previsíveis resultados.

Das entranhas do Estado Novo brotou a estrutura partidária que, conforme o vocabulário de 2007, garantiu a “governabilidade” no regime de 1946. Demonstração de habilidade política ímpar, capaz de aproximar a fina flor do conservadorismo rural e dos resquícios do esquema de poder local que a ditadura sacramentara (PSD) ao ascendente trabalhismo (PTB), concebido para subtrair do PCB o nascente proletariado. Uma frase, sob a forma de reiterada advertência, tornou-se célebre ao longo do complexo, difícil e tortuoso caminho da redemocratização pós-46. O velho Mangabeira, quando de crises mais pronunciadas, não se furtava a repetir o bordão “Lembra-vos de 37”, no alerta quanto aos riscos de novo golpe.

Em 2007, talvez fosse mais prudente parafrasear a célebre advertência e evocar algo como “Lembra-vos de 45”. Há razões para isso. O ano de 1945 marcou o fim da Era Vargas. Mal começara o ano, o destino do Estado Novo parecia estar selado. Afora o esgotamento natural de um regime de força, a Segunda Guerra encaminhava-se para o final com a vitória das forças – brasileiras, inclusive – que combatiam a barbárie nazista. A vitória militar dos Aliados simbolizava, em tese, a vitória política do ideal democrático. Mais e mais se tornava insustentável a manutenção do regime de força.

Os fatos se seguiram com extrema rapidez. Escritores reunidos em congresso clamam por liberdades. Um jovem jornalista, Carlos Lacerda, pelas páginas do *Correio da Manhã*, publica bombástica entrevista com José Américo, senha para a abolição total da censura à imprensa. Seguem-se a anistia, a permissão para a criação de partidos políticos e a fixação do calendário eleitoral. Mas, também, segue-se a movimentação, subterrânea às vezes, explícita outras, com o objetivo de

assegurar a permanência de Vargas. No meio do ano, o movimento queremista (“Queremos Getúlio”) ganha as ruas, não sem antes obter respaldo da própria esquerda. Por fim, a nomeação do irmão Benjamim para o estratégico cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, pouco tempo antes da realização das eleições gerais, acende a luz vermelha de perigo: o projeto de perpetuação do poder está em marcha. A resposta veio na deposição de Vargas, pelos próprios militares que sustentaram o Estado Novo.

Os balões de ensaio lançados em 2007, com vistas à alteração constitucional para permitir mais que dois mandatos presidenciais consecutivos, remetem aos momentos finais do Estado Novo. Entre tragédia e farsa, desenrola-se a história brasileira. A tradicional falta de densidade dos partidos mantém-se de pé. O apelo populista continua a encontrar farto e aconchegante abrigo. Políticas assistencialistas produzem, entre outros resultados, lealdade eleitoral.

Se 1937 não mais assusta a ninguém, desejos de 1945 podem ainda alimentar sonhos de poder.

*

Um auto-retrato do Estado Novo

Simon Schwartzman

Nos primeiros anos da década de quarenta, o ministro Gustavo Capanema, da Educação e Saúde, assumiu a responsabilidade de produzir uma obra que desse uma visão aprofundada e de conjunto das realizações do governo Vargas a partir de 1930. Relatos parciais foram solicitados a todos os setores do governo e os textos que chegavam iam sendo revistos, reescritos e organizados em capítulos, mas a obra ficou inclusa.

O arquivo pessoal de Gustavo Capanema, parte do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, contém a maior parte dos manuscritos, versões preliminares e capítulos preparados para esta publicação, que nunca chegou a ser feita. Em 1983, os manuscritos foram editados e publicados como Simon Schwartzman (editor), *Estado Novo – Um Auto-Retrato* (Brasília, Editora da Universidade de Brasília, Coleção Temas Brasileiros, 24, 1983). O texto que se segue é extraído da introdução ao livro.

A leitura deste livro dá uma idéia bastante nítida de quanto o Brasil de hoje ainda vive dentro das concepções e estruturas governamentais e institucionais estabelecidas naqueles quinze anos cruciais da história do país. Para entendermos bem esta questão é necessário pensar que a ação do governo Vargas – como aliás, de qualquer governo – deve ser vista seguindo dois aspectos distintos, os de organização e formação do Estado, e os que se referem à ação de governo propriamente dita. As ações de governo são aquelas que têm a ver com a adoção de políticas governamentais específicas, seja por exemplo na política externa, na determinação das prioridades econômicas ou na política migratória. As ações referidas ao Estado, enquanto isto, afetam a própria estrutura das instituições de que dispõe o governo – sua capacidade extrativa, sua eficiência organizacional, seus sistemas de segurança, seus procedimentos operacionais quotidianos.

Na prática, os limites entre estas duas coisas nunca são nítidos, já que modificações de ordem estrutural são normalmente feitas tendo em vista objetivos de política governamental determinados, e estas, por sua vez, geram freqüentemente estruturas estatais mais perma-

centes. De qualquer forma, não resta dúvida que, mais do que governar, a nova geração que assumiu o poder a partir de 1930 viu como tarefa principal sua a reorganização total do Estado brasileiro, e acreditava que, uma vez conseguida esta organização, as boas políticas decorreriam quase que naturalmente. Sabemos hoje que as coisas não são assim. Mas as estruturas criadas naqueles anos sobreviveram por décadas a seus criadores, muitas delas transformadas em caricaturas de suas intenções iniciais, que ainda nos acompanham.

O arquivo Capanema possui uma primeira prova tipográfica de parte do trabalho, composto em 1943, e provas tipográficas de alguns capítulos feitas em 1945. A reorganização dos textos para efeitos de publicação exigiu uma série de decisões que estão referidas em detalhe em cada capítulo. Foi necessário escolher qual versão a ser publicada, quando havia mais de uma; decidir quais dos manuscritos ainda não compostos deveriam ou não ser incluídos; quando havia textos revistos, se deveria ser mantida a forma original ou a corrigida; e quais partes já deixaram de ter interesse e deveriam ser eliminadas. Além disto, foi necessário reordenar todo o material, e adaptar os títulos de forma a fazer da obra um todo consistente. Na primeira parte foram reunidos os textos que se referem mais diretamente à organização do Estado, e na segunda, à ação política e social do governo. O pesquisador especializado que tiver interesse em examinar o material completo em suas diversas versões poderá consultá-lo pessoalmente no arquivo do CPDOC.

Não haveria como aprofundar nesta curta apresentação a análise de tão rico material. Não existe uma coerência ideológica e programática absoluta entre todos os textos. Primeiro, porque eles foram escritos por pessoas e setores governamentais distintos, e não chegaram a ser totalmente padronizados. Segundo, porque existe uma diferença de estilo e ênfase importante entre os textos mais antigos, escritos durante o período de apogeu da versão mais radical e totalitária do Estado Novo, e os redigidos no clima político correspondente ao alinhamento brasileiro contra as potências do Eixo.

Do capítulo introdutório só existe um manuscrito datilografado. Seu estilo é do louvor ao Chefe, do culto à personalidade do líder, um estilo que cairia rapidamente em desuso quando o Brasil finalmente tomou partido ao lado dos aliados na Segunda Grande Guerra. Ele é provavelmente anterior a todas as demais partes da obra, e quase certamente não estaria incluído em sua versão final.

O primeiro capítulo, sobre a racionalização do governo, foi escrito no interior do próprio Departamento Administrativo do Serviço

Público – DASP, dirigido desde sua formação por Luís Simões Lopes. O DASP, agência de grande poder e assessoramento direto ao presidente, foi responsável por trazer ao Brasil os princípios e ideais de uma administração científica e racional, que escapasse das injunções dos interesses particularistas e político-partidários. Foi o DASP quem introduziu o sistema de concursos públicos para os cargos federais, diminuindo assim, em certa medida, a grande pressão por empregos que todos os governantes brasileiros sempre sofreram por parte de seus constituintes. O DASP foi também o responsável pela idéia, até hoje bastante difundida, de que existe uma incompatibilidade radical entre a “racionalidade” da administração e a “irracionalidade” da política. A outra idéia também difundida a partir daí foi a da superioridade da padronização sobre a diversidade no manejo da coisa pública. Finalmente, o DASP foi em boa parte o executor do ideal da integração administrativa entre os diversos níveis do governo federal, estadual e municipal. O capítulo do DASP ainda inclui uma parte referente ao uso oficial da propaganda no governo Vargas, realizada principalmente através do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, órgão autônomo e diretamente subordinado à Presidência da República.

O capítulo sobre ordem e segurança é originário do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Suas duas primeiras partes consistem em uma análise bastante aprofundada da evolução do sistema jurídico brasileiro até o Estado Novo, tanto do ponto de vista de sua base legal quando no que se refere à organização administrativa do sistema judiciário. Na parte do processo civil, ele acentua o fortalecimento dos poderes do juiz e a criação de procedimentos mais rápidos e eficientes de justiça, como aspectos mais importantes da reforma do Código feita pelo governo Vargas. Na área do direito penal material, é acentuado o ecletismo que combina a responsabilidade moral e penal e as medidas de segurança. Na área do processo penal, a ênfase é na “primazia do interesse social sobre o dos indivíduos, sem sacrifício, porém, da defesa dos acusados”. Em relação aos serviços judiciários, a nota principal é a extinção da justiça federal, com transferência de suas funções para os Estados, permanecendo o governo central somente com as áreas de competência originárias do Supremo Tribunal Federal, da Justiça Militar, da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Segurança Nacional, cujas funções são descritas em detalhe. A parte referida à defesa das instituições Nacionais abandona a linguagem jurídica anterior, e adota a terminologia própria dos órgãos de segurança política e social. Ela contém uma breve história do comunismo no Brasil, apresentada como uma conspiração feita por “agitadores estrangeiros” e “maus brasileiros” que culminou com a Lei de Segurança Nacional de 1935 e a Intentona do mesmo ano. Sob o item “outras atividades defensi-

vas” há uma referência à extinção dos partidos políticos e à revolta integralista de 1937, que visava a implantar entre nós uma “odiosa ditadura fascista”. A legislação sobre estrangeiros, finalmente, dá ênfase ao problema da formação de quistos de nacionalidade estrangeira em território brasileiro, procurando corrigir o “erro fundamental do passado,” quando “não se cogitou de evitar a formação de núcleos coloniais com predominâncias raciais estrangeiras muito acentuadas.”

O capítulo sobre as finanças públicas assinala a transformação do Orçamento de um instrumento do controle político do Parlamento sobre o Executivo em um elemento central do plano financeiro e de instrumento da própria administração. Com isto os poderes legislativos sobre o Orçamento são reduzidos, enquanto a autoridade do Executivo é aumentada. Esta transferência de funções aparece como ligada à ampliação das funções do Estado moderno, que é um Estado “nitidamente intervencionista e disciplinador,” e como tal destina grandes somas à “previdência, amparo, assistência, educação, etc., e ao fomento da economia em seus diversos aspectos”. Esta ampliação, por sua vez, estaria ligada à passagem do Brasil do estágio de um país agrícola para o de um país industrializado. A economia do país é caracterizada como não tendo atingido ainda “a fase propriamente capitalista e que se apóia na extração e exportação de matérias-primas e produtos agrícolas, apresentando ainda uma indústria incipiente. financiada por capitais estrangeiros.” Ao mesmo tempo, no entanto, já estariam lançadas as bases para a industrialização e para a independência econômica do país, com o fim da importação de capitais. Trata-se de uma concepção desenvolvimentista bastante pioneira para a época, principalmente se observamos que a parte sobre a economia, elaborada sob a orientação do Ministério da Agricultura, ainda insistia na tese da vocação agrícola brasileira. O sistema tributário é analisado de forma histórica, e a partir desta visão. Na área da despesa há uma análise da evolução da dívida pública brasileira desde a independência, tanto interna quanto externa, e sobre o que o governo Vargas vinha fazendo a este respeito. Um dos aspectos básicos da nova política teria sido a subordinação da gestão financeira dos Estados e Municípios à União, responsável por “incontáveis benefícios” ao país.

O Recenseamento de 1940 é geralmente considerado um dos mais bem-sucedidos na história do país, e o capítulo sobre a informação estatística e geográfica trata de mostrar o histórico da evolução deste tipo de atividade. Tendo somente à sua disposição os resultados do Censo de 1920, e sem dispor de informações confiáveis obtidas por outros meios, esta era uma lacuna fortemente sentida por um governo que pretendia, como o do Estado Novo, a racionalidade e a inter-

ferência em todos os setores da vida nacional. “O governo instituído em 1930 encontrou a nação, a bem dizer, ignorando quase tudo de si mesma.” “Os dados, que poderiam caracterizar qualquer aspecto da vida nacional, ou não existiam, ou eram de difícil compreensão, ou eram de difícil pesquisa ou se achavam fragmentária e lacunosamente elaborados, ou eram antiquados ou se contradiziam – quando não se distanciavam visivelmente da realidade” Diante deste quadro, todo o esforço foi feito com o objetivo de criar um “plano orgânico, sistemático e completo,” que proporcionasse as informações necessárias ao esforço racionalizador do governo federal. A criação de órgãos nacionais de estatística, dentre os quais o IBGE, é o caminho encontrado. Mais ainda, a legislação do Estado Novo criou o Conselho Nacional de Estatística. como órgão consultivo de alto nível, responsável pela “orientação da estatística nacional e interpretação de seus resultados” e opinando sobre questões de política de amparo à família, recomposição do quadro das unidades políticas nacionais, e muitas outras. O setor de estatística se transformou, assim, em importante ponto de reunião de talentos no governo Vargas. O recenseamento culmina todo este esforço, e não deixa de ser significativo que seu primeiro volume seja a obra monumental de Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*. A geografia, entendida menos como disciplina acadêmica do que como um serviço público de importância, é também analisada em sua evolução histórica, até sua vinculação ao IBGE, de forma análoga ao dos serviços de estatística.

O capítulo sobre as forças armadas, escrito no interior de cada uma delas, contém um quadro bastante abrangente e detalhado da organização, capacidade e atividade do Exército, Marinha e Aeronáutica. O capítulo sobre o Exército começa com uma pequena discussão sobre as causas da debilidade histórica das forças armadas brasileiras, que não seriam nem a falta de recursos nem a participação dos militares na política, mas “a inexistência de uma direção firme e consciente, que traçasse rumos definitivos, não apenas para estas instituições. porém para o próprio país, cuja grandeza e soberania delas decorre.” O texto sobre o Exército dá grande ênfase ao ensino militar, à construção de rodovias, à organização e disposição dos dispositivos militares, às atividades de apoio de vários tipos, etc. Merece destaque ainda a parte referente à indústria bélica, inclusive em cooperação com a indústria Krupp, alemã, até 1940. A parte sobre a Marinha tem estrutura semelhante, chamando a atenção o desenvolvimento de uma incipiente aviação naval. Existe ainda um apêndice sobre a participação da Marinha na Segunda Grande Guerra, escrito posteriormente. A parte sobre a Aeronáutica não se limita à aviação militar, mas inclui toda uma parte a aeronáutica civil.

Chama a atenção. no capítulo referido à política exterior, que abre a segunda parte, a grande ênfase dada às atividades da diplomacia brasileira no âmbito panamericano e a ausência de referências à presença desta diplomacia em seu ambiente preferido, que foi sempre o europeu. Isto pode ser melhor entendido quando pensamos que, de todas as áreas da atuação do governo, a de relações exteriores talvez tenha sido a que mais foi afetada pela súbita passagem de uma posição de neutralidade, ou mesmo de simpatia do Brasil em relação ao Eixo, à de aliança política e militar com os Estados Unidos. Pareceu sem dúvida ao responsável pela redação que, examinando somente a presença brasileira no contexto panamericano, seria possível encontrar uma certa continuidade na política externa brasileira através do tempo. Mesmo nesta linha, no entanto, é possível ver a transformação de uma postura neutralista à de comprometimento com os aliados, no final do período analisado (trata-se de um texto escrito presumivelmente em 1942). Ao contrário de outras áreas do governo, as relações exteriores já tinham uma estrutura administrativa bastante desenvolvida antes de 1930, e a reforma organizacional mais importante feita pelo governo Vargas foi a unificação dos corpos diplomático e consular.

O capítulo sobre política do trabalho descreve um dos aspectos mais salientes do regime Vargas, que foi a tentativa de organização da sociedade brasileira em moldes corporativos. O princípio liberal da liberdade de ação e negociação entre empregados e empregadores não é aceito, já que ele supunha uma igualdade de condições entre as classes que na realidade não existia: “O direito do trabalhador era um mito.” Diante disto, caberia ao Estado assumir a responsabilidade. através da criação de uma Secretaria de Estado que tivesse a responsabilidade de “estudar e executar medidas de proteção aos trabalhadores e harmonizar seus interesses com os empregadores, a fim de disciplinar as forças produtoras em benefício da prosperidade geral da nação.” O capítulo descreve em detalhe a legislação criada de proteção ao trabalhador e organização do trabalho, a justiça do trabalho, o regime das profissões e a organização do sistema sindical. A parte sobre a política de povoamento e imigração foi escruta separadamente, e de fato no Brasil nunca esteve vinculada à política do trabalho. Sua principal preocupação não é mais com o problema da mão-de-obra, que havia motivado toda a política migratória anterior, mas antes com o controle dos possíveis efeitos negativos que a presença estrangeira poderia. trazer à ordem política e social interna. A parte sobre o trabalho agrícola é bem reduzida, e evidencia a falta de uma política para o setor, combinada com uma ênfase posta no cooperativismo como forma de organização corporativa desta parcela majoritária da população do país. Sabemos, no entanto, que a ação do Ministério do Trabalho no

regime Vargas, e mesmo depois, dificilmente ultrapassava a os limites dos grandes centros urbanos.

Curioso que não exista, no arquivo de Gustavo Capanema, nenhuma versão do texto referido à política educacional por ele mesmo desenvolvida. É provável que sua elaboração estivesse reservada ao próprio punho do Ministro, e não tenha sido concluída. Para não deixar a lacuna, incluímos em seu lugar parte de um texto elaborado por Gustavo Capanema e enviado a Getúlio Vargas em 1946, que se intitula “Algumas notas sobre o problema da Educação e da Saúde no governo Getúlio Vargas.” Ele faz um resumo bastante sumário da ação do Ministério no campo da educação primária, secundária e superior, assim como em outras modalidades de ensino comercial, industrial e atividades culturais. A atuação ministerial se concentrou inicialmente no nível do ensino superior e secundário, e só em 1942 chegou ao nível da educação primária.

Já o capítulo sobre a saúde é bastante pormenorizado, ainda que não contenha maiores referências aos eventuais dilemas de política sanitária enfrentados pelo governo. As diversas campanhas contra as epidemias são descritas em detalhe. Na parte referida à febre amarela, há um relato circunstanciado da participação da Fundação Rockefeller em seu controle. Chama a atenção o intenso programa de construções de hospitais, no que se refere à campanha contra a tuberculose. A parte sobre obras de saneamento, águas e esgotos, foi elaborada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e não pelo da Saúde.

O capítulo sobre comunicações e transportes é também altamente descritivo, evidenciando a prioridade dada ao transporte ferroviário. Na área da marinha mercante, chama a atenção a discussão sobre o relacionamento entre o setor privado e o governo, que terminou com a encampação do Lloyd em 1937.

A parte correspondente à política econômica, finalmente, foi aqui organizada em dois capítulos; um, sobre a produção agropecuária, e outro sobre as indústrias extrativas e de transformação. A própria dificuldade em organizar estes dois capítulos a partir dos textos dispersos encontrados no arquivo Capanema, revela que o governo Vargas estava muito menos organizado para tratar de assuntos econômicos do que de assuntos de tipo político, de segurança e social. Antes de 1930 o Ministério da Agricultura abrangia também as áreas de Indústria e Comércio, mas sem maior operosidade. A partir de 30, indústria e comércio passaram para a égide do Ministério do Trabalho, onde assumiram uma posição secundária. Enquanto isto, o novo Ministério da Agricultura se dedicava principalmente às indústrias extrativas,

particularmente durante a gestão de Juarez Távora, deixando que as principais atividades agrícolas passassem a ser assumidas por instituições independentes, como o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Departamento Nacional do Café.

Não existe em nenhuma parte uma exposição referente à política comercial em sentido mais amplo, nem externa, nem interna. A sinopse da parte de Finanças Públicas contém referências à política cambial, creditícia, monetária e a organismos de grande importância como a Câmara de Reajustamento Econômico, o Conselho Federal de Comércio Exterior e a Comissão de Defesa da Economia Nacional, que não são no entanto analisados, já que o texto sobre finanças tem uma ótica essencialmente contábil e fiscal. Não há nenhuma referência à importantíssima Comissão de Mobilização Econômica, que tinha poderes de interferência em todos os setores do país no período de guerra. É desta forma que parece predominar, nos capítulos sobre a economia, a visão do Brasil como um país essencialmente rural. “Não cabe aos centros urbanos”, diz o texto a certa altura, “o papel principal na vida do país. Ao contrário, os campos representam a parte essencial.”

Esta visão de um Brasil fortemente apoiado no campo. entretanto, não parece vinculada à uma perspectiva totalmente tradicional da atividade econômica. Muito espaço é dedicado às atividades de pesquisa científica ligadas à melhoria das espécies, à mecanização, e à realização de pesquisas e estudos sobre as condições sócio-econômicas do trabalhador rural. Ao mesmo tempo, falta, significativamente, qualquer referência à questão do sistema de propriedade da terra, e existe uma visão idílica sobre as supostas virtudes do relacionamento entre proprietários e trabalhadores no setor rural.”O trabalho rural brasileiro apresenta ainda aspectos semi-patriarcais.” dizem os autores. “Felizmente, os nossos proprietários rurais possuem equilíbrio mental e moral. A índole boa de nossa gente e as condições geo-econômicas da formação brasileira evitaram excessos comuns a outras terras, podendo-se afirmar que no trabalho dos campos não existe o ódio e a luta social. A verdade é que, no purificador trabalho da terra, patrão e empregado se confraternizam, unidos por laços salutares de afeto e de colaboração”. Este equilíbrio só seria rompido quando as relações pessoais fossem substituídas por relações dos trabalhadores com pessoas jurídicas, dando lugar ao surgimento de “choque de interesses classistas”. É aqui que caberia a intervenção regulatória do Estado, através de um processo de sindicalização rural semelhante ao das cidades, que parece, no entanto, não ter ido além da letra da legislação.

O último capítulo. sobre as indústrias extrativas e manufactureiras, cobre muito mais as primeiras do que as últimas. Ênfase especial é

dada ao Código de Minas e ao Código de Águas, promulgados durante a gestão de Juarez Távora no Ministério da Agricultura e que firmaram a orientação nacionalista e estatizante do governo em relação à exploração dos recursos minerais. É neste contexto que são tratadas as questões do petróleo, carvão e siderurgia. A parte da siderurgia merece uma atenção própria, em um texto elaborado pela própria Companhia Siderúrgica nacional. As grandes polêmicas sobre estes temas, que mobilizaram a opinião pública do país nos anos vinte e trinta transparecem, mas sem grandes aprofundamentos, exceto na parte referida aos códigos. Os antecedentes históricos da questão da indústria siderúrgica, por exemplo, são sumariados em cerca de uma página; a política finalmente adotada por Vargas é definida como sendo a de “criação de uma siderurgia nacional com a colaboração de capitais estrangeiros, utilizando a maior quantidade possível de carvão do país, e independente da exportação de minério de ferro”, o que teria significado uma total reversão da política definida pelo contrato entre o governo brasileiro e a Itabira Iron Ore Co., e que prevaleceu até então.

O exame destes capítulos é suficiente para entendermos porque eles não chegaram jamais a ser publicados como planejado. O fato é que, antes que o trabalho estivesse terminado, o governo Vargas chegou ao fim. Mas a própria existência de múltiplas versões dos mesmos textos, e a ausência significativa de outros, mostra que se tratava de uma tarefa extremamente difícil, se não impossível. As mudanças que ocorriam no cenário político nacional e internacional levavam o governo Vargas a rever constantemente sua ideologia e a visão de seu próprio passado, e isto teria que afetar profundamente uma obra como esta, escrita por tantas mãos e através de vários anos. Se no fim da década de 30 e início dos anos 40 a ênfase era no Estado forte e centralizador, mais tarde a preocupação era com o governo paternalista e socialmente comprometido; o autoritarismo e caudilhismo dos primeiros anos cedia lugar ao populismo e aos valores democráticos e ocidentais dos últimos, da mesma forma que o neutralismo cedeu lugar ao alinhamento militar no campo aliado.

Esta metamorfose dos últimos anos do regime Vargas, reforçada pelo populismo dos anos cinqüenta, fez com que para muitos só permanecesse do Estado Novo a idéia tardia do getulismo petebista. O regime Vargas, no entanto, foi muito mais, e freqüentemente muito diferente disto, como este auto-retrato revela.



III. Observatório Político



Autores

Francisco Pereira de Sousa Filho (Chiquinho Pereira)

Presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, secretário de Organização e Políticas Sindicais da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e membro do Diretório Nacional do PPS.

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna

Professora da Pós-Graduação de Ciência Política da UFRJ e Diretora de Graduação do Instituto de Economia – IE/UFRJ. Este texto também foi publicado em La Insignia.

João Alfredo Telles Melo

Advogado, professor de Direito Ambiental e consultor do Greenpeace

UGT: uma resposta à crise do movimento sindical

Francisco Pereira de Sousa Filho
(Chiquinho Pereira)

O movimento sindical está em crise! E por que chegamos a este ponto? Penso que em função da total falta de sintonia do sindicalismo com as aspirações dos trabalhadores e do distanciamento das entidades sindicais com relação às suas bases. O sindicalismo foi incapaz de dar uma resposta a todos os fenômenos da revolução científica e tecnológica no mundo produtivo. As empresas produzem mais com menos trabalhadores. Esta mudança trouxe grandes prejuízos para a classe trabalhadora, pois muitos foram obrigados a cair na informalidade, e ampliou a exclusão social.

A informalidade e a exclusão enfraquecem os sindicatos, pois a condição básica para alguém se tornar sócio é possuir Carteira de Trabalho registrada. Um informal ou excluído, além de não ter um registro que documente sua identidade de trabalhador e seu histórico profissional, sobrevive sem qualquer representação sindical, sem o amparo da CLT, dos direitos trabalhistas, dos acordos coletivos, da Previdência e da Justiça do Trabalho. São pessoas que nunca vão ver a cor do 13º salário, do seguro-desemprego, do FGTS, das férias, do descanso semanal remunerado, da licença-maternidade, dos pisos salariais, da aposentadoria etc.

Os números da informalidade assustam. Em 2006, a PEA (População Economicamente Ativa) era de 97,6 milhões de trabalhadores. Destes, a População Desocupada chegava a 8,953 milhões e a População Ocupada a 87,189 milhões. Desta População Ocupada apenas

30,1 milhões de trabalhadores têm carteira assinada, ou seja, apenas 33,8% da população ocupada são formais.

Outro exemplo concreto de abandono e exclusão constituem os trabalhadores rurais, cujos direitos continuam a ser desrespeitados. A questão da informalidade no campo é gravíssima também. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2005, há 17,8 milhões de trabalhadores rurais no Brasil, o que representa 20,5% de todas as pessoas ocupadas no país. Excluindo-se os que trabalham por conta própria – empregadores, agricultores que produzem para o próprio consumo e trabalhadores não-remunerados – há 4,9 milhões de pessoas empregadas no campo, sendo que apenas 32% têm carteira assinada. Precisamos resgatar a dignidade destes trabalhadores, melhorando suas condições de vida, trabalho e remuneração, tornando decente a relação de emprego e garantindo, ao pequeno produtor, acesso ao crédito diferenciado, à tecnologia e aos mercados.

Ao não trabalhar estes milhões de informais e excluídos (urbanos e rurais), o sindicalismo perde ainda mais credibilidade. Este imobilismo sindical cria enormes dificuldades.

Além dessa informalidade, assiste-se hoje ao crescimento exacerbado da figura do trabalhador “Pessoa Jurídica”, o famigerado P.J., prática essa amplamente utilizada pelas empresas para atingir, entre outros objetivos, o enfraquecimento do movimento sindical; o não pagamento dos direitos trabalhistas; a precarização e flexibilização das relações de trabalho; o desenquadramento sindical do trabalhador P.J. e forçar a flexibilização trabalhista por meio do mercado e não através de uma política pública de emprego e relações trabalhistas.

Outro elemento perturbador é a crescente diminuição dos postos de trabalho decorrente da introdução de novas tecnologias, novas formas de organização do trabalho e da produção, novos métodos gerenciais e administrativos e formas irregulares de remuneração da mão de obra e baixa escolaridade do trabalhador, aumentando o exército de desempregados. Tem-se como efeito a insegurança cada vez maior do trabalhador no seu emprego e, por conseguinte, o refluxo de suas lutas sindicais e daí sua postura defensiva. Neste aspecto, não há ainda nenhuma legislação que aponte a regulamentação da negociação entre trabalhadores e patrões sobre a introdução dessas inovações no ambiente de trabalho.

Não podemos deixar de assinalar aqui o crescente uso por parte das empresas do que atualmente se convencionou chamar de práticas anti-sindicais, que têm como claro objetivo quebrar a espinha política e financeira das entidades dos trabalhadores. Destacam-se entre

essas práticas: a) a intimidação ao trabalhador para que não se filie a sua entidade sindical; b) o impedimento de organização sindical por local de trabalho; c) o não reconhecimento do direito constitucional da existência de delegados sindicais; e d) o impedimento à entrada de dirigentes sindicais dentro das empresas etc. Além disso, essas práticas são corroboradas pelos tribunais, que vêm impondo pesadas multas aos sindicatos que lideram greves de trabalhadores.

Outro problema é a falta de avanços realmente significativos nas campanhas salariais. Temos hoje acordos com poucos avanços nos direitos, pra não dizer redução de direitos, e algum aumento real. O movimento sindical deve ser mais solidário à luta dos aposentados e pensionistas, exigindo uma permanente valorização e aumento real dos benefícios. Precisamos garantir aos aposentados e pensionistas direitos básicos: remuneração digna, bem-estar e novas possibilidades de viverem em sociedade, sentindo-se úteis e felizes.

Propostas sindicais para as reformas democráticas, visando a um outro tipo de desenvolvimento, sem prejuízo à classe trabalhadora, que acabe com as injustiças históricas praticadas pelo sistema vigente, não surtiram efeito. A reforma trabalhista, por exemplo, virou a principal bandeira do empresariado, que não se cansa de reclamar dos “encargos sociais”. A modernização das relações trabalhistas é necessária, desde que não haja perda dos direitos (13º salário, do seguro-desemprego, do FGTS, das férias, do descanso semanal remunerado, da licença-maternidade, dos pisos salariais, da aposentadoria etc) conquistados após muita luta e sacrifício de gerações de trabalhadores e sindicalistas. Precisamos nos comunicar melhor com a sociedade, demonstrando que não são os direitos dos trabalhadores que impedem o crescimento econômico. Os verdadeiros responsáveis pelo “Custo Brasil” são a alta carga tributária, os juros altos e a falta de investimentos econômicos em tecnologia e em qualificação profissional.

As cúpulas sindicais defendem a pluralidade, contrariando o interesse das bases que defendem a unicidade sindical como fator determinante para o fortalecimento dos sindicatos, federações, confederações e centrais na defesa dos direitos e da autonomia sindical. A maioria precisa ser respeitada!

O sindicalismo não está conseguindo acompanhar as rápidas transformações tecnológicas, econômicas, sociais e políticas. Temas como desenvolvimento da democracia, segurança-pública, meio ambiente, direitos humanos, liberdade, saúde e educação, questões éticas, problemas étnicos, movimentos populares, expressões culturais da juventude, questões dos idosos, das mulheres e das crianças, cultura, arte e lazer, entre outros, estão fora da agenda sindical há muito tempo.

O movimento sindical deveria ser um expressivo canal político da sociedade brasileira contra a corrupção. Vale lembrar que o desvio de dinheiro público (40 bilhões anuais), que deveria ser aplicado nas áreas sociais, gera mais desigualdade, desemprego, fome, exclusão, violência, injustiça e desesperança. Deve ser prioridade para o movimento sindical o combate à corrupção, com punição exemplar dos envolvidos.

Devemos acompanhar também a realidade dos trabalhadores brasileiros no exterior e dos estrangeiros no Brasil, as suas condições de trabalho, suas formas de inserção social e cidadania. Estes trabalhadores não podem continuar sem ter direitos econômicos, sociais e trabalhistas. A cidadania deve ser universal! Ai está uma das boas e novas bandeiras do movimento sindical, levantada pela UGT.

Não podemos ademais ficar limitados às questões oriundas de dentro das empresas. Precisamos ir além, com ações de cidadania nos bairros, exigindo melhorias urbanas, transporte coletivo seguro e confortável, segurança pública, lazer, arte, cultura, esporte, saúde e educação de qualidade para todos! Neste sentido, não basta negociarmos apenas com os empresários e com os ministérios do Trabalho e da Previdência. Precisamos abrir canais de comunicação com todos os governantes (presidente, governadores, prefeitos), parlamentos (câmaras municipais, assembleias legislativas e Congresso Nacional), com todos os ministérios, secretarias federais com status de ministério e órgãos da sociedade civil organizada. Temos que participar de todas as decisões que afetam a população.

Em relação ao Congresso Nacional, o movimento sindical precisa pressioná-lo no sentido de fazer valer direitos que estão aguardando a regulamentação do Parlamento. Dentre os quais destacamos: o inciso I do Artigo 7º, da dispensa imotivada; o inciso V do Artigo 7º, do piso salarial profissional; Artigo 11º, da eleição do representante sindical; inciso XI do artigo 7º, da PLR que *também* prevê a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; inciso XXV do Artigo 7º, da assistência gratuita em creches e pré-escolas; inciso XX do Artigo 7º, da proteção do mercado de trabalho da mulher; inciso X do Artigo 7º, da proteção do salário além da necessidade, até agora não suprida pelo Parlamento brasileiro, da regulamentação da negociação coletiva e a fixação de data base para os servidores públicos.

É preciso debater a fundo a Educação: capacitando trabalhadores para acompanhar as inovações tecnológicas, por meio de cursos nas próprias empresas ou com recursos do FAT; tornando o ensino público de qualidade e sintonizado com a modernidade; democratizando as conquistas da ciência e da tecnologia para o bem da sociedade e

humanização do trabalho (sem o corte de empregos); e garantindo a todos o acesso às conquistas científicas e tecnológicas e a todas áreas do conhecimento.

Diante disso, trabalhamos para construir a UGT, uma alternativa real para viabilizar a abertura de um novo ciclo histórico ofensivo do movimento sindical brasileiro que, nos últimos anos, e frente às modificações listadas, apresenta claros sinais de esgotamento de suas concepções, ideais, proposições, sonhos, esperanças, organizações, práticas e métodos de luta.

E o congresso de fundação da UGT, realizado entre os dias 19 e 21 de julho de 2007, no Palácio de Convenções do Anhembi, São Paulo, capital, é uma prova disso. É positivo o balanço deste congresso, seja do ponto de vista quantitativo seja do ponto de vista qualitativo. Tivemos a participação de 3.104 pessoas, sendo 2.552 delegados sindicais. Mais de 1000 entidades, sendo que 633 (seiscentas e trinta e três) eram entidades sindicais, sem falar na participação de 48 delegações internacionais. Além disso, o alto nível de discussão revelou que a UGT nasce sintonizada com as necessidades desse novo momento histórico.

Isso, contudo, ainda não é suficiente. Vários passos precisam ser dados. Consolidar a UGT em nível nacional passa, neste primeiro momento, não só intervir sobre os grandes temas nacionais que estão na ordem do dia, mas fundamentalmente realizar os congressos estaduais da UGT, dentro do espírito de unidade, solidariedade e cooperação que presidiu nosso Congresso de fundação.

É, portanto, altamente positivo o fato de a UGT qualificar-se como uma Central democrática, pluralista em idéias, moderna, inovadora, integradora, pacifista, ecológica, laica, internacionalista e um instrumento que combina *a luta pela satisfação dos interesses econômicos e sociais imediatos das trabalhadoras e trabalhadores com as lutas democráticas e progressistas gerais do povo brasileiro*.

A combinação política dessas duas esferas – a da luta específica casada com a luta democrática geral – permite à UGT defender a inclusão no histórico e consagrado vocabulário do movimento sindical (emprego, justa remuneração, melhoria das condições de trabalho, paz, solidariedade, justiça social) de um novo vocabulário, contemporâneo: desarmamento, segurança e governança globais, ampliação da democracia, desenvolvimento sustentável, multilateralismo, integração soberana e competitiva, multietnicidade, cidadania, políticas públicas eficazes, distribuição de renda, respeito à diversidade, democratização das conquistas da ciência e da tecnologia, direitos humanos, laicidade, inovação, ética. Enfim, é uma nova agenda que extrapola em muito

as pautas restritas e meramente corporativistas que marcam o movimento sindical nos últimos anos.

Compreendemos que a democracia não pode terminar onde começa a economia. A democracia e a cidadania devem ser reais, plenas e participativas, garantindo aos cidadãos trabalho decente, educação, saúde, habitação, segurança e formação profissional. O mundo do trabalho deve participar da gestão e tomar decisões na administração dos organismos públicos e privados. A participação nos lucros e resultados deve ser ampliada a todas as empresas. A informação orçamentária e contábil dos governos e das empresas deve ser disponibilizada à representação dos trabalhadores.

Entendemos que, para os trabalhadores, a liberdade de organização sindical permanece inteiramente mutilada e limitada se ela não existir de fato nos locais de trabalho. Sindicato não pode funcionar apenas até as portas das empresas. Lutaremos por uma legislação que garanta o direito de liberdade de organização sindical por local de trabalho, com a interveniência do sindicato.

Nós, padeiros de São Paulo, ao contribuímos para dar vida à UGT, estamos contribuindo para a construção de um novo projeto civilizatório para o século XXI, centrado no ser humano. Contra o neoliberalismo; o desemprego; os baixos salários; o trabalho escravo, infantil e precário; a corrupção; a ignorância; a miséria; a fome; a informalidade; o preconceito; o sucateamento da educação, da saúde, da infraestrutura básica e de pesquisa e desenvolvimento; a exclusão social, cultural, econômica e política que assola o mundo do trabalho e a maioria da nossa população. Nossa disposição é impulsionar a UGT para uma rebeldia cidadã, condição básica para a construção e efetivação de um projeto democrático transformador.

*

Hiper-realidade ou hipoteoria?

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna

Boaventura de Souza Santos é um sociólogo português bastante conhecido no Brasil. Freqüentador, com alguma assiduidade, de congressos e encontros de cientistas sociais aqui realizados, tem recebido aplausos pelas considerações que tece sobre as transformações em curso na atualidade, tanto no sentido de denunciar suas mazelas quanto no empenho de apontar as novas formas de sociabilidade que suscita. Em *Pela mão de Alice*, sugestivo título de um de seus livros mais divulgados, nomeia a si próprio um “pós-modernista de oposição”, o que sem dúvida apazigua um pouco as angústias daqueles que não se sentem confortáveis com o majoritário silêncio do “pós-modernismo de celebração”¹. Contudo, talvez não tenham se apercebido, os cientistas sociais (brasileiros e estrangeiros), de que, nesse mesmo livro, o autor passa-lhes um “pito”. Diz ele:

[...] É próprio da sociologia reivindicar um ângulo de observação e análise, um ângulo que, não estando fora do que observa ou analisa, não se dissolve completamente nele. Qual é, pois, esse ângulo e como mantê-lo nas condições presentes e próximas futuras? A rapidez, a profundidade e a imprevisibilidade de algumas transformações recentes conferem ao tempo presente uma característica nova: a realidade parece ter tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria. Com isso, a realidade torna-se hiper-real e parece teorizar-se a si mesma. Essa autoteorização da realidade é o outro lado da dificuldade das nossas teorias em darem conta do que se passa e, em última instância, da dificuldade em serem diferentes da realidade que supostamente teorizam².

1 Essa “versão da transição [transição entre o paradigma da modernidade e um novo paradigma ‘cuja ausência de nome se designa por pós-modernidade’] é a dos que pensam que o que está em crise final é precisamente a idéia moderna de que há promessas, objectivos trans-históricos a cumprir e, ainda mais, a idéia de que o capitalismo pode ser um obstáculo à realização de algo que o transcende” (SANTOS, 1995, p. 35). O autor defende explicitamente uma outra versão, a do “pós-modernismo inquietante ou de oposição”, descrita no capítulo 4 da referida obra.

2 SANTOS, 1995, p. 18.

Ou seja, os sociólogos – e demais cientistas sociais – estão como que “de calças curtas” diante da realidade. A rapidez e a intensidade das mudanças operadas na realidade social, o objeto precípua de todas as ciências sociais, a tornam auto-explicável, hiper-real, e por isso mesmo, banalizada, “sem capacidade para nos surpreender ou empolgar”³. O resultado é que teoria e realidade se confundem. A teoria passa a ser a própria realidade, na medida em que esta se auto-explica. Como se a realidade prescindisse de teorias explicativas, deixando os cientistas sociais a seu reboque. Perplexos, os cientistas sociais correm atrás da realidade e pedem carona na sua autoteorização, ao invés de, como no passado, se sobreporem a ela, decodificando-a no plano da reflexão.

A provocação de Boaventura Souza Santos, bem mais instigante do que as breves referências acima insinuam, parece adequada para pensar o estatuto que têm, hoje, os temas correlatos da política social e da questão social no âmbito das ciências sociais. Com efeito, em matéria de políticas sociais, a realidade brasileira oferece um universo de práticas diversificadas que constituem um manancial extremamente rico para estudos e análises. Um exemplo se encontra no banco de dados e projetos de experiências inovadoras do programa *Gestão pública e cidadania* que a Fundação Getúlio Vargas mantém. O programa, promovido pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV em conjunto com a Fundação Ford e com o apoio do BNDES, seleciona anualmente, desde 1996, os vinte melhores projetos de políticas públicas entre centenas que são apresentados por municípios e estados e que têm, em sua maioria, o enfrentamento da questão social como propósito.

A publicação regular dos volumes que expõem as experiências⁴ ilustra bem a idéia de hiper-realidade: o *registro* de inúmeras iniciativas locais – entendidas como inovadoras na medida em que, entre outros diferenciais, “introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores; têm impacto positivo sobre a qualidade de vida das comunidades; ampliam ou consolidam o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos”⁵ – visa dar “ao leitor um panorama da diversidade brasileira, apresentando ao mesmo tempo a complexidade dos problemas do país e a riqueza das soluções encontradas por seus governos subnacionais”⁶. Em resumo, uma realidade auto-explicável.

3 Id., p. 19.

4 Coleção “20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania”. Ver <http://inovando.fgvsp.br>

5 Coleção “20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania”, Ciclo de Premiação 2005, Apresentação.

6 Id.

Políticas sociais, de âmbito municipal, estadual ou federal, são, ademais, objeto de dissertações e teses de pós-graduação, de artigos em revistas especializadas, de vasta produção, enfim, nas várias áreas das ciências sociais e dos chamados campos multidisciplinares do conhecimento. Da mesma forma (ou simultaneamente), a *questão social* tornou-se ponto de convergência de expressiva quantidade de análises acadêmicas. Contudo, na maior parte dos trabalhos, tanto nos que versam sobre políticas sociais quanto nos que examinam a questão social, a tendência que sobressai é a de sobrevalorizar a descrição empírica em detrimento da elaboração teórica. A ciência social assume, assim, um caráter de ciência-fotografia, permitindo que a “hiper-realidade” de seu objeto a ultrapasse.

Contentar-se em descrever os fenômenos não significa abdicar do rigor. Ao contrário, a fotografia é de alta definição. Técnicas para observar e fornecer evidências vêm se aperfeiçoando crescentemente. Diagnósticos sofisticados, estatísticas, indicadores, modelos, todos complexos e consistentes, são usados para desvelar a realidade. Desvendam-se os múltiplos aspectos e dimensões da questão social – renda, educação, saúde, religião, condições de moradia de diferentes segmentos da população, etc. Levantamentos censitários e pesquisas por amostragem possibilitam não apenas medir o tamanho e identificar as características dos problemas como também inferir resultados das intervenções sobre os mesmos⁷.

É meritório e útil, sem dúvida, o esforço investigativo da ciência social que se pratica hoje no Brasil com vistas a subsidiar o debate em torno do palpitante tema do enfrentamento da questão social⁸. É, porém, insuficiente. Pois, a despeito de tornar a realidade mais visível, porque quantificada e mensurada, bem como as políticas destinadas a operar sobre ela passíveis de avaliação a partir de instrumentos precisos, destitui de validade e importância as grandes interpretações (tentativas e controversas, por suposto). As ardorosas polêmicas acerca dos fundamentos e da capacidade explicativa de teorias rivais esmoreceram. A hiper-realidade, potencializada pela ciência social-fotografia, se traduz em hipoteoria. Ora, se não basta ao cientista social, para que seja como tal reconhecido, uma atitude de contestação, também não lhe basta a postura de constatação.

7 Resultados quantificáveis no curto prazo, naturalmente.

8 Não só no Brasil, obviamente, como se verá adiante. Fugiria ao escopo do presente texto, breve por natureza, estender considerações mais profundas e/ou abrangentes sobre os rumos que têm tomado as ciências sociais, mundo afora, no tratamento dos temas relacionados à questão social.

Um corolário dessa tendência empiricista, que igualmente contribuiu para debilitar a ciência social, é a emergência de um (aparente) consenso entre os estudiosos no que concerne à questão social e, portanto, à maneira de enfrentá-la, vale dizer, à política social. A concepção de política social que hoje prevalece se apresenta como (ou adquiriu o status de) *a política social*, no pressuposto implícito de que a realidade (que além de auto-explicativa se tornou impositiva) assim o demonstra⁹. E a realidade assim o demonstra porque há uma (também pressuposta) concordância a respeito da natureza da questão social, uma vez que essa natureza é de igual modo revelada pela realidade. Dispensáveis passam a ser, por conseguinte, as fundamentações teóricas, e supérfluas as discussões acadêmicas sobre elas.

Algumas sucintas considerações sobre essa predominante concepção de política social se fazem necessárias, não só para esclarecê-la como para refutar a hipótese de que o mito do “fim” – da história, da ideologia – se aplica aos antagonismos na esfera da teoria social¹⁰. Desde logo, não se trata de nenhuma jabuticaba¹¹. Muito pelo contrário, tem sido glorificada e recomendada por organismos internacionais. Recentemente, o Prêmio Nobel da Paz coube a um economista bengalês, Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen, o banco do povo, tido como uma experiência inovadora e criativa para o enfrentamento da questão social. A inovação destacada pelos entusiastas dessa experiência é a capacidade que o microcrédito – razão de ser do Grameen – possui de combinar “práticas do setor de cidadania com elementos do universo empresarial, que unem atuação competitiva, sustentabilidade financeira e maximização dos benefícios sociais”¹². Permitindo “a experimentação de produtos e serviços voltados para nichos de mercado na base da pirâmide onde haja demandas não atendidas”¹³, o microcrédito incentivaria o empreendedorismo.

Empreendedorismo: eis um dos pilares da hoje predominante concepção de política social. O pequeno negócio, que, viabilizado pelo microcrédito, eleva a auto-estima, desenvolve responsabilidade individual, inclui o pobre no universo da liberdade que é o mercado. Essa estratégia de enfrentamento da questão social norteia vários programas federais – o Proger, o Proger-Jovem Empreendedor, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o Projovem

9 Como sugere o exemplo do programa *Gestão pública e cidadania*, acima mencionado.

10 Hipótese que, corroborando a existência de um consenso entre os cientistas sociais, justificaria a dispensa de discussões teóricas sobre política social.

11 Fruta que, segundo consta, é peculiar ao Brasil.

12 Rodrigo Baggio, “Um Nobel para a inclusão social dos negócios”, em *O Globo*, 20 de outubro de 2006.

13 Id.

(Programa Nacional de Inclusão de Jovens) – e outros tantos programas estaduais e municipais. A criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego, denota a importância atribuída à estratégia como “forma de combate à pobreza”¹⁴. Na linha “concursos”, muito em voga, o empreendedorismo, em particular o “empreendedorismo social”, é figura de destaque¹⁵. Além de apresentada de maneira recorrente como *a política social* destinada a promover a inclusão social de certos grupos¹⁶, a estratégia do empreendedorismo é vista quase como uma decorrência natural das transformações em curso na realidade¹⁷. Com isso se afirmam vitoriosas as teses gêmeas do empirismo e do consenso, suportes da hipoteoria que caracteriza a ciência social-fotografia.

No entanto, não é difícil identificar as premissas (teóricas, e por suposto controversas) que fundamentam a concepção predomina-

-
- 14 “A Senaes está empenhada em promover o combate à pobreza mediante as oportunidades que o programa Fome Zero, a reforma agrária e outras políticas sociais do governo oferecem [...]. O governo brasileiro está empenhado em reformas do sistema financeiro que o abram às camadas de baixa renda, que hoje estão excluídas dele. Outra alternativa é a criação de um outro sistema financeiro – solidário, popular, comunitário – que diferentes empreendimentos da economia solidária já estão desenvolvendo em várias partes do Brasil” (Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do MTE, Ipea, *Políticas sociais – acompanhamento e análise*, agosto de 2004).
- 15 Alguns exemplos: o Prêmio Empreendedor Social, parceria da *Folha de S. Paulo* com a Fundação Schwab, identifica líderes de ONGs, empresas, cooperativas e pessoas que desenvolveram iniciativas sociais e sustentáveis em benefício de comunidades de baixa renda; o Prêmio Empreendedor Social Ashoka-McKinsey capacita e apóia organizações da sociedade civil que desenvolvam projetos de geração de recursos e impacto social; o Prêmio Santander Banespa de Empreendedorismo está voltado para universitários; o Prêmio Valor Social, para empresas que têm “compromisso social”. A Fabesb (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) financia projetos selecionados através do *Programa Bahia Inovação – Empreendedor Social*. O Sebrae promove desde 2001 o Prêmio Prefeito Empreendedor, destinado a incentivar governos locais que desenvolvam “projetos que favoreçam o fortalecimento dos pequenos negócios”. As informações podem ser encontradas nos sites das referidas entidades.
- 16 Segundo Beto Cury, dirigente da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, “a questão do emprego juvenil e da elevação da escolaridade são prioridades desse segundo mandato. É um contingente de 4,5 milhões de jovens brasileiros, entre 15 e 29 anos, desempregados e sem carteira assinada, fora da escola e sem concluir o ensino fundamental. O governo está investindo em programas de juventude para garantir a inclusão desses jovens por meio da qualificação profissional e da escolaridade. Nessa linha, é essencial discutirmos ações de empreendedorismo e cooperativismo” (Presidência da República, *Destques do Governo*, 27/05/2007).
- 17 Segundo Paul Singer, com a criação da Senaes, o Estado brasileiro reconheceu “um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980”. A relação “natural” entre a difusão do empreendedorismo e as contingências do contexto atual é sublinhada, por exemplo, por DEMO (2002) e OLIVEIRA (2004).

te de política social e perceber suas articulações com uma também predominante concepção da questão social. A primeira consiste justamente na redução da questão social à pobreza e na definição de pobreza como uma situação em que indivíduos se encontram por falta de certos dotes, dotes que uma vez adquiridos os capacitam a pular a linha da pobreza¹⁸. Na cesta de dotes se incluem a escolaridade, o aprendizado do autocuidado com a saúde, e outros, entre os quais, é claro, o saber lidar com a renda. Definida a questão social como carências individuais – definição que teorias rivais refutariam, opondo o papel das estruturas econômicas, sociais e políticas –, emerge uma segunda premissa, agora referente às políticas sociais: políticas sociais de natureza coletiva, universais, são formas anacrônicas e ineficazes de lidar com a questão social. São caras, desperdiçam recursos, penalizam investimentos e não alcançam os pobres. Inovadoras são, assim, as ações que se dirigem a indivíduos, a grupos específicos, a segmentos da população pobre, que devem ser tratados de modo diverso em respeito às diferenças que guardam entre si¹⁹. Uma terceira premissa consiste no entendimento de que inclusão significa entrar no mercado, não importa como. Incluído não é – como postulariam teorias rivais – o cidadão portador de direitos civis, políticos e sociais; é o produtor/consumidor de mercadorias, ainda que a mercadoria seja pipoca. A marca da inclusão deixa de ser a carteira de trabalho e passa a ser o CPF que habilita o indivíduo a transitar numa instituição bancária, ainda que seja um banco só para pobres.

A estratégia do empreendedorismo é, contudo, apenas um dos pilares da concepção predominante de política social. Há um segundo, substantivado numa outra estratégia que embora à primeira vista pareça estranha à do empreendedorismo é com ela perfeitamente compatível. Em reverência ao Nobel da Paz pode-se manter o simbolismo geográfico, chamado-a de estratégia Madre Teresa de Calcutá. Também pretendente a consensual e auto-explicativa, essa estratégia patenteou-se com vigor em recente afirmação do presidente da República diante das câmeras de TV: os ricos não precisam do Estado. Mesmo levando em conta que a fala presidencial freqüentemente se reveste de um tom metafórico e que, não sendo o presidente um cientista social, não cabe cobrar-lhe precisão conceitual, fica nítida a concepção vigente de que a ação do Estado em *matéria social* (não em qualquer matéria), ou seja, a política social, é ação para os pobres.

18 Essa definição de pobreza está claramente enunciada no Relatório PNUD (1990). Ver também PAES e BARROS (1999).

19 Mulheres negras, por exemplo, devem ter programas de saúde especificamente destinados a elas. Ver MAIO, RODRIGUES & MONTEIRO (2006).

Novamente, premissas teóricas (e por suposto controversas, vale insistir) escapam do ostracismo a que a ciência social-fotografia as submete. A primeira delas é exatamente essa: a de que a política social tem por função proteger os pobres, contraditória, pelo menos, com a formulação já clássica de Polanyi. Para Polanyi, como se sabe, as ações governamentais de cunho social – voltadas ou não apenas para os pobres – têm historicamente por função proteger a sociedade como um todo dos riscos que a expansão do mercado acarreta, em particular das desigualdades, que, no limite, ameaçam a própria integridade do tecido social²⁰. Em fina sintonia com a primeira, salta aos olhos uma segunda premissa, que, definindo política social como política assistencial, a associa à bondade. Esse entendimento, que também se contrapõe ao de Polanyi – e que contraria todos os clássicos da teoria política desde Maquiavel –, possibilita a seus seguidores desconsiderar como sociais outras políticas fundamentais para o enfrentamento da questão social, como transportes, saneamento e, especialmente, previdência social²¹. A terceira premissa, mais explícita que as demais, tem a ver com a caracterização da estratégia como inovadora (capaz de introduzir “mudanças significativas em relação a práticas anteriores” e assim diferenciar-se do assistencialismo tradicional), remetendo ao conceito de questão social embutido na concepção predominante de política social. Tal premissa sugere que as “novas” políticas (assistenciais) para os pobres, ao exigirem condicionalidades, funcionam como mecanismos de empoderamento²². Mediante a “promoção do alívio imediato da pobreza [...], o reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação [...], o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações”²³, indivíduos se tornam aptos a superar a situação de vulnerabilidade. Induzidos a frequentar cursos nos quais aprendem a pescar – e a usar o microcrédito para comprar o anzol –, ganham auto-estima; requisitados a participar (de conselhos e atividades comunitárias), auferem os dividendos do capital social.

As duas estratégias, o empreendedorismo à Yunus e o assistencialismo *a la* Madre Teresa de Calcutá, constituem os alicerces des-

20 Ver sobretudo os capítulos 7,8 e 9 de *A grande transformação*.

21 A previdência social passa a ser matéria de finanças públicas, cujos especialistas a apresentam como um saco de maldades que deve ser extirpado.

22 O Programa Bolsa Família, carro-chefe da política social do governo federal, é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$60,01 a R\$120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$60,00), de acordo com a Lei 10.836 de 09/01/2004 e o Decreto n. 5.749 de 11/04/2006.

23 Ver o portal eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

sa nova concepção de política social, tida como capaz de substituir com vantagens o supostamente jurássico Estado de bem-estar social e seu padrão universalista de proteção social. Juntas, elas convergem para reforçar tendências como a de desresponsabilizar o Estado pela manutenção da ordem republicana e de delegar tarefas de combate à exclusão ao mercado ou à própria sociedade. Combinadas, elas conferem estatuto de verdade absoluta à noção discutível de que é possível incluir segmentos social e economicamente marginalizados via programas pontuais de alívio à pobreza e fomento à autopromoção – importantes, sem dúvida, mas inócuos na ausência de projetos de desenvolvimento que gerem empregos dignos e que possam alterar as estruturas que reproduzem as desigualdades. Articuladas, por fim, ajudam a disseminar a ilusão de que a disponibilidade de capital social, linhas de microcrédito e rotas de empoderamento configuram versão popular do acesso ao capital propriamente dito e do ingresso nos círculos dos poderosos – por definição inexecutáveis para os pobres –, e que, como esses, oferecem oportunidades de mobilidade social.

É indiscutível que programas como os que compõem a concepção predominante de política social acima descrita desempenham papel relevante, enquanto práticas, no Brasil, na Índia, ou alhures. Todavia, enquanto *concepção* de enfrentamento da questão social, a concepção predominante de política social se mostra bem menos ambiciosa do que aquela que se propõe a renovar. Sobretudo, se mostra menos ousada, na medida em se exime da discussão teórica, ocultando-se sob os véus da empiria e do consenso. Ora, a todos nós, cientistas sociais, importa saber quem são e onde estão os pobres, assim como a todos nós, cidadãos, incomoda a persistência da pobreza. Nem por isso cabe renunciar à tarefa de dar respostas a indagações mais provocativas – sobre causas e determinantes, por exemplo – e confrontar explicações erigidas sobre fundamentos rivais. Aceitar que seu objeto seja uma hiper-realidade auto-explicativa desmerece a ciência social, tornando-a prisioneira de uma hipotetoria incapaz sequer de validar as práticas que enaltece.

Referências

DEMO, Pedro (2002). *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2002, v. 6 (Coleção Prospectiva).

FERRAREZI, Elizabeth (2003). “Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas”. *Revista do Serviço Público*, ano 54, n. 4. Brasília: Enap.

MAIO, Marcos, RODRIGUES, Paulo Henrique & MONTEIRO, Simone (2006). *Política social com recorte racial: o caso da saúde da população negra*. Trabalho apresentado ao 30º Encontro Nacional da Anpocs, GT Políticas Públicas, Caxambu, outubro de 2006.

OLIVEIRA, Edson Marques (2004). “Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias”. *Revista da FAE*, 7:2. Curitiba.

PAES e BARROS, Ricardo (1999). *Condições de pobreza e desigualdade no Brasil*. Ipea.

PAES e BARROS; Ricardo; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel & MENDONÇA, Rosane (2006). *Conseqüências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira*. Ipea.

PNUD (1990). *Relatório de desenvolvimento humano*. PNUD, Nações Unidas.

POLANYI, Karl (1980). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.

SANTOS, Boaventura Souza (1995). *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez.

*

Aquecimento global, ecologismo dos pobres e ecossocialismo

João Alfredo Telles Melo

Do ponto de vista de uma formação socioeconômica mais avançada, a propriedade privada dos indivíduos na Terra parecerá tão absurda como a propriedade de um homem sobre outros homens. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, ou mesmo todas as sociedades existentes num dado momento, em conjunto, não são donos da Terra. São simplesmente os seus possuidores, os seus beneficiários, e têm que a legar, num estado melhorado, para as gerações seguintes, como *boni patri famílias* (bons pais de família)

(Karl Marx, “O Capital”).

John Bellamy Foster, autor de um dos livros mais importantes para os ecossocialistas (*A Ecologia de Marx, materialismo e natureza*, Civilização Brasileira), em artigo recente, intitulado *A Ecologia da Destruição*, nos chama a atenção para o fato de que “é uma característica da nossa época que a devastação global pareça sobrepor-se a todos os outros problemas, ameaçando a sobrevivência da Terra como a conhecemos”.

A grande repercussão do quarto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, da ONU, em sua sigla em inglês) – em que milhares de cientistas de praticamente todo o planeta, não só constataram a relação direta entre fenômenos climáticos intensos decorrentes do aquecimento global com a emissão dos chamados gases de efeito estufa (GEE) pelas atividades industriais, energéticas e agrícolas, mas também apontaram projeções catastróficas para este século, caso não haja uma drástica mudança na matriz energética e no padrão de consumo – deu foros de cientificidade ao documentário *A Verdade Inconveniente*, do ex-vice-presidente estadunidense Al Gore,

que recebeu o Oscar deste ano e também, juntamente com o próprio IPCC, o prêmio Nobel da Paz.

Portanto, com exceção da minoria dos chamados “céticos”, dentre os quais se encontram cientistas sérios, como o brasileiro Aziz Ab’Saber, e organizações bancadas pelo governo Bush e pelas grandes indústrias de petróleo e carvão mineral no mundo, há uma ampla maioria – amplíssima, diria – de gente da comunidade científica (e aqui se perfilam brasileiros da maior respeitabilidade, como José Goldenberg, Carlos Nobre e Luis Pinguelli Rosa), dos movimentos ambientalistas, de governos e até de setores empresariais que, a partir dos dados do IPCC, procuram encontrar saídas para a crise planetária, manifestada hoje pelo aquecimento global que ameaça a vida na Terra.

Abra-se aqui parêntesis para aduzir que a aposta que os céticos – em sua versão séria e não comprometida com os interesses do capital petrolífero e mineral – é uma aposta perdida, em suas duas possibilidades. Se eles estiverem errados (quando afirmam que o fenômeno do superaquecimento é natural e que as previsões do IPCC estão equivocadas), podem, de forma involuntária, estarem contribuindo com o *lobby* das grandes corporações petrolíferas e mineiras, impedindo a mudança do padrão energético para as fontes renováveis e serem responsáveis pela catástrofe que se prenuncia. Por outro lado, se estiverem certos (o que não é muito provável, dado o amplo consenso científico alcançado depois de quase vinte anos de IPCC), estão atrasando a nossa evolução para a despoluição do planeta. Ou seja, ainda que, numa hipótese quase absurda, não esteja ocorrendo o aquecimento provocado pelas atividades humanas, o alerta do IPCC, no mínimo, questiona o modo de produção e o modo de vida humana no planeta e nos induz a mudanças profundas e necessárias.

Voltando ao tema, vou me permitir não mais ter que detalhar, mas apenas listar, em parte, o extenso e impactante elenco de fenômenos climáticos e de suas resultantes sobre a vida no planeta, já amplamente divulgada pela grande imprensa, como o acréscimo da temperatura média da terra, o derretimento das geleiras e calotas polares, a desapareção de espécies, a subida do nível do mar, a desertificação e seus profundos impactos sobre a humanidade, que poderá conviver – aliás, já está convivendo – com os chamados “refugiados ambientais” (vítimas de enchentes, tornados, secas, furacões, que, nos últimos tempos, têm atingido populações tão diversas como as asiáticas, as das pequenas ilhas do Pacífico, ou mesmo, nas terras do Império Americano, com o Katrina, em New Orleans, e o incêndio que está devastando a Califórnia, nos últimos dias).

Se voltarmos ao nosso país – que é o quarto maior emissor de GEE, em face das queimadas e desmatamentos de nossas florestas – o que se prenuncia é gravíssimo. Se, em todo o planeta, no próximo século, ultrapassarmos a linha perigosa de acréscimo de 2°C na temperatura média da terra, metade de nossa Floresta Amazônica (a mais importante cobertura vegetal tropical do planeta) se transformará em savana, causando profundos impactos não só na própria temperatura da Terra, como no regime de chuvas em todo o Hemisfério Sul. Para o Nordeste brasileiro, as previsões não são menos sombrias. O nosso semi-árido, que, mais uma vez, convive com uma estiagem prolongada, se transformaria em região árida, num quase deserto, sem água e sem produção agrícola.

Estariamos diante do apocalipse? Paulo Artaxo, um dos cientistas brasileiros do IPCC, tenta nos tranquilizar: “O aquecimento global não é o fim do mundo, de jeito nenhum”, mas adverte: “um dos pontos cruciais do relatório do IPCC é a urgência da diminuição da emissão dos gases do efeito estufa. Se não fizermos isso, a temperatura vai subir de forma a trazer danos para os ecossistemas e zonas costeiras sem precedentes na história da humanidade”. Para ele – e o IPCC – esse corte deveria ser em torno de 50 a 70 por cento. (*Caros Amigos*, edição especial: *Aquecimento Global, a busca de soluções*).

Ora, a necessidade imperiosa da redução na emissão de GEE na escala de 50 a 70% torna o Protocolo de Kyoto (que, todos sabemos, não foi assinado nem pelos Estados Unidos, primeiro ou segundo maior emissor de CO₂, nem pela Austrália, uma das maiores exploradoras de carvão mineral) absolutamente obsoleto e inócuo. Recorde-se: Kyoto propõe, apenas para os países em desenvolvimento (principais responsáveis pelo aquecimento), o corte de somente 5% (nos níveis de 1990) para até 2012. O Brasil, a Índia e a China, dentre outros, (que, dado o seu crescimento econômico vertiginoso já teria ultrapassado os EUA e que tem na base de sua matriz energética o combustível de maior poluição, que é o carvão mineral) não são obrigados a cumprir metas de redução.

Todo esse debate não se refere, por óbvio, apenas a números. Aqui se trata, em primeiro lugar, da tentativa de se compatibilizar a urgência urgentíssima na diminuição drástica de emissão de CO₂ e outros GEE para a atmosfera, com o direito e a necessidade de países pobres se desenvolverem e atenderem os direitos e necessidades de sua população.

Como atender tais necessidades sem tocar no padrão de vida e consumo das classes médias e altas tanto no Hemisfério Norte (onde são majoritárias) como no Hemisfério Sul (onde são minoritárias)? (Já gastamos 25% a mais do capital natural da Terra e seria preciso que

tivéssemos pelo menos quatro planetas Terra para que todos alcançassem o nível de vida do chamado “american way of life”.) Uma nova “utopia” (sustentabilidade ambiental, igualdade social e desenvolvimento econômico em escala planetária) seria possível na atual configuração geopolítica mundial onde o poder destrutivo da indústria armamentista, petrolífera e minerária se materializa em governos como de Bush, senhor das guerras no mundo? É possível superar a atual crise nos marcos do sistema capitalista? Nas palavras, mais uma vez, de Foster: “Como é que isto se relaciona com as causas sociais e que soluções sociais podem ser oferecidas em resposta tornaram-se as questões mais urgentes com que a humanidade se defronta”.

Esse debate se situa no campo da chamada Ecologia Política, que, na compreensão de Joan Martinez Alier, estuda “os conflitos ecológicos distributivos – isto é, os conflitos pelos recursos ou serviços ambientais, comercializados ou não”. Para ele, a Ecologia Política é “um novo campo nascido a partir dos estudos de caso locais pela geografia e Antropologia Rural, hoje estendidos aos níveis nacional e internacional” (*O Ecologismo dos Pobres*, Editora Contexto). É a Ecologia Política, juntamente com a Economia Ecológica, que pode nos desvendar as causas da crise e apontar as soluções reclamadas por Foster acima.

Carlos Walter Porto-Gonçalves, um dos mais atilados ecologistas políticos da atualidade nos situa, de forma ainda mais precisa, na atual crise planetária, quando afirma que “o desafio ambiental se coloca no centro do debate geopolítico contemporâneo enquanto questão territorial, na medida em que põe em questão a própria relação da sociedade com a natureza, ou melhor, a relação da humanidade, na sua diversidade, com o planeta, nas suas diferentes qualidades” (*O Desafio Ambiental*, Editora Record).

Para ele, há contradições profundas entre a economia capitalista e a dinâmica ambiental. A separação – “a mais radical possível”, em suas palavras entre homens e mulheres, de um lado, e a natureza, de outro; a apropriação privada dos recursos ambientais, em que tudo é transformado em mercadoria; o “princípio da escassez”, pelo qual um “bem só tem valor econômico se é escasso” são absolutamente contraditórios com a visão ecológico-ambientalista de riqueza natural. Vejamos, em suas próprias palavras:

Os economistas modernos vão fundar a economia no conceito de escassez, que, paradoxalmente, é o contrário da riqueza. Tanto é assim que os bens abundantes – idéia central da riqueza – não são considerados como bens econômicos e, sim, como naturais (...) Somente à medida que a água e o ar se tornam escassos – com a poluição, por

exemplo – é que a economia passa a se interessar em incorporá-los como bens no sentido econômico moderno, isto é, mercantil.

Essa distinção entre riqueza natural – objetivo maior de todos os movimentos ecológicos – e riqueza material – que advém da escassez e, para deleite do sistema mercantil, transforma os bens ambientais em mercadoria – também é tratada por Foster, em outro belo texto, chamado *Revolução Ecológica*, onde se vale do filósofo grego Epicuro, que declarava: “Quando medido pelo propósito natural da vida, a pobreza é grande riqueza, riqueza ilimitada é grande pobreza”.

Portanto, para Foster,

o livre desenvolvimento humano, surgindo num clima de limitação e sustentabilidade naturais, é a verdadeira base da riqueza, de uma riqueza para a existência multilateral; a busca sem limites de riqueza é a fonte primária do empobrecimento e sofrimento humanos. É desnecessário dizer que tal preocupação com o bem estar natural, em oposição a necessidades e estímulos artificiais, é a antítese da sociedade capitalista e a pre-condição de uma comunidade humana sustentável.

Assim, é plenamente justificável que se afirme que, sob o capitalismo, não há possibilidade de superação da atual crise planetária, o que nos permitiria atualizar, como quer Michel Löwy, outro grande expoente atual do ecossocialismo, a consigna de Rosa Luxemburgo para “Ecossocialismo ou Barbárie”.

Ora, afirmar isto – a contradição fundamental entre o sistema capitalista e uma nova forma de organização sócio-político-econômica fundada na sustentabilidade e justiça ambiental, na igualdade social e, também, por óbvio, na democracia política em suas formas mais avançadas de participação popular – por si só, não é suficiente para os ecossocialistas. Nas palavras de Löwy:

É preciso começar a construir esse futuro desde já. É necessário participar de todas as lutas, inclusive das mais modestas; como, por exemplo, a de uma comunidade que se defende contra uma empresa poluidora; ou a defesa de uma parte da natureza que esteja ameaçada por um projeto comercial destrutivo. É importante ir construindo a relação entre as lutas sociais e as ambientais, pois elas tendem a concordar, unidas ao redor de objetivos comuns (*Ecologia e Socialismo*).

É esse campo – os das lutas sócio-ambientais – que reclama a presença dos ecossocialistas. Aqui, poderíamos listar as lutas das comunidades costeiras contra o turismo predatório e a criação de camarões em cativeiros; a resistência dos atingidos por barragens

contra os grandes projetos hidrelétricos; o movimento que reúne sem terra, agroecologistas, defensores de consumidores e ambientalistas contra a adoção de sementes transgênicas; a luta de populações locais contra a ampliação das usinas nucleares; a resistência de índios e pequenos agricultores no embate contra a transposição das águas do Rio São Francisco; a articulação dos povos da floresta – índios, quilombolas, seringueiros e ribeirinhos – contra ao avanço do agrogêncio do gado e da soja na Amazônia Brasileira; a luta das mulheres camponesas contra o exército verde da monocultura do eucalipto; o enfrentamento dos ecologistas e urbanistas contra a especulação imobiliária nas grandes metrópoles etc.

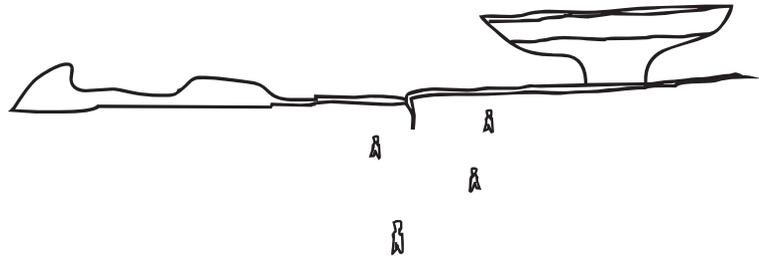
Aqui, estamos diante do que Martinez Alier denomina de “ecologismo dos pobres” ou “ecologismo popular”, que, nas palavras do autor, tem como eixo fundamental o interesse pelo meio ambiente como “fonte de condição para a subsistência” e como fundamento ético “a demanda por justiça social (*e ambiental, acrescentaria*) contemporânea entre os humanos”. Essa corrente do movimento ambientalista, por lutar “contra os impactos ambientais que ameaçam os pobres, que constituem a ampla maioria da população em muitos países” tem uma presença muito forte nos países do Hemisfério Sul (no antigamente denominado terceiro mundo).

As lutas com tais características – sócio-ambientais, do ecologismo popular – têm uma importância fundamental, não só para os ecossocialistas, mas para o próprio futuro do planeta. Ali, há uma resistência que, partindo da luta concreta por direitos humanos básicos de moradia, cultura, de modo de vida e de produção, e, também, ao ambiente saudável, questiona os fundamentos não só do atual modelo econômico, mas, em última análise, investe contra as bases do próprio modo de apropriação privada do sistema capitalista, responsável pelo atual estágio de degradação do ambiente planetário. Nessas comunidades, se contrapõem não só interesses materiais, mas formas de vida e produção antagônicas.

Portanto, neste momento (mesmo que ainda de forma não articulada) podem se estar forjando não só as alianças sociais fundamentais para esse processo de transformação urgente e necessário – a Revolução Ecológica – mas, também, as bases sócio-econômico-ecológico-cultural-ético-políticas de uma nova sociedade que possa superar a atual crise ambiental global para se tornar, a um só tempo, ecologicamente sustentável, socialmente justa e igualitária, cultural e etnicamente diversa, e política e radicalmente democrática: a sociedade ecossocialista. Estaremos à altura desse imenso desafio?



IV – Batalha das Idéias



Autores

Tâmara de Oliveira

Doutora em Sociologia pela Université de Provence e professora da Universidade Federal de Sergipe

Edgardo Mocca

Professor de Ciências Políticas da Universidade de Buenos Aires. Este texto também foi publicado em La Insignia

Carlos Pio

Professor de Economia Política Internacional da Universidade de Brasília (crpio@unb.br)

Jeitinho brasileiro e desigualdades sociais: como o método científico pode exercer violência simbólica

Tâmara de Oliveira

As conclusões do livro *A cabeça do brasileiro* de Alberto Carlos Almeida (2007), recentemente lançado, são resultado da Pesquisa Social Brasileira (PESB), financiada pela Fundação Ford. Segundo o autor, trata-se de estudo dos chamados *core values* da sociedade brasileira, através de um considerável levantamento quantitativo fundamentado em técnicas de pesquisas de opinião, cuja hipótese central é a da mudança dos alicerces das crenças sociais dos brasileiros à medida do aumento da escolaridade e da substituição das velhas pelas novas gerações (Almeida: 2007, p. 20).

O trabalho é definido na “orelha do livro” como “provocador”, “politicamente incorreto” e fonte de um “vale-tudo acadêmico e periacadêmico” legítimo. Embora recusando o termo “vale-tudo”, pois o que entendo por isso dificilmente pode ser considerado legítimo, não pude deixar de tomar posição a respeito desse trabalho porque, voluntária ou involuntariamente, ele exerce violência simbólica contra a maioria da população brasileira, ou seja, contra suas classes “baixas” ou “populares”. Sendo assim, resolvi fazer uma análise relacionando sua conclusão geral àquela inscrita no primeiro capítulo, já que trabalhei com o tema, o *jeitinho brasileiro*, tendo portanto material empírico para comparação.

Articulada à motivação acima, decidi escrever sobre esse trabalho porque acredito que sua metodologia quantitativa seja uma fonte

a priori para obtenção de um alto grau de reconhecimento social, já que a matematização da realidade, ao longo da história da modernidade e mesmo estando sempre em concorrência com outras abordagens da realidade, é facilmente apropriada pelo conhecimento do senso comum como meio incontestado de obtenção de verdades científicas objetivas, neutras – sobre a natureza, o homem e sua vida histórico-social. Assim, reconhecido, esse livro não só pode colocar em questão a validade do conhecimento nas ciências sociais, como também é uma potência reprodutora das relações sociais perversas da nossa sociedade, já que confere, repito, voluntária ou involuntariamente, legitimidade ao desprezo social aos “pobres”.

Vou lançar mão da palavra de um dos meus informantes de pesquisa, para depois argumentar porque, embora cidadão sem escolaridade média completa, com situação social média-baixa e nordestino, acredito que se trata de alguém que entende melhor o jeitinho brasileiro do que Alberto Carlos Almeida, apesar de sua pesquisa:

P: Uma das coisas que eu ia perguntar, é: “o que caracteriza o Brasil é o jeitinho brasileiro”. O que você pensa dessa frase e o que é o jeitinho brasileiro pra você?

R: O jeitinho brasileiro? É o que, o que falam né? É o que foi criado de, de *início*, o nosso país, foi essa formação, então, já vem de dentro de milh, milh, vamos dizer: são quinhentos anos de descobrimento do Brasil – na mentira né? Então vamos colocar milhões de anos que o Brasil existe, então antes dos colonizadores de Portugal, de, de, dos espanhóis, virem pr’aqui, antes disso já tinha o jeitinho né? ‘Rapaz, dá, né?, quer dizer: então mais ou menos por aí. É um sistema que funciona em qualquer situação. Não que você abuse dessa maneira de, de..., mas vamos supor que hoje eu dependa de você pra levar meu filho na escola. Você...num tem tantos compromissos assim, eu digo: ‘amiga, você pode levar meu filho na escola?’ Cê não tem obrigação nenhuma de fazer isso pra mim: ‘Ah, rapaz, tudo bem, que é isso, rapaz, eu levo – tranquilo’. E, foi um jeito que você deu de...amenizar um sofrimento meu, ou seja, diminuiria minha carga de trabalho; já me deu uma grande ajuda né? O jeitinho brasileiro pra mim é esse de – esse lado. Então, é um benefício que você tem a dar a alguém sem pensar que amanhã vai cobrar aquilo né? Eu acho que é esse o jeitinho brasileiro.

P: E no trânsito, o que seria o jeitinho brasileiro no trânsito?

R: Amenizar a ignorância, né, do, do, da falta de compreensão e entendimento no momento do ato ocorrido. Então vamos supor que tenha uma colisão. Então dois carros: pá! Bateu. Desce um condutor, o outro condutor e os dois vão se desentender: ‘não, você tá errado’; ‘não, é você que tá errado’; ‘meu amigo, vamos conversar e vamos...vamos ver realmente de quem partiu o erro’. Fique certa que eu estando errado talvez

eu não queira assumir o próprio erro, né? Por uma questão minha, né, de ser; porque o ser humano, ele tem isso, né? De repente ele tem um erro que ele não admite. Tô certo e pronto. Por algum poder que ele tem. Então naquela forma ali, já pode, já poderia ter o jeitinho brasileiro: ‘quanto é que vai custar teu serviço de lanternagem ou de lataria ou de iluminação, vamos dizer de uma peça que quebrou, quanto é que vai te custar, pense; em média vai achar que é quanto?’. ‘Rapaz, vai ser mil reais’. ‘E se eu levar pra uma pessoa minha...cê tem como levar o carro até lá e eu peço à pessoa pra ele fazer esse orçamento e eu pagando: pode ser?’ E a pessoa...aceitar, quer dizer, ele tá fazendo a parte dele ao invés de, vamos dizer, chamar o...Quando não tem coisas graves, é claro. Chamar uma perícia, uma coisa que vai...tirar todo um sistema ali; de repente o que tava certo vai passar a ser errado, entendeu? Eu acho que mais ou menos por aí; um guarda ali que conhece mais um. É mais camarada de um lá. O outro ele nunca viu, então vai pro xadrez: ‘não, tu tá...tu é meu, vou te defender aqui, a gente faz o que puder aqui’. Também isso é jeitinho brasileiro, né? Esse sistema, ói...!’ – 34 anos, casado, três filhos, ensino médio incompleto, pequeno comerciante, usuário não motorizado do trânsito (ciclista).

Este ator social, que não está aqui enquanto subjetividade particular mas como informante cuja expressividade da palavra sintetiza os elementos fundamentais aparecidos empiricamente e analisados tipologicamente (Schnapper: 1999), revelou, por um lado, conteúdos simbólicos potentes do jeitinho brasileiro enquanto identidade nacional, definindo-a como práticas de solidariedade entre particulares. Mas por outro lado, exatamente quando o pesquisador solicitou-lhe uma reflexão sobre as relações jeitinho/espço público institucionalizado, apresentou conteúdos referentes à negociação pessoal de conflitos, em oposição à ruptura das normas pelas instituições beneficiando usuários que possuem laços pessoais com responsáveis institucionais.

O primeiro grupo de conteúdos é articulado a um julgamento francamente positivo do jeitinho, enquanto o segundo o é a um julgamento opositivo, onde a validade legitimada de um consenso *interativo e comunicativo*, se opõe à expectativa de *injustiça* da regulação social *sistêmica*, pois esta seria marcada pela ruptura do princípio de *impessoalidade* da aplicação das normas que a fundamenta. Melhor dizendo, a análise de conteúdo da palavra desse e dos outros informantes interpreta-os como atores sociais claramente inseridos na tensão *validade/facticidade* (Habermas, 1999) da regulação social *moderna*, como atores cuja relação com a ordem social é marcada constitutivamente por uma *confrontação decepcionante*. Melhor dizendo, assim como entendem outros autores que estudaram o jeitinho brasileiro (Mériti de Souza: 1999; Bernardino Leers: 1982), este fenômeno não forneceria uma explicação do caráter não-moderno do Brasil, mas se-

ria um fenômeno polissêmico e complexo, histórica e sociologicamente articulado ao caráter perverso e estruturalmente desigual da nossa própria modernidade.

Em suma, a análise do discurso dos informantes permitiu validar elementos interpretativos desse fenômeno social que aparecem entre os que o estudaram especificamente, indicando que as ciências sociais já têm pontos consensuais em seu entendimento do jeitinho brasileiro. Vou colocá-los em meus próprios termos, especificando autores afins: caráter multidimensional e polissêmico de suas práticas e representações, cuja articulação com julgamentos de valor é relativa às situações ou ao contexto (Livia Barbosa, 1992; Mériti de Souza, 1999; Bernardino Leers, 1982; Oliveira 2004); nexos causais com as dimensões estruturadas da sociedade brasileira, notadamente com sua estratificação social, articulado à reprodução de um dos primeiros graus de concentração social no mundo em apropriação dos bens objetivos e simbólicos (Mériti de Souza, 1999; Bernardino Leers, 1982; Oliveira, 2004).

Quanto à minha pesquisa especificamente, o mais conclusivo nas relações entre práticas e representações identificadas com o jeitinho e a estratificação social brasileira, foi seu caráter de capital simbólico, ou seja, de estoque social de conhecimentos desigualmente distribuído e reconstrutivo das desigualdades. Melhor dizendo, o jeitinho brasileiro diferencia-se segundo a situação ou classe social dos transgressores diante das instituições, sendo *estoque social de conhecimentos* sobre a modernidade e o Brasil muito mais significativo na orientação prática e simbólica da classe alta e da média- intelectualizada do que da classe média não-intelectualizada e da classe baixa – nestas, o jeitinho brasileiro é significativamente menos conhecido. Enquanto capital simbólico de mediação transgressor/gestão institucional das normas, o jeitinho, assim como outras representações sobre o Brasil que lhe são associadas, participam de uma naturalização a priori negativa do Estado-Nação, definindo o país como realidade não-moderna. Mas tal naturalização negativa permite que os atores sociais que reconhecem e praticam o(s) jeitinho(s) se desresponsabilizem por suas próprias práticas de ruptura das normas, já que estas seriam determinadas por qualidades substanciais do país do jeitinho e não por seus atores.

Neste sentido, conclui-se que o jeitinho brasileiro é ao mesmo tempo ilusório (tendo em vista sua suposta homogeneidade enquanto identidade nacional), construtivo (porque esta representação faz parte da orientação prática e justificativa de atores que o reconhecem, diante da gestão institucional das normas de sanção) e sociologicamente significativo (já que se trata de uma representação que passeia entre as Ciências Sociais, a produção artístico-cultural e a socialização dos

atores sociais no Brasil). Pois bem, o informante citado, através de uma linguagem cotidiana, não científica, manifesta reflexividade sobre a multidimensionalidade e a complexidade do que ele conhece sobre o jeitinho em sua experiência social – coisa que salta aos olhos quando, descrevendo uma prática oposta ao sentido positivo de solidariedade e consenso com os quais ele vinha definindo a identidade nacional, se surpreende, mas reconhece que também se trata do jeitinho brasileiro. Já Alberto Carlos Almeida (2007) produziu um texto demasiadamente simplista, embora tenha realizado um grande trabalho de levantamento quantitativo do fenômeno – não por ser quantitativo, pois dados quantitativos são sempre importantes para as ciências sociais, mas sobretudo pelo tratamento que deu a esses dados.

Sem falsa ou verdadeira modéstia, Almeida (2007) explode aqueles elementos passíveis de consenso nos estudos sobre o jeitinho: é contraditório quanto à relatividade do jeitinho às situações ou ao contexto, porque ele busca demonstrar um laço substancial e unívoco entre jeitinho, corrupção e *arcaísmo* brasileiro; não apresenta instrumentos teórico-metodológicos capazes de explorar as relações entre o jeitinho e a ordem social estruturada – já que sua metodologia foi delimitada por técnicas de pesquisas de opinião –, mas opera uma análise de dados sobre o jeitinho que parece ser realizada cegamente para justificar a tese geral inscrita na introdução do livro, pretensamente macro-sociológica, segundo a qual:

O Brasil, na verdade, são dois países muito distintos em mentalidade. Dois países separados, num verdadeiro *apartheid* social. Os dois países de que fala Jacques Lambert, retratados nessa pesquisa de forma um tanto diferente. O que está em jogo são valores em conflito, e, por conseguinte, uma sociedade em conflito. Enquanto a classe baixa defende valores que tendem lentamente a morrer ou a se enfraquecer, a classe alta mantém-se alinhada a muitos dos princípios dominantes nos países já desenvolvidos.

Não há um lado certo e outro errado. Há, sim, um lado dominante em lenta erosão – o das classes baixas – e, outro ainda pouco presente, mas que tende a se fortalecer à medida que a escolaridade média da população aumentar. Sim, porque entre os fatores que determinam esse abismo entre brasileiros, um dos mais importantes é a escolaridade. (Almeida, 2007, p. 25)

E ainda:

Esse abismo pode tornar-se ainda maior se ao fato de ter ou não ter ensino superior somarmos outras variantes: tratar-se de homem, jovem, residente da capital de um estado da região Sul ou Sudeste. Especial-

mente se, do outro lado, estiver alguém que sequer tenha completado o nível fundamental da educação formal, se for do sexo feminino, de maior faixa etária e residente em alguma cidade que não seja a capital, situada na região Nordeste. Nesse quadro, possivelmente a distância entre modernidade e arcaísmo será imensa. (Almeida, 2007, p. 26)

Curiosamente, o primeiro capítulo do livro, sob a suposição de um vínculo substancial entre o jeitinho, a corrupção e o *arcaísmo* de um dos Brasis, vai concluir que as práticas jeitosas e sua aceitação são disseminadas de forma relativamente homogênea no Brasil. Mas isso não significou a mínima inflexão em sua tese geral dicotômica: a primeira característica do Brasil arcaico da classe baixa, aquele em *apartheid* cultural para com o Brasil moderno da classe alta, é justamente seu apoio ao jeitinho brasileiro. Além disso, pergunto como se pode distinguir radicalmente um país moderno da classe alta de um país arcaico da classe baixa através de uma exclusiva dedução da situação sócio-econômica pelo grau de escolaridade, já que seus gráficos e tabelas não apresentam variáveis de profissão, renda, propriedade, trabalho ou capital? Será que um Severino Cavalcanti, ator social nordestino, idoso, com escolaridade provavelmente pouco invejável e explicitamente “jeitoso”, seria classificado como membro da classe baixa?

Quanto ao capítulo especificamente verificado, uma reflexão sobre a análise dos dados sobre o jeitinho revelou problemas graves de adequação entre dados apresentados e suas conclusões principais, supostamente confirmadoras de sua hipótese geral: a) se as práticas e a aceitação do jeitinho são disseminadas de forma homogênea no universo estudado e, considerando que o pesquisador vincula substancialmente esse *core value* à corrupção e ao arcaísmo, como concluir que os mais escolarizados são os mais modernos no Brasil, se, embora declarem menos aprovar o jeitinho do que os analfabetos (43% contra 67%), declaram em maior quantidade conhecê-lo e praticá-lo (99% contra 63% e 70% contra 51% respectivamente)?; b) como concluir que à medida que as gerações mais novas forem substituindo as mais velhas haverá uma forte rejeição do jeitinho e da corrupção, se os mais jovens declaram mais praticar e aprovar o jeitinho do que os mais velhos, mesmo associando-o mais à corrupção (74% contra 54%, 56% contra 43% e 54% contra 37%, respectivamente)?

Eu gostaria realmente de entender, mas não sei se é o caso de Almeida. Não sei, porque parece que seus dados sobre o jeitinho já estão previamente submetidos a uma classificação binária da sociedade brasileira, simbolicamente violenta contra quem é classificado como de baixa escolaridade, de classe baixa e preferencialmente mulher, idoso e nordestino. Não sei, porque em certos momentos sua argumentação

revela que suas conclusões estão, elas também, previamente submetidas a uma abordagem dicotômica da regulação moderna não só em termos classificatórios como em termos morais, além de fundamentadas numa perspectiva ideológica ultra-liberal enquanto atributo natural, indiscutível e substancialmente anglo-americano da modernidade. Em suma, seu tratamento dos dados e suas conclusões ignoram a complexidade e a pluralidade social e sociológica dos princípios ideais normativos modernos (Almeida: 2007, pp. 35, 45, 47 e 55).

Quanto ao truísmo de sua conclusão sobre a relação entre aumento da escolaridade e modernidade, fundamenta-se numa abordagem absolutamente formalista da educação e, quando especificada a partir de uma metodologia submissa a um julgamento de valor negativo e *a priori* do jeitinho, privilegiando as questões fechadas que pré-orientam as respostas no sentido de uma limitação da sua polissemia significativa e avaliativa, facilita a estabilização do discurso de informantes que, por dominarem melhor uma linguagem ideal-polarizada dos princípios normativos modernos e um estoque social de conhecimentos relacionando o jeitinho às representações que classificam negativamente o Brasil, respondem que o jeitinho é errado, já que a única alternativa seria responder que ele é certo. Mas a verdade é que os dados estão lá para uma exploração metodológica adequada: os “progressistas” escolarizados conhecem e praticam mais o que eles próprios consideram errado do que os “arcaicos” mal-escolarizados; os jovens potencialmente “progressistas” não só praticam como aprovam mais o “arcaísmo chamado jeitinho” do que os idosos.

Dados quantitativos são sempre importantes para a sociologia empírica, quando não são tratados como verdade científica neutra, quando são articulados à reflexão teórica e controlados em suas relações aos valores do pesquisador. Tanto é assim que a pesquisa de Almeida (2007) confirma que minha associação qualitativa entre o jeitinho brasileiro e a estratificação social tem representatividade quantitativa: seus dados revelam, como os meus revelaram tipologicamente que, quanto menos escolarizados menos os informantes conhecem o jeitinho brasileiro – eles conhecem as práticas, mas não dominam o conceito. Para Almeida (2007) isso não muda nada, já que eles praticam-no como os outros – mesmo se, o autor reconhece, não têm acesso às práticas que exigem situação social objetiva superior. Se refletisse sobre esses “detalhes” o autor poderia reconhecer também que o jeitinho é *estoque social de conhecimentos* desigualmente distribuído, o que impõe uma conclusão oposta à sua, porém mais adequada aos seus próprios dados: são os nossos “progressistas” os que mais conhecem,

se beneficiam e sustentam o que ele próprio define como uma fonte da corrupção no Brasil.

De qualquer forma, voluntária ou involuntariamente e, apesar de seu grande levantamento quantitativo, Almeida (2007) produziu mais uma pérola para a estabilização *realidade social subjetiva/realidade social objetiva* (Berger/Luckmann, 1990) dos brasileiros bem situados sócio-econômica e/ou intelectualmente. Uma pérola revestida da convicção social, amplamente difundida, segundo a qual os métodos quantitativos produzem necessariamente verdades científicas objetivas, neutras. Além disso, contou com apoio público e publicitário do semanário mais lido no Brasil, a *Veja*, bem como do jornalista da *Folha de São Paulo* Marcelo Coelho, em artigo publicado em 12 de setembro de 2007. E, como se ainda fosse pouco, recebeu legitimidade de Roberto DaMatta no programa *Roda Viva*, em 27 de agosto de 2007.

Não pude deixar de tomar posição sobre um trabalho que apresenta como descoberta e demonstração científica a velha e ideológica dicotomia entre “brasileiros ricos, educados e do sul-maravilha” e o “povão pobre, mal-educado e nordestino”, realimentando a secular construção social do desprezo ensinado aos primeiros para com os segundos – assim definidos, dicotomizados e mais uma vez moralmente confortados por esclarecimento “científico”.

Penso que as ciências sociais brasileiras devem estudar detalhadamente a coleta, a análise e as conclusões sobre os dados dessa pesquisa, como o próprio autor convida à página 37, se não por motivação ético-política humanista, pois esse livro, repito, exerce *voluntária ou involuntariamente* violência simbólica contra os socialmente mais fracos, pelo menos por responsabilidade científica: os problemas verificados entre os dados apresentados e as conclusões sobre o jeito brasileiro, indicam tratar-se de uma pesquisa que usa métodos quantitativos de maneira reificada e que não controla a intrusão dos juízos de valor do pesquisador para com seu objeto de análise. Afinal de contas, mesmo reconhecendo que esse controle é sempre delicado e relativo, sabe-se que todo cientista social tem a responsabilidade de praticá-lo. Concluo com um esclarecimento e uma lembrança motivadora:

- a) Esclarecimento: quando falo nos “socialmente mais fracos”, não os entendo como “bons”, “mais corretos” ou “mais racionais”, mesmo porque este artigo crítico ao trabalho de Almeida (2007) é um exercício de combate à identificação entre classificações valorativas e análise científico-social. Mas, assumindo uma postura ético-política humanista, declaro que trabalhos como *A cabeça do brasileiro* agridem a dignidade de conjuntos intei-

ros de pessoas, responsabilizando-as por uma ordem social em que elas são as mais violentadas objetiva e simbolicamente, em que são as mais desapropriadas dos bens sociais objetivos e simbólicos, justamente porque são as que têm menos poder de decisão quanto à regulação social factual.

- b) Lembrança motivadora: lembrando que *A cabeça do brasileiro* é uma obra com potencial de divulgação maior do que a maioria da produção científico-social do país, faço um apelo para que demais cientistas sociais tornem pública sua análise crítica.

*

A problemática atualidade de Gramsci*

Edgardo Mocca

“**P**roduzia-lhe comoção imaginar aquele pequeno homem frágil e enfermo que devorava livros e anotava reflexões: assim havia vencido a prisão e o fascismo que ali o havia encerrado. Parecia-lhe vê-lo realmente, ver a cela, a mesa, o caderno, a mão que escrevia; e ouvir o leve roçar da pena sobre o papel”. Assim Leonardo Sciascia recorda – através de Cândido, personagem central de sua novela homônima – a Antonio Gramsci. Setenta anos depois da morte do intelectual, fundador e dirigente do Partido Comunista Italiano, a imagem heróica do homem que paga com a prisão e a morte a fidelidade a seus ideais continua sendo um símbolo da luta pela liberdade em qualquer parte do mundo.

Surge a tentação de fazer desta imagem, grandiosa por si mesma, o alimento exclusivo da recordação e da homenagem, sem necessidade de remeter-nos a sua militância política e a sua produção teórica. Tem algum sentido voltar-se para o dirigente dos conselhos operários de Turim, para o polemista do comitê central partidário, para o teórico da revolução socialista? Não perdeu toda relevância esse itinerário depois da irreversível derrocada do comunismo, essa grande paixão coletiva do século XX que comoveu a milhões de homens e mulheres, entre eles a parte mais relevante da intelectualidade?

Algo nos rebela contra essa renúncia, contra essa resignação à recordação ritual de um homem à margem de sua história, de suas paixões que tomaram a forma de uma obra teórica rica e complexa. O caminho de pensar Gramsci à margem de sua condição de líder comunista, inserido em uma geografia e em uma temporalidade específica não levaria muito longe: a condição de revolucionário em busca de uma estratégia revolucionária socialista para a Itália define o personagem histórico, explica sua obra e dá sentido a sua militância e a seu martírio.

Aos vinte anos, chega a Turim, vindo de sua Sardenha natal, onde havia nascido em um lar camponês no qual conheceu a pobreza. Nesse momento, Turim já era – e o seria muito mais alguns anos depois – um centro de agitação operária e revolucionária. Foi ali que

* Publicado originariamente no portal Gramsci e o Brasil (www.gramsci.com.br).

se encontrou com o mundo proletário e com o Partido Socialista, um dos poucos que prontamente se perfilariam – pelo menos formalmente – com a corrente internacionalista do marxismo encabeçada pelos bolcheviques russos.

É em Turim que, de forma quase simultânea com a Revolução Russa, se desenrola uma insurreição operária finalmente derrotada e duramente reprimida. Na experiência da luta dos operários da Fiat e de outras fábricas, aparece o modelo organizativo no qual Gramsci crê descobrir um embrião essencial da revolução e do futuro Estado socialista na Itália: os Conselhos Operários.

Em 1921, ano em que se funda o PC italiano, as esperanças de expansão revolucionária a toda a Europa se haviam extinguido. Começou um tempo de refluxo e defensiva; de Moscou, Lênin exortava a substituir a idéia do “assalto” ao poder pela do “longo assédio”. Para Gramsci, este lema se constituiu em uma produtiva obsessão que o levou a questionar grande parte dos pilares do cânone doutrinário do comunismo, e a rastrear a história nacional italiana em busca dos materiais necessários para uma estratégia realmente revolucionária.

Esse empenho por fazer do socialismo um empreendimento nacional, enraizado nas próprias tradições e não só uma mera aplicação de uma receita universal, pode se considerar o eixo organizador do pensamento e da prática de Antonio Gramsci. Foi o que inspirou a linha política que, sob sua direção, se impôs no congresso partidário de Lyon, em 1926.

Para Gramsci, a Revolução Russa de outubro de 1917 não poderia ser repetida nos países ocidentais. No Ocidente – conceito histórico-político e não meramente geográfico –, existe uma poderosa “linha de trincheiras” que protege o Estado dos embates revolucionários; uma “sociedade civil” desenvolvida e complexa opera como âmbito de conservação e reprodução da hegemonia da classe dominante. O conceito de hegemonia passa a ser central em seu dispositivo teórico e estratégico: o Estado não é somente “domínio” de uma classe sobre a base do exercício, potencial ou efetivo, da violência; é também “direção” da sociedade, geração de consenso em torno dos interesses da classe dominante.

Todo o edifício do marxismo economicista em termos teóricos e jacobinistas na prática partidária se estremece; o centro da estratégia revolucionária passa a ser uma “guerra de posições”, destinada a ganhar para a classe operária um lugar de direção entre as classes subordinadas. O partido deixa de ser um “órgão de vanguarda” para ser parte da mesma classe revolucionária. Os intelectuais orgânicos

da classe não são transmissores de verdades e palavras de ordem de aparato, mas produtores de um dispositivo orientado a conseguir uma “reforma intelectual e moral”, uma nova “vontade nacional-popular”.

Não é estranho que a ortodoxia comunista silenciasse durante muitos anos sobre Gramsci, que preferiria cristalizá-lo na imagem do mártir ao invés de recuperar o espírito vivo de seu legado teórico. Os partidos comunistas passaram a ser progressivamente máquinas de expansão da influência política soviética e, com algumas exceções, expulsaram de sua agenda todo debate estratégico e teórico.

Foi em seu próprio partido, o italiano – não casualmente o mais independente do universo comunista com respeito às ordens de Moscou – onde suas contribuições foram resgatadas, com a intenção de seu uso conjuntural para fundar novas táticas políticas, neste caso uma política reformista de integração à democracia que, com os anos, adotaria o nome de “compromisso histórico”.

Foi a partir dessa recuperação de Gramsci pelo Partido Comunista Italiano que sua obra chega à América Latina e, em primeiro lugar, à Argentina. Esse desembarque o devemos, fundamentalmente, a José “Pancho” Aricó, morto em 1991, e ao recentemente desaparecido Juan Carlos Portantiero. Guiados – e, por um breve período, protegidos politicamente – por Héctor Agosti, esses jovens militantes comunistas aproveitaram os postulados teóricos do político intelectual italiano, primeiro, para tentar uma renovação ideológica no PC local e, em seguida, já compreensivelmente expulsos de suas fileiras, para sustentar a prática política das novas esquerdas durante a década de sessenta. A revista *Pasado y Presente* e as numerosas obras de ambos os intelectuais não são, é claro, os únicos rastros do pensamento de Gramsci na Argentina, mas são, sem dúvida, as mais relevantes e influentes.

Como sustentou Portantiero, os “usos” de Gramsci têm sido os mais variados e abrangentes, desde a reivindicação do “espontaneísmo” operário, até o suporte teórico do giro reformista dos comunistas italianos ou as políticas de “Frente Popular”, encaradas por diversos destacamentos comunistas.

Além disso, existe na história de muitos dos que vieram do comunismo, um uso bastante comum: Gramsci foi, como nos recordava, há poucos dias, Juan Carlos Torre, aquela figura tutelar que buscamos na própria família para garantir certa continuidade dentro de um processo de mudanças. Saídos da experiência doutrinária das “verdades” burocráticas, encontramos na prosa gramsciana a sensação de poder sorver em nossa própria linguagem de uma fonte de idéias livre e criadora.

É uma fonte definitivamente esgotada? Se nos aferramos literalmente a suas propostas, pode sê-lo: os dilemas que apaixonaram o militante, o dirigente e o prisioneiro do fascismo não estão hoje na ordem do dia. Há, no entanto, algo na concepção do político de Gramsci que conserva uma paradoxal atualidade.

Em nossos dias, a política tende a ser pensada a partir de uma concepção extremamente individualista, como mera administração ou “gestão” dos assuntos públicos. A retórica da falta de alternativas ao estado de coisas alimenta uma visão consensualista da política na qual desaparece a idéia de conflito. Não se trata de retornar ao conceito gramsciano de hegemonia, tributário de uma filosofia da história com o já predeterminado triunfo da classe operária e do socialismo. Mas sim, de voltar a reconhecer na política sua potencialidade criadora e autônoma com respeito à economia e à ética, sua capacidade para fundar atores e identidades que disputem pacífica e civilizadamente uma “hegemonia” que não comporte a eliminação do inimigo e o final do jogo.

(Tradução de Dina Lida Kinoshita)

*

A falta que o liberalismo faz

Carlos Pio

A palavra liberalismo foi convertida em ofensa no contexto político brasileiro. Liberal é sinônimo de “desumano”, “intransigente”, “arcaico”, “aristocrata”, “entreguista”, “ingênuo”, “desatualizado”, a lista é enorme. Mas ousou dizer três coisas sobre o (mau) uso desta palavra no Brasil: (i) está errado; (ii) nos prejudica; e (iii) nos faz falta. Vejamos.

O liberalismo é um conceito usado para definir uma doutrina tanto política como econômica. Na política, liberal é todo aquele que acredita no imperativo da liberdade individual como espinha dorsal das relações estado-sociedade. Neste sentido, no cerne do liberalismo encontram-se a democracia representativa e o governo republicano (aquele que presta contas à sociedade, está submetido à disputa eleitoral e trata todos os cidadãos sem distinção perante a lei).

Neste sentido estrito, anti-liberais são anti-democratas e/ou anti-republicanos, ou seja, aqueles que acreditam em alguma forma de organização da política que despreza os direitos civis e políticos fundamentais – à vida, independentemente de suas concepções políticas; a votar e ser votado, em eleições justas e competitivas; a ser tratado sem distinção pelas leis do país; à pluralidade de fontes de informação. Após o surgimento ou a adoção do liberalismo político, aristocratas/monarquistas, socialistas/comunistas, fascistas, caudilhos, e os defensores de todos os modelos autoritários de organização política foram desafiados a ajustar suas crenças ao novo padrão de relação estado-sociedade surgido na Inglaterra do século 17. Não há dúvidas de que, desde esses tempos, a história da humanidade atesta a superioridade ética, moral, social, cultural e econômica do liberalismo político.

No terreno da economia, liberalismo também significa a prevalência dos direitos individuais sobre qualquer forma de usurpação pelo Estado ou por outros indivíduos. A essência do argumento liberal é libertária: todo indivíduo é proprietário de sua vida – seu corpo, sua energia, sua força, sua inteligência e criatividade. Pode fazer dela o que bem entender. Mas o direito de cada um termina onde começam os direitos dos demais. Tudo é possível, desde que tudo seja possível

para todos. A igualdade perante a lei – que vem da doutrina política liberal – encontra, na economia, uma aplicação fundamental: a defesa intransigente da propriedade privada, quer sobre bens materiais (terra, dinheiro) quer sobre bens imateriais (vida, trabalho, criatividade). Ninguém pode se apropriar do trabalho de outro sem o seu consentimento. Daí as relações contratuais (salários) substituírem relações de lealdade (servidão) e a escravidão.

Aliada à defesa da liberdade individual na forma de propriedade (material e imaterial), o liberalismo econômico traz, em sua essência, o princípio da igualdade de oportunidades, promovido no plano individual e coletivo. Neste último, o estado teria o papel essencial de prover uma redistribuição das riquezas dos indivíduos mais afortunados para prover melhores condições aos menos pobres, na forma de bens coletivos capazes de alavancar suas chances de gerar mais riqueza no futuro – educação e saúde sendo os mais importantes. No entanto, a fim de desrespeitar o mínimo possível o princípio da liberdade/propriedade individual, as funções do estado para promover a igualdade de oportunidades deveria ser realmente limitada, afinal seu financiamento depende de impostos, uma usurpação da propriedade privada.

A história da humanidade também demonstra a superioridade deste sistema sobre todos os demais que foram pensados para suplantá-lo, razão pela qual marxistas/comunistas, nacionalistas, mercantilistas e os defensores de concepções alternativas de ordem econômica tiveram que se curvar ao capitalismo.

Assim, em sua essência, liberalismo político e econômico são complementares – a despeito da existência de tensões inerentes ao pleno exercício das liberdades econômicas e políticas, como já salientado. Além disso, são responsáveis pela consistente melhoria das condições (materiais e imateriais) de vida em todo o globo.

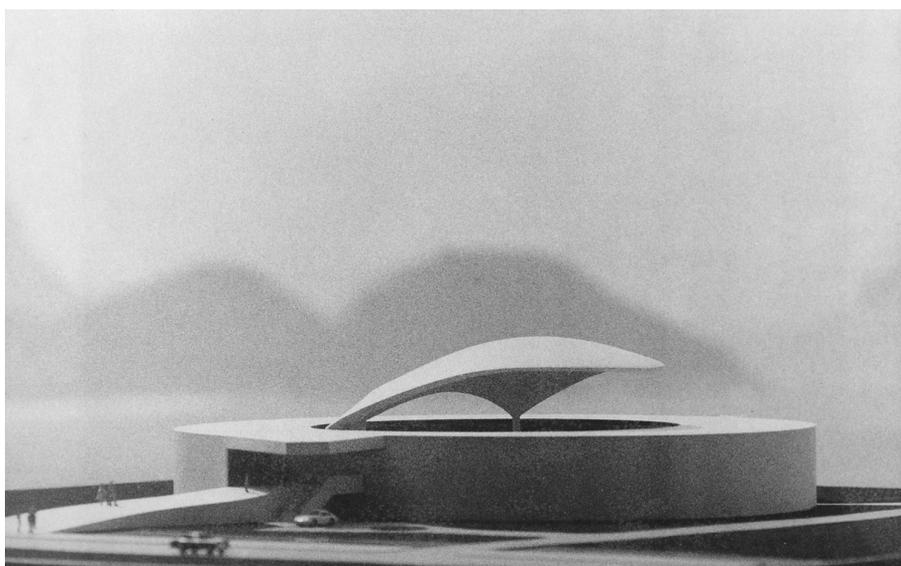
Por que o uso inapropriado no Brasil do termo “liberalismo” – como sinônimo de “arcaico”, “desumano” – haveria de nos prejudicar e fazer falta? Primeiro, porque obscurece o terreno da disputa política entre os que são favoráveis à adoção e/ou consolidação dos direitos individuais contra as usurpações feitas pelo estado e/ou grupos sociais. Afinal, se não assumirmos nossa essência liberal, quem vai defender as rendas dos cidadãos contra a volição gastadora dos políticos? A contenção da fúria arrecadatória dos governantes (impostos altos), da tendência ao endividamento crescente do estado (que implica em mais impostos no futuro e juros altos no presente), do recurso ao financiamento inflacionário dos gastos públicos (que impõe a perda de valor da poupança privada) e mesmo da corrupção requer a existência de uma

sólida armadura liberal na sociedade e nos partidos. Da mesma forma, sem os liberais, quem vai se interpor à ação de grupos de invasores de terras públicas e privadas? Quem vai defender políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento que focalizem prioritariamente a oferta de bens coletivos que aumentem, diretamente, as chances de progresso próprio dos mais pobres? ou seja, quem vai privilegiar políticas em prol da igualdade de oportunidade (educação básica saúde pública de qualidade, programas de transferência de renda para os pobres em troca de qualificação) em detrimento de políticas que transferem rendas para os mais ricos (industriais, tecnológicas, comerciais)?

O debate público brasileiro é marcado pela prevalência de um moderado consenso liberal no plano político, em que são poucos os que expressam claramente suas tendências autoritárias (hoje quase exclusivamente concentradas nos partidos de esquerda) e pelo confronto entre diferentes tendências anti-liberais (de esquerda, de centro-esquerda e de direita) no terreno econômico. No primeiro caso, falta uma corrente política intransigentemente democrática e republicana que só o liberalismo oferece de forma consistente. No segundo, falta um projeto de desenvolvimento capitalista moderno que leve em conta as necessidades de viabilizar investimentos públicos para a ampliação e a melhoria da qualidade dos programas de igualdade de oportunidade. Sem eles, seremos sempre atrasados, arcaicos, desumanos... mas nunca liberais!



V – No compasso das reformas



Autores

Almir Pazzianotto Pinto

Advogado, foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Augusto Carvalho

Deputado federal (PPS-DF) e ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal.

Lucília Garcez

Escritora, doutora em lingüística aplicada, ex-professora da Universidade de Brasília.

O fim de uma era

Almir Pazzianotto Pinto

A aprovação de norma legislativa que tornará opcional o pagamento da Contribuição Sindical, além de preannunciar o encerramento da Era Vargas, trará enorme alívio às classes trabalhadoras. O Imposto Sindical foi instituído em 1939, regulamentado em 1940, transplantado para a CLT em 1943 e reciclado pelo regime militar em 1976 com o nome de Contribuição Sindical.

Tudo, nessa taxa involuntária e coercitiva, traz a cor, o odor e o sabor do corporativismo-fascista, extraído pelo nosso direito coletivo do trabalho da Carta del Lavoro da Itália de Mussolini, que as Constituições de 1946 e 1988 não conseguiram apagar de modo completo e definitivo. Antiga é a batalha contra o Imposto Sindical.

A rigor começou logo após a promulgação da Constituição liberal-democrática de 1946. No célebre livro *O problema do sindicato único no Brasil*, editado em 1952, Evaristo de Moraes Filho defendeu a extinção por considerá-lo incompatível com o regime democrático. Sustentava Evaristo que “diante de uma Constituição e de um regime democrático, parece-nos verdadeiramente exorbitante a cobrança compulsória de uma taxa, com a qual não se beneficiam diretamente os contribuintes”.

O desgastado peleguismo sindical tenta impedir que os assalariados – operários, comerciários, bancários, motoristas, jornalistas, aeronautas, aviários, garçons, portuários, marítimos, rurais – recuperem a prerrogativa, perdida em 1940, de declarar se estão dispostos, ou não, a suportar os custos de milhares de entidades artificiais e de dirigentes vitalícios à frente de sindicatos, federações e confederações.

Aos sindicalistas profissionais causa pânico serem postos à prova em testes objetivos de liderança e confiabilidade, habituados que estão a permanecer à sombra do governo, à inexistência de oposições, às eleições manipuladas e ao dinheiro obrigatório, ininterrupto e fácil.

Sustentam, com argumentos farisaicos, que o projeto provocará a ruína da estrutura sindical porque certa parcela das entidades não se preparou para sofrer a perda da contribuição obrigatória. Faltou, porém, esclarecer que o número de associados, pagantes de mensalidades voluntárias, é em geral reduzido e que isso se deve à distância que separa entidades burocráticas e apelegadas de trabalhadores operosos, politizados, esclarecidos.

Para não me referir a acontecimentos mais antigos, registro que, em novembro de 1990, o presidente Fernando Collor baixou a Medida Provisória nº 275, que dispunha sobre a extinção da Contribuição Sindical. O projeto de conversão foi relatado pelo deputado Mário Lima, combativo presidente do Sindicato dos Petroleiros da Bahia, o qual apresentou emenda no sentido de que a eliminação se desse em três etapas anuais. O projeto, nº 58/90, foi retirado após obstinada resistência das confederações, federações, sindicatos e centrais.

Destarte, pelo menos desde 1990, a matéria é alvo de debates e, se entidades existem despreparadas para a perda da arbitrária receita, é porque deixaram de se precaver no devido tempo. Quanto ao Executivo federal, resta-lhe demonstrar respeito ao art. 8º, da Constituição, onde se prescreve que “ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato” e que é vedado ao poder público “a interferência e a intervenção na organização sindical”.

A sabedoria do deputado Augusto Carvalho, autor da emenda aprovada na Câmara dos Deputados, consiste em não propor que seja extinta a contribuição, mas em transformá-la em recolhimento facultativo. A partir do instante em que a legislação entrar em vigor, caberá a cada empregado, no exercício dos direitos de cidadania, resolver se paga, ou se discorda de fazê-lo, conforme a sua melhor conveniência. Assinale-se, ademais, que a proposta do representante do PPS harmoniza-se com o princípio de livre associação fixado na Convenção 87 da OIT e presente nos artigos 5º e 8º da nossa Lei Maior.

Cumpré, afinal, recordar que a Exposição de Motivos do Projeto de Lei de Relações Sindicais, assinada pelo então ministro do Trabalho e Emprego Ricardo Berzoini e remetido ao Congresso pelo presidente Lula, destaca como um dos objetivos da reforma “a extinção de qualquer recurso de natureza parafiscal para custeio das entidades sindicais e a criação da contribuição de negociação coletiva”.

Se houver, apesar de tudo, quem venha a interpretar o exercício do direito de se opor ao pagamento do Imposto Sindical como atitude antiética, imoral e vulnerante das garantias fundamentais dos cidadãos trabalhadores, a palavra derradeira caberá ao Supremo Tribunal Federal. Nunca aos sindicalistas, interessados no dinheiro, ou ao Ministério do Trabalho.

*

Sindicalismo: autonomia e representatividade

Augusto Carvalho

Constrange-me ver lideranças sindicais, em especial os dirigentes das centrais, ir ao Congresso Nacional pedir aumento da carga tributária, ou, pelo menos, sua manutenção em níveis exorbitantes como os atuais, quando nossa intenção, antes de mais nada, é reduzir essa enxurrada de impostos que arrasa os parcos salários dos trabalhadores.

E constrange, ainda mais, ver que, enquanto pretendo, com minha emenda, fazer com que o trabalhador, ele próprio, decida quanto ao que pagar, ficam essas lideranças de fancaria a defender, com mais impostos, o que eles entendem ser a sobrevivência dos sindicatos, quando, na verdade, é a plena negação de sua autonomia.

E isto, convém observar, está levando à estiolação do movimento sindical, um movimento que vai perdendo seriamente sua representatividade, embora as entidades sindicais já sejam bem mais de dez mil. Assim, seria mais válido que, antes de impedir o debate e partir para a pura agressão ou valer-se daqueles argumentos que só aparecem quando são berrados mas que, bem examinados, significam exatamente o contrário do que estão esgoelando, seria mais válido que as atuais lideranças parassem para meditar sobre a questão da representatividade do movimento sindical.

Examinemos os números: as entidades sindicais crescem em progressão geométrica, mas o número de sindicalizados cai na mesma proporção e, hoje, não atingem 15% do total de trabalhadores que atuam na economia formal, ou, melhor dizendo, os de carteira assinada. E essa falta de representatividade reside, exatamente, na questão da independência do movimento trabalhista.

Sindicalismo é que nem humor: não há humor a favor e, portanto, não pode existir sindicalismo a favor, na forma como andam fazendo, buscando mais e mais recursos públicos para manter as regalias que somente as benesses do poder admitem. E concedem. Mas isso nada tem a ver com lutas sindicais.

Pior ainda me parece perceber que tudo está sendo usado como uma autêntica cortina de fumaça, procurando esconder os verdadeiros objetivos de tanto barulho. Assim que, agora, já não se trata apenas de derrubar nossa emenda, mas, sim, de restaurar a proposta original do governo e, com isso, derrubar, também, a do deputado Antônio Carlos Panunzzio.

Já que as centrais resolveram abrir o jogo, vamos explicá-lo. Essas mesmas centrais vinham recebendo milhões e mais milhões saídos dos recursos dos trabalhadores, melhor dizendo, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A idéia original dos convênios então firmados seria ajudar o movimento sindical, no todo, a desenvolver cursos de reciclagem, permitindo aos desempregados a obtenção de novos empregos, novas especializações e assim por diante. Uma idéia magnífica que, no entanto, a ganância de uns e, mesmo, a desonestidade de outros puseram a perder. As irregularidades foram de tal ordem que o Tribunal de Contas da União proibiu mais repasses desses recursos.

Ora, um líder efetivamente comprometido com as lutas de sua categoria – e de todos os trabalhadores, aliás – entenderia isto como o instante privilegiado para que se buscassem fontes de financiamento de forma direta – e, sobretudo, consciente – de parte dos próprios trabalhadores.

Mas nisso, ou seja, trabalhar junto a cada categoria para reforçar suas trincheiras de ação sindical, nem pensar. E tal atitude, convenhamos, poderia ter sido assumida, sem dúvida, pelas lideranças herdeiras de Betim e do ABC, que ainda aí estão lutando por sua gente, seu povo trabalhador. Essas lideranças artificiais, no entanto, atiraram-se sobre a contribuição prevista na CLT, conseguindo, por debaixo dos panos, um acordo exatamente com o governo do companheiro Lula – e isto é de estarrecer! – para a partilha de mais esse butim.

E é aí que o controle dos gastos feitos com tais verbas, de parte do TCU – esta a proposta do deputado Panunzzio – veio jogar água na fervera. Ou na farra. E é contra essa emenda que, de fato, estão lutando. Porque o que lhes interessa não é a autonomia do movimento sindical. Isto, há muito, já mandaram às favas, montando um movimento sindical que silencia diante de aberrações como, por exemplo, a CPMF – mais um imposto, aliás – e se cala frente a escândalos que, ano após ano, chicoteiam a face atônita de um povo trabalhador assombrado com a desfaçatez daqueles que ele, esse mesmo povo, chegou a entender como líderes.

É, assim, constrangedor observar que essas lideranças querem, a qualquer custo, mais dinheiro dos assalariados, para que, assim financiados, possam fazer o que bem quiserem e entenderem – a pro-

pósito, uma assembléia sindical já decidiu alguma vez, na história do movimento gremial, da aplicação dos recursos da contribuição imposta pela CLT? – e, mais grave ainda, que isso se faça sem o escrutínio do Tribunal de Contas da União.

Veja-se que, no início da atual legislatura rerepresentei minha proposta de extinção da contribuição sindical. Agora, com o projeto que normaliza – só agora, ao que parece, perceberam que eram “anormais” – a situação das centrais sindicais, encontrei a oportunidade de pelo menos fazer com que o trabalhador atuasse no sistema e decidisse se queria ou não contribuir, algo que é essencialmente democrático. Pois atiram contra mim uma fúria extemporânea, já que meu projeto original – o de extinção – é de 1989 e, agora, de 2007. E contra essas proposições ninguém se pronunciou. Melhor dizendo, tive, na proposta original, o apoio explícito de muitas dessas lideranças que, é lamentável atestar, se dissolveram no poder e já não reconhecem mais a luta em defesa desta ou daquela categoria, mas, pura e simplesmente, a manutenção desse poder.

Nossa posição, que decorre, aliás, de longa experiência na luta sindical, é muito clara: os trabalhadores necessitam de seus sindicatos, necessitam da luta coletiva na defesa e na ampliação de suas conquistas sociais. E devem fazer isso com uma contribuição democrática, de livre escolha, para que essa toda luta não fique atrelada aos governantes de plantão. Demais disso, autonomia e representatividade devem viver atreladas uma à outra, já que sem autonomia a representatividade deixa de existir, como, de resto, estamos vendo dentro do movimento sindical brasileiro.

Sei – mas lamento que assim o seja – que é difícil defender posições assim tão transparentes, lógicas e profundamente democráticas. Mas a certeza de que isto irá despertar, nos trabalhadores, eles próprios, o sentido de suas lutas não me deixa sozinho. Muito ao contrário, sabermos, juntos mais vez, enfrentar a prepotência e a incompetência, a ganância e a alienação.



Os resultados de língua portuguesa da Prova Brasil

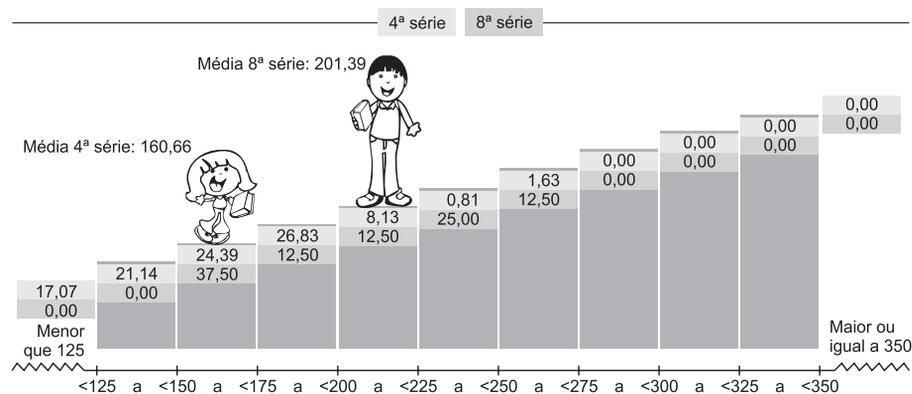
Lucilia Garcez

A Prova Brasil foi aplicada em novembro de 2005, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, em 5.398 municípios de todas as unidades do país. Foram avaliados 3.306.378 alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, distribuídos em 122.463 turmas de 40.920 escolas públicas urbanas com mais de 30 alunos matriculados na série avaliada. Os alunos foram avaliados em língua portuguesa quanto às habilidades de leitura e em matemática.

Os resultados de língua portuguesa da Prova Brasil são apresentados em uma escala que ordena, de forma contínua, o desempenho dos alunos de 4ª e 8ª séries, do nível mais baixo ao mais alto. São expressos em uma escala com nove níveis: 125, 150, 175 e assim sucessivamente, até o nível 350.

Cada um dos níveis da escala é explicitado de acordo com as habilidades demonstradas pelos estudantes ao responder às questões da prova. Para isso descreve-se o que eles são capazes de fazer pela resposta dada aos itens da prova. Como o desempenho é apresentado em ordem crescente e cumulativa, os estudantes posicionados em nível mais alto da escala revelam dominar não só as habilidades do nível em que se encontram, mas também aquelas dos níveis anteriores.

Observe a tabela abaixo, que apresenta os resultados nacionais em Língua Portuguesa:



Observe como ocorreu a distribuição proporcional dos alunos pelos diversos níveis da escala. No nível 175 da escala estão 26,83% dos alunos da quarta série, e no nível 225 da escala estão 25% dos alunos da 8ª série. Entretanto, esses níveis ainda são considerados insuficientes em relação ao resultado desejado para essas séries. Seria desejável que os alunos de 4ª série estivessem entre 200 e 350 e que os de 8ª série estivessem entre 250 e 400

É importante observar que há uma sobreposição: o resultado dos alunos mais fracos da 8ª série corresponde aos níveis próprios da 4ª série e os alunos mais fortes da 4ª série alcançam desempenho semelhante aos fracos da 8ª série.

Vamos simular a análise do resultado de uma escola:

Médias comparadas		
4ª série		8ª série
Brasil		
176,07	Escolas estaduais	224,00
171,09	Escolas municipais	219,17
172,91	Total	222,63
Seu estado		
167,41	Escolas estaduais	226,92
163,79	Escolas municipais	221,91
166,14	Total	226,34
Seu município		
169,81	Escolas estaduais	220,08
160,66	Escolas municipais	201,39
162,87	Total	218,71
160,66	Sua escola	201,39

O desempenho dos alunos da escola está abaixo da média nacional, da média estadual e da média do município. Significa que há muito a trabalhar para superar esses resultados.

A competência em Língua Portuguesa

Para ser considerado competente em Língua Portuguesa, o aluno precisa dominar capacidades que o habilitem a viver em sociedade, resolvendo de maneira satisfatória seus problemas no uso da linguagem. Isto é, *o aluno precisa saber compreender e produzir os textos orais e os textos escritos que circulam socialmente*. É fundamental, então, que o aluno aprenda a escutar, a falar, a ler e a escrever textos em situações de comunicação as mais diversas.

Escutar e falar os textos do dia-a-dia, os textos de uso privado, os familiares, os alunos já sabem. Basta conviver com crianças e adolescentes para perceber o quanto eles são competentes em suas interações cotidianas. Todavia, escutar e falar os textos de uso público, aqueles em que é necessário usar um registro de linguagem mais formal, a observar regras de polidez, como ao participar de debates, compreender e apresentar trabalhos, entre outros gêneros orais, o aluno deve aprender na escola.

Ler e escrever, por sua vez, são competências desenvolvidas pela escola. Tanto os textos escritos de uso mais familiar como bilhetes, cartas, cartões, quanto os textos de domínio público como o artigo, a notícia, a reportagem, o conto, a crônica são aprendidos na escola.

Em síntese, *à escola cabe ensinar a falar e escutar os textos orais de uso público e ensinar a ler e escrever todo e qualquer texto*. O que está se pressupondo é que para ser competente em Língua Portuguesa é preciso ter habilidade em lidar com os diversos gêneros textuais utilizados nas nossas interações sociais, porque é por meio deles que resolvemos nossos problemas comunicativos.

O foco na leitura

Devido ao caráter e à abrangência da Prova Brasil não foi possível avaliar o desempenho do aluno considerando as capacidades de falar, ouvir e escrever. Apenas *a leitura* foi tomada como foco de avaliação, pela identificação de algumas habilidades essenciais. Isso, porém, não significa que esse seja o tópico mais importante em Língua Portuguesa. Outro ponto que deve ser considerado na interpretação dos resultados da Prova é que mesmo nas habilidades de leitura foi feito um recorte metodológico. Isto é, foram avaliadas algumas habilidades de leitura, mas não todas. Por meio de uma *matriz*, destacam-se habilidades que podem ser medidas nas condições de aplicação: a prova é de múltipla escolha; sua aplicação é coletiva e sua realização individual; não existe mediação do aplicador. Isso implica que há muitas outras habilidades que os alunos precisam desenvolver e que um currículo

escolar não pode se limitar às habilidades que são descritas na avaliação, é necessário ir muito mais além.

Por que a leitura é o principal eixo de avaliação em larga escala?

Muitas podem ser as respostas a tal questão: a leitura presta-se muito mais a uma avaliação de múltipla escolha do que a produção de textos; sabemos mais sobre os processos cognitivos da leitura do que da produção de textos; temos mais pesquisas sobre as capacidades envolvidas nas atividades de leitura do que nas de produção de textos. Sem dúvida, tais respostas podem, em parte, explicar tal opção. No entanto, outras motivações relativas a tal escolha podem ser pensadas: as atividades de leitura estão presentes em vários momentos da vida dos indivíduos dentro e fora da escola; as dificuldades de leitura são mais visivelmente relacionadas às dificuldades dos alunos em outras áreas de conhecimento; fora da escola, as cobranças de que as pessoas leiam variadas espécies de textos são muitas e indicam muito claramente as dificuldades das instituições escolares.

Tais explicações, no entanto, não podem ser consideradas como evidências da superioridade da leitura em relação à escrita, que, sem dúvida, está também muito presente no dia-a-dia das pessoas e é uma necessidade básica para a inserção em vários tipos de eventos sociais.

Para analisar os resultados que temos obtido, tornou-se necessário explicitar mais o que estamos entendendo como *leitura* e explicar melhor cada uma das *habilidades* que constituem a competência nessa atividade.

Partindo da *concepção interacionista de leitura*, concebemos que ler é uma atividade social e que, portanto, as estratégias cognitivas são adequadas aos propósitos de leitura, às *finalidades* que orientam nossa ação de ler. Quem lê, lê um texto para algum fim. As características desse texto e essa finalidade de leitura nortearão a atividade globalmente, ativando, na nossa memória, conhecimentos prévios relevantes, que nos ajudarão a prever o que virá e a adotar estratégias de leitura adequadas a tais propósitos.

O modo como lemos varia em conseqüência de diferentes fatores, tais como situação de leitura (onde lemos, com que finalidade), conhecimentos prévios (acerca do tema, acerca da organização do texto, acerca do vocabulário e recursos lingüísticos utilizados), experiência leitora.

Kleiman (2002) destaca que é na interação de conhecimentos de três naturezas (lingüístico, textual e de mundo) que o leitor atribui sentido ao texto.

O *conhecimento lingüístico* é caracterizado como aquele relativo à organização sintática da língua, ao vocabulário, aos recursos gramaticais, dentre outros.

Os *conhecimentos textuais* são relativos às diferentes formas de organização textual, ou seja, às características dos gêneros textuais. Notícias, contos, reportagens, por exemplo, são gêneros textuais semelhantes, mas têm diferenças que levam os indivíduos a mobilizar diferentes hipóteses sobre o que se constituirá como tema ou assunto textual de cada um deles. Kleiman (2002, p. 20) ressalta que “o conhecimento de estruturas e de tipos de discursos determinará, em grande medida, suas expectativas em relação aos textos, expectativas essas que exercem um papel considerável na compreensão”.

O *conhecimento de mundo* diz respeito à familiaridade que o leitor possui com os temas que estão sendo tratados nos textos. Ou seja, os conhecimentos sobre os conteúdos textuais levam os indivíduos a integrar informações no texto e a antecipar sentidos mesmo antes de começar a ler.

Na perspectiva interacionista de leitura pressupõe-se que a leitura seja uma atividade em que o leitor, utilizando diferentes estratégias e mobilizando diferentes conhecimentos prévios, *constrói o sentido do texto*. Ou seja, é possível que um leitor utilize bem uma determinada capacidade ao ler um texto específico, mas, ao se defrontar com outro texto, não consiga tal desempenho. A familiaridade com o gênero textual ao qual pertence o texto, o domínio do tema sobre o qual o texto trata, os conhecimentos sobre o vocabulário e as estruturas gramaticais utilizadas no texto são determinantes no momento da leitura. Assim, ao avaliarmos uma dada capacidade, precisamos ter o cuidado na seleção do texto a ser usado.

Por outro lado, é possível que o leitor tenha domínio de uma determinada temática, tenha familiaridade com o gênero textual, por meio da escuta de textos lidos por outras pessoas e tenha domínio vocabular, mas não consiga entender o texto por não ter desenvolvido capacidades de leitura que estejam sendo exigidas para compreensão daquele texto.

A matriz de habilidades em leitura

Apresentamos a seguir a matriz de habilidades em leitura focalizadas na Prova Brasil:

Matriz de Referência de Língua Portuguesa	
I. Procedimentos de Leitura	
Descritor1	Localizar informações explícitas em um texto.
D3	Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.
D4	Inferir uma informação implícita em um texto.
D6	Identificar o tema de um texto.
D14	Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.
II. Implicações do Suporte, do Gênero e/ou do Enunciador na Compreensão do Texto	
D5	Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, fotos, etc.).
D12	Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.
III. Relação entre Textos	
D20	Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.
D21	Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema.
IV. Coerência e Coesão no Processamento do texto	
D2	Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto.
D7	Identificar a tese de um texto.
D8	Estabelecer relações entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-las.
D9	Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.
D10	Identificar o conflito gerador do enredo e o elementos que constroem a narrativa.
D11	Estabelecer relações causa/conseqüência entre partes e elementos do texto.
D15	Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc.
V. Relações entre Recursos Expressivos e Efeitos de Sentido	
D16	Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.
D17	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.
D18	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão.
D19	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/ou morfosintáticos.
VI. Variação Lingüística	
D13	Identificar as marcas lingüísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.

Vamos analisar o funcionamento dessa matriz na Prova Brasil. Cada questão é elaborada para avaliar um só descritor. Os textos são escolhidos de acordo com a competência de leitura que se espera para determinada série. As questões são estruturadas com um gabarito e três ou quatro distratores plausíveis.

Os procedimentos de leitura

Tanto para interpretar o que está explícito quanto para ler nas entrelinhas é muito importante ter desenvolvido a *capacidade de decodificação*, que é uma habilidade aprendida quando os indivíduos se alfabetizam, pois implica na aprendizagem dos princípios do sistema alfabético de escrita. A Prova Brasil pressupõe que nas séries avaliadas o aluno já saiba decodificar.

Na matriz há o descritor “*Localizar informações explícitas em um texto*”, que focaliza os procedimentos mais elementares de compreensão do texto. As questões elaboradas para avaliar tal descritor exigem dos alunos que eles decodifiquem o texto e reconheçam que informações explicitamente dadas são necessárias para responder à questão elaborada. Ou seja, eles precisam interpretar o que foi explicitado pelo autor do texto.

Além da capacidade de interpretar proposições explícitas, como citamos anteriormente, é muito importante, no processamento da leitura, elaborar inferências. Mas, o que estamos denominando “*inferências*”?

Adotando uma perspectiva interacionista, assumimos que a compreensão do texto ocorre através da construção de um modelo mental (representações), que se dá através da *integração entre idéias expressas no texto e conhecimentos prévios relevantes do leitor*. Para que tal integração ocorra é fundamental que as proposições explícitas no texto sejam conectadas entre si e com os conhecimentos extratextuais, o que exige do leitor uma busca de atribuição de significados que estão nas entrelinhas do texto (não explicitados pelo autor). Tais integrações só são possíveis, no entanto, a partir de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca do que não está “dado” explicitamente no texto.

Para avaliar a capacidade de elaborar inferências foram elaboradas diferentes questões na Prova Brasil, para atender a diferentes objetivos: “inferir o sentido de uma palavra ou expressão”; “inferir uma informação implícita em um texto”.

A capacidade de inferir significados de uma palavra é avaliada em questões em que se pede que o aluno analise, dentre algumas opções, aquela que identifica o sentido empregado no texto.

Outras questões destinam-se a verificar se os alunos são capazes de preencher lacunas textuais, ou seja, se são capazes de inferir uma informação implícita em um texto, nas entrelinhas.

É fundamental, quando lemos um texto, sermos capazes de reconhecer o assunto de que ele trata, o que favorece a atividade de identificar quais são as idéias principais e as secundárias. As idéias principais, sem dúvida, são aquelas que mais diretamente tratam sobre o tema central do texto. Tal procedimento exige que o indivíduo apreenda o sentido geral do texto.

Implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto

Na Prova Brasil, dois descritores foram inseridos para avaliar capacidades de analisar características relativas aos gêneros textuais. Um deles é referente à interpretação de texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, fotos, etc.). Tal capacidade, sem dúvida, é hoje, mais do que nunca, de grande importância, pois são muitos os textos que misturam tais tipos de representação, fazendo demandas de leitura de textos não verbais para realmente entender o texto exposto.

Coerência e coesão no processamento do texto

Na Prova Brasil, várias questões são destinadas à avaliação da habilidade de analisar pistas gramaticais, usando-as para construir sentidos no texto.

Relação entre recursos expressivos e efeitos de sentido

Reconhecer os efeitos de sentido produzidos pela seleção e emprego de recursos expressivos é uma habilidade importante para a compreensão de textos.

Variação lingüística

É também importante para um bom leitor identificar marcas gramaticais que identificam variações lingüísticas. Ou seja, faz parte do processo de compreensão o reconhecimento acerca das esferas sociais onde o texto circula, as características de seu autor ou dos personagens que nele estão inseridos.

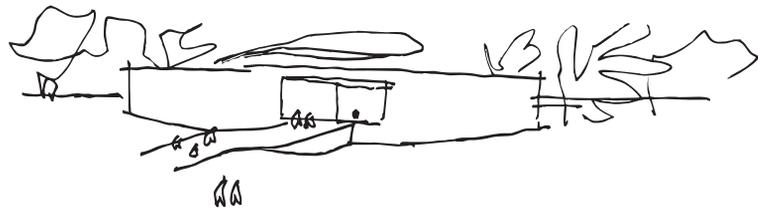
Assim, identificar as marcas lingüísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto é um descritor de importância central. A partir dessa avaliação, podemos investigar se os alunos reconhecem as diferenças nos modos de falar, para, a partir dessa tomada de consciência, poder se posicionar contra as formas de exclusão social centradas na linguagem.

As questões da Prova Brasil procuram avaliar as diversas habilidades necessárias a uma leitura compreensiva do funcionamento dos recursos da linguagem na estruturação dos textos. Os resultados indicam as habilidades que os alunos dominam no desenvolvimento real em leitura. Podemos constatar que os resultados gerais estão aquém do desejável e que é preciso investir mais esforços no desenvolvimento e consolidação de habilidades de leitura em todos os níveis de ensino. Para isso a consulta à escala é muito produtiva, pois indica as habilidades a serem focalizadas nas atividades programadas no processo educacional.





VI – Mundo



Autores

Dina Lida Kinoshita

Membro da Cátedra Unesco para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Alberto Aggio

Professor livre-docente de História da América da Unesp, campus de Franca, e autor/organizador, entre outros, de Gramsci: a vitalidade de um pensamento (Unesp, 1998), Democracia e socialismo: a experiência chilena (Annablume, 2002, 2. ed.) e Pensar o século XX, problemas políticos e história nacional na América Latina (Unesp, 2003).

Vitor Eduardo Schincariol

Mestre e Doutorando em História Econômica pela FFLCH-USP e professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

Cuauhtémoc Sandoval Ramírez

Deputado federal do Partido de la Revolución Democrática (PRD), do México, e membro do Conselho de Ética da Internacional Socialista

O terceiro mandato está na moda na América Latina

Dina Lida Kinoshita

A Colômbia vem se caracterizando ao longo do século XX por um bipartidarismo herdado do século XIX, que representava uma sociedade agrária altamente regionalizada. Este modelo não corresponde às exigências crescentes de uma organização capitalista, mergulhando o Estado numa profunda crise política que já dura várias décadas. Esta crise tem suas raízes numa história de violência que tem seu auge no Bogotazo de 1958, descrito por Gabriel García Márquez em suas memórias.

Até aquela data estes dois partidos tradicionais, o Liberal e o Conservador, eram considerados respectivamente, como o partido do povo e o partido da ordem. Estas definições não devem ser tomadas ao pé da letra, embora seja possível constatar que ao longo da história colombiana, estes dois partidos representaram funções contrárias mas também complementares, alternando-se de maneira dramática e espontânea na condução do Estado.

Para enfrentar o Bogotazo, estes dois partidos tradicionais firmaram o Acordo da Frente Nacional, convertendo-se na prática, numa coalizão partidária. Isto se deu às custas de perda de legitimidade, uma vez que o sistema clientelista atingiu grau extremo e os problemas mais graves do país têm sido esquecidos. As demandas sociais atendidas têm sido aquelas que se transformam em capital eleitoral. Para tanto, o sistema viu-se obrigado a integrar um número cada vez maior de beneficiários para respaldá-lo. Embora o sistema se funda-

mentasse nas classes dominantes da sociedade, ele se estende a vastos setores da classe média e coopta setores populares.

Apesar das diferenças entre o capital e o sistema do clientelismo, os setores dominantes da sociedade civil consideram este último altamente funcional, pois vem permitindo prolongada estabilidade institucional que aliada a uma relativa estabilidade econômica, dá cobertura a sua legitimidade. Por outro lado, os setores populares da sociedade civil, não cooptados pelo sistema, têm sido criminalizados na medida em que o Estado declara ilegal a maioria das ações dos sindicatos, reprime os movimentos sociais e tende a considerar subversiva toda organização que faça reivindicações populares. Partidos políticos organizados e legais, até à década de 80, não podiam apresentar candidatos e só havia opções dentro do bipartidarismo tradicional. Aliado a estes fatos mantinham-se incólumes dispositivos que propiciavam o estado de sítio permanente e permitia ao governo a detenção arbitrária de cidadãos por simples suspeita de abrigar intenções contrárias à chamada ordem pública.

Esta criminalização das oposições contribuiu para o acirramento e fez com que optassem pela radicalização. Para alguns destes setores surgem como opção as diversas guerrilhas, fortalecidas posteriormente pela vitória cubana. Setores da sociedade civil, por sua vez, organizam a “justiça privada”, criando os grupos paramilitares com forte conotação anticomunista e antiguerrilheira. Todos estes fenômenos vêm permeados pela narcoeconomia que ainda que de maneira perversa, dá uma saída à economia combalida do país mas agrava a questão democrática devido à instabilidade social e uma profunda crise institucional que abate a república, tendo como pano de fundo a violência e ameaçando o futuro do país. O quadro de violência associado ao narcotráfico que assistimos em algumas regiões brasileiras com suas ramificações que atingem todas as instituições e são um verdadeiro atentado à democracia surge pelo menos com uma década de antecedência na Colômbia.

Um Estado débil, que perdeu o monopólio da força, tem sido complacente com estes grupos responsáveis pela guerra suja que já ceifou a vida de milhares de cidadãos indefesos, entre eles quatro candidatos à Presidência da República, sendo que dois deles, num curto espaço de meses.

A nova realidade sócio-política, da impetuosa corrente mundial de reestruturação democrática da sociedade e da transparência dos meios de comunicação que vêm mudando a face global a partir dos anos 80, também atingiu a Colômbia. Mesmo os setores mais

retrógrados da sociedade sentiram a necessidade de conformar-se à nova realidade.

Foi convocada em 1990 uma Constituinte. Esperava-se que uma Constituinte democrática, autônoma, popular e representativa de toda a sociedade seria um marco de uma nova etapa na vida colombiana, abrindo caminho à construção de uma democracia efetiva nos planos político, econômico e social, facilitando a solução política do conflito armado que se desenrola há tantos anos. Outro marco desta Constituinte seria a reforma política e a substituição de um sistema eleitoral obsoleto por um novo que resultasse em uma profunda renovação das relações políticas e da democracia do país. Houve avanços na Constituição outorgada em 1991 mas a Constituinte acabou sendo estreita conforme o desejo dos partidos tradicionais, com a exclusão das novas forças políticas.

De toda maneira, nos últimos 15 anos observa-se o esfacelamento dos partidos tradicionais. Já nas eleições presidenciais de 1990 há uma abstenção de 60% do eleitorado, maior que nas eleições parlamentares ocorridas poucos meses antes. Isto indica que parcelas crescentes não se sentiram representadas por nenhum dos candidatos. Embora o Partido Liberal tivesse sido vencedor nos dois pleitos, perdeu num curto espaço de tempo, cerca de 1,5 milhão de votos num colégio eleitoral de 16 milhões de eleitores.

Por sua vez, o Partido Conservador, não conseguiu manter a unidade, dividiu-se e apresentou dois candidatos. O que logra a segunda colocação na eleição representa os setores mais atrasados e conservadores deste partido. Após uma década de negociações de paz frustradas, nas eleições para o período 2002-2006, o Partido Liberal se divide e tem dois candidatos: Horácio Serpa e Álvaro Uribe. O vencedor é o segundo que representa os setores mais duros da direita colombiana.

É neste contexto, que após décadas de esfacelamento das esquerdas colombianas quer por perseguição política de diversos governos autoritários quer por dissensos internos desta esquerda, algo se move. Desde os anos 80, certos grupos guerrilheiros vêm depondo as armas e tentando formar partidos políticos. Os primeiros a fazê-lo nos anos 80 formaram a União Patriótica cujos dirigentes e militantes, mais de 2000, foram assassinados em um curto espaço de tempo. Ainda assim durante certo período constituíram a terceira força política do país.

Houve uma tentativa do PC colombiano *aggiornar-se* e apostar na democracia na mesma época em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) o fez. Foram lançados dois candidatos renovadores à Presidência da República, Jaime Pardo Leal e Bernar Jaramillo e ambos

foram assassinados dando força aos que advogavam a via militar. Os renovadores do PC abandonaram o partido, sem no entanto, conseguir montar outro imediatamente. O M-19, movimento guerrilheiro, depôs as armas e transformou-se em partido político nesta mesma época. Poucos meses depois, participou de uma eleição presidencial e, surpreendentemente, seu candidato, Antonio Navarro Wolff, obteve 13% dos votos.

Pouco a pouco, num processo de avanços e retrocessos, verifica-se uma diversificação na sociedade onde alguns optam pela radicalização à direita e outros, cansados do conflito armado, optam por quem acena para uma solução pacífica. Se o presidente Álvaro Uribe representa a primeira opção, destacam-se, como representantes da segunda, dois renovadores egressos do PC colombiano, eleitos há quatro anos, respectivamente, para prefeito de Bogotá (Lucho Garzóm) e governador da Província Del Valle de Cauca cuja capital é Cali (Angelino Garzón). Estas duas cidades possuem mais da metade do eleitorado do país.

Num processo pedagógico, setores expressivos da esquerda colombiana vão se dando conta que “a combinação de todos os métodos de luta” é um beco sem saída enquanto a via democrática é a única alternativa possível para construir um país democrático mais justo e pacífico. Em 2005, o “campo da paz”, ou a esquerda democrática, lançou um candidato unitário à Presidência da República. As FARC são o único grupo que boicota a eleição. Embora Uribe ganhe as eleições, o candidato de uma ampla frente que vai da social-democracia até setores da esquerda radical não armada obtém cerca de 25% dos votos, o que não é pouca coisa!

Neste quadro, funda-se, em dezembro de 2006, no I Congresso de Unidade da Esquerda, o Pólo Democrático Alternativo (PDA).

Em eleições regionais e municipais, ocorridas em 28 de outubro pp, o PDA elegeu o prefeito de Bogotá, segundo cargo eletivo mais importante do país. Como o atual prefeito é membro fundador do PDA pode-se considerar o triunfo deste partido na capital do país pela segunda vez consecutiva. Onde a esquerda dividida não conseguia eleger nem um vereador, desta vez, foi eleita uma bancada de 11 vereadores do PDA num total de 48. O PDA teve outros bons resultados enquanto os partidos históricos vinculados ao bipartidarismo estão dispersos em nível local, mantendo força apenas nos grotões.

Todos os analistas políticos consideram o resultado de Bogotá como uma grande derrota do presidente Uribe, sobretudo porque apesar de ser inconstitucional, o mesmo fez campanha aberta em favor do candidato que sofreu uma derrota acachapante. Nas demais regiões

do país, a coalizão representada no governo federal se dispersou em uma série de alianças distintas: alguns uribistas apoiaram os candidatos do Partido Liberal e outros grupos da oposição, enquanto outros mais enfrentavam-se entre si, em batalhas eleitorais ferozes. Isto é alarmante para a direita, uma vez que fica patente a inexistência de um herdeiro para Uribe.

Se a atual configuração política persistir, é muito provável que os partidos tradicionais e o uribismo não possam apresentar um candidato viável para as próximas eleições presidenciais. Some-se o fato de Lucho Garzón ter realizado um governo considerado muito bom pela maioria da população. Se os recém eleitos pelo PDA repetirem este desempenho, é muito provável que o candidato deste partido para a próxima eleição presidencial seja imbatível. Os seguidores do atual presidente consideram uma hecatombe entregar o poder nacional ao PDA nas próximas eleições e a solução aventada por seus correligionários é a mudança constitucional, permitindo um terceiro mandato.

Pouco antes de nos deixar, Salomão Malina advertia que o autoritarismo latinoamericano poderia assumir novas facetas. O terceiro mandato e a possibilidade de mandatos consecutivos indefinidos está na moda independentemente da coloração política dos personagens. Na Argentina desenha-se uma modalidade particular em que o casal presidencial pode se alternar no poder.

Ao se levar em conta sondagens que mostram a pouca importância atribuída pelos latinoamericanos à democracia, esta questão torna-se mais preocupante. Urge a defesa da democracia no continente. Mas como esclarecer os milhões de miseráveis da região da fragilidade das políticas compensatórias que ao invés de solucionar os problemas só os aprofundam?

*

Brasileiros de esquerda no Chile de Allende: protagonismos, divergências, lições

Alberto Aggio

Irarrazabal chama-se a rua por onde caminhávamos em setembro. É um nome inesquecível porque jamais conseguimos pronunciá-lo corretamente em espanhol e porque foi ali, pela primeira vez, que vimos passar um caminhão cheio de cadáveres. Era uma tarde de setembro de 1973, em Santiago do Chile, perto da Praça Ñuñoa, a apenas alguns minutos do toque de recolher.

É com essas palavras que Fernando Gabeira inicia a narrativa do seu famoso *O que é isso, companheiro?*, publicado em 1979, depois da anistia e de seu retorno ao Brasil. O livro alcançou um êxito tão fulminante quanto duradouro, especialmente em função da polêmica que criou ao questionar os valores e crenças daqueles que se lançaram à luta armada no Brasil. Gabeira era um deles e como muitos outros brasileiros que haviam saído do país por vincularem-se à esquerda – armada ou não –, ele estava no Chile no dia do golpe militar de 11 de setembro de 1973.

Naquele final de tarde, Gabeira conheceria, mais uma vez, o sabor amargo da derrota. A sensação era pesada e a decisão difícil. Um tanto disfarçadamente, alguns companheiros caminhavam junto com ele pelas ruas de Santiago rumo à Embaixada da Argentina com o intuito de conseguir asilo político. Certamente não passava pela cabeça daqueles jovens a letra de “Para não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré, na qual se cantava, com outro espírito, os versos: “*caminhando e cantando e seguindo a canção ... a certeza na frente, a história na mão*”. Ao contrário do voluntarismo daquela canção que animara os corações e mentes, no final da década de 1960, ali só havia uma certeza: para salvar a própria vida, caminhava-se para um “exílio dentro do exílio”. A história lhes escapava das mãos e, como registrou

Gabeira, o reconhecimento era inevitável: “as ditaduras militares estavam fechando o cerco no continente”.

Entretanto, aquela era uma explicação compreensivelmente unilateral a respeito do que se passava na América Latina e bastante superficial em relação ao que estava ocorrendo no Chile. Era, enfim, a visão daqueles que haviam investido sua juventude na luta armada e que viam a sua situação pessoal se complicar ameaçadoramente a partir da eclosão do golpe militar contra o governo de Salvador Allende. Isto porque àquela altura já não havia mais – se é que alguma vez houve – um movimento guerrilheiro de perfil latino-americano que estava sendo acuado pelas forças da reação, como Gabeira, de alguma forma, supunha em seu registro. As mudanças que se produziam naquela hora teriam, como se confirmará depois, um caráter muito mais profundo do que apenas o de reação a movimentos armados ou governos eleitos pela esquerda. As ditaduras que se impuseram por meio de golpes militares, especialmente a chilena, refundariam seus países e as repercussões disso eram ainda insondáveis para os homens contemporâneos àqueles fatos, especialmente aos que militavam na esquerda latino-americana.

Salvador Allende havia assumido o poder no Chile depois de vencer a eleição presidencial de 1970 sendo candidato da Unidade Popular (UP), uma coalizão de esquerda que abrigava os partidos Comunista, Socialista, Radical, Social-Democrata, a Ação Popular Independente e o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU). Ao longo de três anos, Allende exerceu a Presidência da República e foi deposto por um golpe militar na manhã daquela terça-feira, dia 11 de setembro de 1973. Seu governo ficou conhecido como a “experiência chilena” porque se propunha realizar uma tarefa inédita: construir o socialismo mediante a manutenção e o aprofundamento da democracia. Essa perspectiva política havia sido denominada por Allende como a “via chilena ao socialismo”, uma consigna que visava expressar o caminho que deveria levar à realização do objetivo maior de seu governo. Analiticamente, a “via chilena” era o *projeto* que deveria embasar a atuação do governo e da esquerda enquanto a “experiência chilena” constitui-se no *processo* que marcou todas as realizações, contradições e vicissitudes do governo conduzido por Allende e pela Unidade Popular.

Contrastando com a situação chilena do início da década de 1970, o Brasil vivia, naquela conjuntura, um aprofundamento do autoritarismo e da repressão política que caracterizavam o regime ditatorial implantado no país em 1964. No final de 1968, o Ato Institucional n. 5 (AI5) impôs severas restrições à vida política do país com o fechamento do Congresso, a implantação da censura prévia aos principais veículos

de comunicação e a cassação do mandato de diversos parlamentares. Contudo, o Brasil não viveu, no início da década de 1970, apenas os “anos de chumbo” da ditadura militar. Esse também foi o período do chamado “milagre brasileiro” no qual a economia cresceu aceleradamente, com base numa combinação de arrocho salarial e entrada maciça de capitais internacionais, proporcionando uma vigorosa legitimidade ao regime militar. Com ela vieram o ufanismo do “Brasil Grande Potência” bem como o agressivo *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o”, uma dramática resposta aos críticos do regime. A situação política do país para aqueles que se situavam ideologicamente à esquerda, vindos do trabalhismo, do comunitarismo cristão, do comunismo, do socialismo ou do trotskismo, e que vislumbravam atuar em oposição ao regime militar quer do ponto de vista político-partidário quer do ponto de vista acadêmico e intelectual era visivelmente restrita e em alguns casos absolutamente impeditiva.

Não à toa muitos brasileiros tiveram que rumar para o exterior ou lá permaneceram, voluntária ou involuntariamente. Alguns o fizeram como último recurso para salvar a própria vida, outros simplesmente para conseguir dar seqüência à sua carreira profissional, especialmente aqueles vinculados ao meio acadêmico. Dentre estes últimos, muitos haviam se mudado para o Chile, depois de 1964, e lá permaneceram como pesquisadores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) quando o regime militar deu mostras de recrudescimento da sua ação repressiva após a promulgação do AI5. Outros, contudo, como o já mencionado Fernando Gabeira, chegaram ao Chile depois de trocados pela liberdade de algum embaixador estrangeiro seqüestrado pela esquerda armada no Brasil. Naquele momento, o Chile tornou-se um dos destinos preferenciais dos exilados brasileiros tanto em função da sua longa trajetória de democracia quanto da vitória da esquerda em 1970. Para todos esses brasileiros, como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Plínio de Arruda Sampaio e José Serra, dentre outros, uma frase do hino nacional chileno, em que se canta que o Chile deverá ser sempre “*el asilo contra la opresión*”, soava bastante literal, além de garantir efetivamente um amparo seguro para eles e, em alguns casos, para suas famílias.

Darcy Ribeiro, um dos principais representantes da *intelligentsia* trabalhista brasileira, talvez tenha sido a liderança política vinda do Brasil que alcançou mais proximidade com o então presidente Salvador Allende. Darcy Ribeiro foi seu assessor especial e, nessa função, redigiu partes do famoso discurso presidencial de 05 de maio de 1971 no qual Allende define a via chilena como uma segunda forma de construção da sociedade socialista, procurando distinguir o caminho

chileno das experiências soviética e cubana. Nesse discurso – que se tornou a principal referência a respeito da via chilena ao socialismo –, Allende menciona explicitamente trechos extraídos dos clássicos do marxismo, especialmente de F. Engels, em que se admite um caminho pacífico para o socialismo. A fala de Allende procurava enfatizar que o caminho chileno seria realizado “dentro dos marcos do sufrágio, em democracia, pluralismo e liberdade”, indicando que o principal desafio do Chile sob o governo da esquerda seria “institucionalizar a via política para o socialismo”.

Anos mais tarde, em suas *Confissões* (Cia. das Letras, 1997), Darcy Ribeiro relata que, juntamente com outro assessor, o valenciano Joan Garcés, defendera perante o presidente que o primeiro objetivo de seu governo deveria ser a criação de uma legalidade democrática de transição ao socialismo e não a ênfase na política de nacionalizações e estatizações. Assim, para ele, além das grandes transformações estruturais desenhadas no programa da UP – e que deveriam ser realizadas com muito equilíbrio –, o grande desafio da opção assumida no Chile residia no percurso que se deveria trilhar para se conquistar a institucionalização da via política para o socialismo.

Entretanto, os partidos da esquerda chilena se colocaram contra essa idéia, estabelecendo uma outra linha de ação. Nos três anos que se seguiram, a ação transformadora do governo da UP ficou concentrada no Poder Executivo, sob comando do presidente Allende. Acreditando que a legalidade chilena suportaria as transformações que o governo da UP colocaria em curso, adotou-se uma posição intransigente nas ações governamentais, visando incrementar a industrialização do país mediante processos de nacionalização e estatização, intensificar a integração social por meio de políticas públicas de corte popular e aprofundar a democratização com o aumento dos espaços de participação. A temática político-institucional, presente na reflexão de Darcy Ribeiro no início do governo, permaneceu em segundo plano e, mais tarde, meses antes do golpe, quando Allende lhe perguntou se a alternativa que propusera teria sido mais viável e eficaz, Darcy não teve como dar ao presidente uma resposta definitiva, preferindo um argumento mais consensual para o momento no sentido de reconhecer que a dimensão econômica já havia chegado ao seu limite e que o governo necessitava de outras soluções para enfrentar a severa crise que já vivenciava. Apesar das divergências de condução política, Darcy Ribeiro compartilhou com Allende a visão de que era preciso compatibilizar as transformações econômicas com o andamento político do processo e manter um comportamento hábil e cauteloso no sentido de “acumular forças” para passos mais decisivos que estariam por vir.

Contudo, desde o início, muitos viam com ceticismo a chamada via chilena ao socialismo. Influenciados pela Revolução Cubana e capitaneados pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), parcelas do MAPU e pelo Partido Socialista – o partido de Allende –, estes setores entendiam que esquerda e governo deveriam seguir a estratégia de “pólo revolucionário”, contestando de maneira antagônica o “poder burguês”, agindo no sentido de aprofundar as contradições e conflitos até se produzir uma situação pré-revolucionária. Para isso, era preciso “*avanzar sin transar*”, ou seja, aprofundar as transformações sociais e econômicas sem negociação alguma com outros segmentos do espectro político chileno. O MIR não apoiara a eleição de Allende e, durante todo o período, permaneceu como a força oposicionista mais ativa no campo da esquerda. Seu líder mais expressivo, Miguel Enriquez (que anos mais tarde seria brutalmente assassinado pela ditadura) qualificava de “mentirosa” a formulação da via chilena como um segundo caminho para se chegar ao socialismo. De uma forma geral, todos esses setores de esquerda eram contundentes críticos do projeto da via chilena ao socialismo – e a maior acusação era de que ela se mantinha equivocadamente no interior da institucionalidade do Estado burguês – e visceralmente contrários ao encaminhamento político adotado pelo governo Allende.

Há que se mencionar também o fato de que, nessa avaliação, esses setores da esquerda chilena se viam acompanhados por intelectuais que expressavam o pensamento da então chamada *gauche revolutionnaire* que brilhou na Europa entre os anos 60 e 70. Estes intelectuais (dentre eles a italiana Rossana Rossanda do grupo *Il Manifesto*, jornal crítico e dissidente do velho Partido Comunista Italiano, o PCI) vaticinavam em seus textos de avaliação da chamada experiência chilena que, mais cedo ou mais tarde, como em todos os reformismos, Allende seria forçado a mudar de estratégia, aderindo, por fim, ao caminho revolucionário – definido, para eles, por meio da ruptura armada com o Estado burguês.

Essa divisão marcaria profundamente a avaliação dos brasileiros que lá estiveram, refletindo a divisão que existia no seio da esquerda latino-americana a respeito do que se passava no Chile. Para boa parte da intelectualidade e da militância política da esquerda brasileira que se exilou no Chile, ao contrário do que defendia Allende, a experiência chilena teria que operar uma inflexão radical: passar do reformismo à revolução e do nacional-desenvolvimentismo ao poder democrático-popular. Um dos mais expressivos representantes dessa posição política foi Theotônio dos Santos, que era inclusive filiado ao Partido Socialista Chileno e dirigia, em 1973, o Centro de Estudos Socioeconômicos da

Universidade do Chile (CESO). Nesse mesmo alinhamento poderíamos mencionar também os irmãos Eder e Emir Sader, Rui Mauro Marini, bem como Marco Aurélio Garcia, todos mais ou menos aderentes ou simpáticos às posições do MIR. Para se ter uma dimensão da contundência dos argumentos dessa corrente política, Theotônio dos Santos, no balanço final de um simpósio internacional realizado em Santiago, em outubro de 1971, procurou indicar o que ele entendia que deveria ser o papel chave do governo da UP: “criar condições para a tomada do poder (...) através da constituição do poder alternativo e não da conquista gradual do poder do Estado existente”. Depois do golpe, ao reavaliar todo o período, o que se deveria “julgar”, de acordo com Eder Sader, em *Um rumor de rotas* (Polis, 1982), não eram os homens ou suas condutas no âmbito da esquerda e sim o próprio projeto da via chilena ao socialismo. O veredicto seria implacável: tratou-se de um equívoco trágico e fatal, ainda de acordo com Sader.

Para Darcy Ribeiro, esses setores praticavam um “radicalismo verbal exacerbado” e pretendiam – dogmaticamente – “cubanizar o processo chileno”. Para Darcy Ribeiro, essa “esquerda desvairada” ajudou a direita a dar o golpe definitivo em Allende. Essa avaliação, ainda que insuficiente enquanto uma explicação integral daquele processo histórico, nunca pode ser contestada cabalmente. Por outro lado, em sentido contrário ao que propugnavam no período e ao que escreveram posteriormente, aqueles que, como por exemplo, Theotônio dos Santos, à época criticavam Allende, entendem hoje – numa espécie de *tour* analítico surpreendente – que o governo da UP deve ser reivindicado “como vanguarda dos ideais revolucionários no nosso continente” e a sua experiência deve ser compreendida como um “projeto possível”.

Entretanto, para além da polarização acima apresentada, é possível identificar também entre os brasileiros uma posição intermediária, que chegou a ser formulada no correr do período Allende. Num texto publicado por Fernando Henrique Cardoso na extinta revista *Argumento* – escrito antes, mas vindo a público depois do golpe de Estado –, chamava-se atenção para algumas importantes dificuldades do processo político chileno no sentido de superar a situação de dependência existente no país por meio da estratégia e das práticas adotadas pela UP e pelo governo Allende. Para Fernando Henrique Cardoso, os conflitos políticos e sociais que envolviam o governo Allende ameaçavam chegar a um patamar incontrolável e lançavam uma nuvem de pessimismo sobre a situação política. Segundo o sociólogo brasileiro, em função dos graves acontecimentos que marcavam o governo Allende, o cenário que se apresentava não era dos mais auspiciosos para a democracia chilena.

Contudo, essa percepção de Cardoso – em tudo distanciada do protagonismo polarizador que marcavam as posições dos dirigentes da esquerda brasileira no Chile – não se transformaria em uma orientação política relevante, permanecendo no seu universo estritamente acadêmico e reflexivo. Deve-se lembrar que Fernando Henrique Cardoso – no Chile, um funcionário da CEPAL – havia publicado, com o chileno Enzo Faletto, em 1967, o livro *Dependencia y desarrollo en América Latina* que se tornaria um clássico dos estudos sobre a dependência. A superação da dependência do Chile em relação à presença dominadora dos EUA em sua economia era uma das questões centrais do programa da UP e do governo de Allende.

De toda maneira, o que se pode observar é que expressas de forma contrapostas, as falas dos principais protagonistas invadem integralmente o campo de análise, mantendo o passado envolto em uma bruma que não se dissipa. Ao testemunharem sobre o Chile de Allende, é ainda a perspectiva da *derrota* da esquerda diante da direita que, de maneira exclusiva, conduz o repensar histórico. Evita-se pensar a experiência chilena como o *fracasso* de um governo conduzido pela esquerda.

Nas avaliações publicadas pelos principais protagonistas que participaram daquele processo – e dentre eles alguns dos brasileiros que acima mencionamos – não se toma como relevante o fato de que o governo atuou como nucleador de uma política que seguia a via institucional e as bases sociais da esquerda como um outro pólo que buscou permanentemente resolver a chamada questão do poder para implantar o mais rapidamente possível o socialismo. Essa dissociação foi geradora de uma tensão permanente no campo da esquerda e invadiu o coração do governo da UP. A partir dessa perspectiva de análise é possível perceber que efetivamente Allende foi se tornando, com o passar do tempo, uma liderança *disfuncional* uma vez que não advogava pela ruptura institucional e, por outro lado, não revelava capacidade para dirigir e controlar por inteiro o processo político que, por fim, redundou numa polarização catastrófica.

De uma forma geral, pode-se dizer que a experiência chilena fracassou por razões que pareciam despreocupar os principais atores da esquerda chilena e que eram anteriores a qualquer possível erro de condução política do processo e que também não tinham que ver diretamente com o desafio inédito de construir o socialismo por meio da democracia. Hoje, está claro que jogou um papel fundamental o fato de Allende ter sido um presidente da República com apoio político minoritário do ponto de vista da representação, uma vez que ele havia

sido eleito com apenas 36% dos votos e sua posse havia sido aprovada, em segunda instância, pelo Congresso chileno.

Efetivamente, somente o “clima revolucionarista” do final dos anos sessenta e a poderosa influência da Revolução Cubana na esquerda latino-americana explicam a temeridade de se buscar avançar na construção do socialismo pela democracia com um percentual tão exíguo de apoio eleitoral. Hoje sabemos também que há, no Chile de Allende, uma extraordinária importância o fato de que as forças políticas à época se dividiam em três correntes político-ideológicas – os liberais e nacionalistas, a democracia-cristã e o eixo socialista-comunista –, com projetos de sociedade distintos e até antagônicos entre si, dificultando a convivência e o equilíbrio do sistema político ao extremarem suas posições.

É importante chamar a atenção para o fato de que o Chile nesse momento não tinha um centro político com funções negociadoras. Ao contrário, a DC buscava também implementar o seu projeto de sociedade. Em outras palavras, a DC era um centro excêntrico e isso, senão impossibilitava, dificultava ao extremo qualquer negociação mais substantiva ou duradoura entre esquerda e centro político. Em terceiro lugar, se poderia mencionar um tema programático: as reformas implementadas por Allende, aprofundando a reforma agrária, estatizando bancos e empresas (especialmente aquelas vinculadas à área mineradora), eram excessivamente maximalistas e o caminho adotado para realizá-las, por meio do executivo, acabaram efetivamente abrindo espaço para a ingovernabilidade.

A exacerbação da idéia de que socialismo era estatização no plano econômico gerou uma política de tipo “soma zero”, que agregada aos outros fatores acima mencionados, geraram uma crispação sem remissão entre as forças políticas do país. Por fim, há que se agregar o fator externo: o apoio dos EUA à oposição – democrática e não-democrática – e, em seguida, ao golpe de Estado, não deixa dúvidas a respeito da transcendência do que se passava no Chile no início da década de 1970. Impedir uma nova Cuba era essencial para os EUA e, de fato, se configurou como um processo impossível de ser levado a bom termo num país que havia experimentado décadas de vida democrática antes de 1973.

Dividida e aquém dos acontecimentos e dos ditames que a história lhe colocava, a esquerda buscava, sob Allende, realizar uma revolução feita por mecanismos legais do Estado chileno, mas pretendia implantar um socialismo que não era outra coisa senão algo equivalente ao que se passava na União Soviética, na China ou em Cuba. Realizar

uma coisa e outra se mostrou inviável naquelas condições, indicando que, em nenhum sentido, estava amadurecido o significado da via democrática ao socialismo que a esquerda chilena, a partir do governo, vocalizava e dizia querer implementar.

Por essa razão, o governo Allende não deve ser entendido como uma experiência prática da impossibilidade histórica de uma via democrática ao socialismo, como pensou a esquerda brasileira e latino-americana por vários anos, depois daquele 11 de setembro de 1973.

Naquele governo apenas se anunciou essa possibilidade. Allende e a UP concebiam o socialismo a partir de uma cultura política convencional que predominava na esquerda latino-americana. Enquanto que o desafio que emergiu no Chile era *novíssimo* e obrigava a que se concebesse tanto o socialismo de outra maneira quanto um tipo novo de estratégia para se chegar a ele. Ator e circunstâncias se contraditaram e a história, por meio de outros personagens, se impôs implacavelmente.



Alguns aspectos do crescimento recente dos Estados Unidos: 1990-2001

Vitor Eduardo Schincariol

1. Um único império

O fim do campo socialista mundial marcou o último desdobramento fundamental na caracterização da nova ordem econômica liderada pelos Estados Unidos. Ele representou a abertura de novos mercados para o capitalismo ocidental, centrados na Europa Oriental e na ex-União Soviética. O desaparecimento do socialismo representou a consolidação dos Estados Unidos como única potência hegemônica mundial, com ampliação de suas margens de atuação, do ponto de vista econômico, político e militar.

Porém, no início da década de 1990, a situação da economia norte-americana não era tranqüila. Após a grande quebra da Bolsa em 1987, a maior verificada desde 1929, sentiram-se os efeitos da queda da atividade econômica. Os impactos não tinham sido tão catastróficos como os de 1929, mas “mesmo as vitórias americanas na Guerra do Golfo e contra a União Soviética não foram suficientes para desfazer o prejuízo causado à psique americana pela combinação letal de aumento dos impostos sobre a folha de pagamentos e salários defasados com relação à inflação.” (BATRA, 2006, p. 147).

A administração Reagan, em seu primeiro mandato no primeiro lustro dos anos (19)80, colocou em prática um projeto conservador com a instauração de uma política econômica de cunho monetarista, mediante a qual cortes de impostos sobre os fundos da classe capitalista supostamente propiciariam na rodada seguinte elevações dos investimentos e uma maior arrecadação tributária, levando a superávits. Tal política do “supply-side economics”, ou “economia-vodu” – como diria o então vice-presidente, George Bush – eufemisticamente chamada de economia do “lado da oferta”, implicou ao mesmo tempo uma grande elevação relativa do consumo em bens duráveis, particularmente o de automóveis. O resultado disto no plano expansivo foi um “longo

período de recuperação e expansão dos negócios”, de acordo com Batra (BATRA, 2006, p. 105), mas com paralelo crescimento da concentração da renda e das disparidades sociais. Ao mesmo tempo, os déficits orçamentários federais explodiram. Além do corte de impostos sobre corporações e setores mais ricos, para os déficits contribuíram também os gastos militares do governo, com projetos como o “Guerra nas Estrelas”, que visava conter definitivamente a então União Soviética.¹

Ao mesmo tempo, durante a década de oitenta os Estados Unidos consolidaram a liderança na condução das finanças internacionais. Nova York passaria a ser a praça financeira dominante, assumindo lugares estratégicos na capitalização do mercado de ações, na gestão de ativos de investidores institucionais, além de importantes posições nas transações cambiais e no mercado de derivativos – mercado este dominado por Washington. Giravam em Nova York 11 trilhões e trezentos e oito bilhões em ações de empresas de todo o mundo em 1998; os investidores institucionais detinham um trilhão e quinhentos e cinquenta bilhões em ação administradas ali.

Portanto, o desaparecimento do campo socialista mundial gerou uma situação qualitativamente nova para as autoridades dos Estados Unidos. Disso seguiu-se o ataque ao Iraque, no início da década de 1990, onde os Estados Unidos afirmaram seu poder virtualmente ilimitado de manipulações militares. Porém, e ao mesmo tempo, a continuação da estagnação na administração de George Bush, a partir de

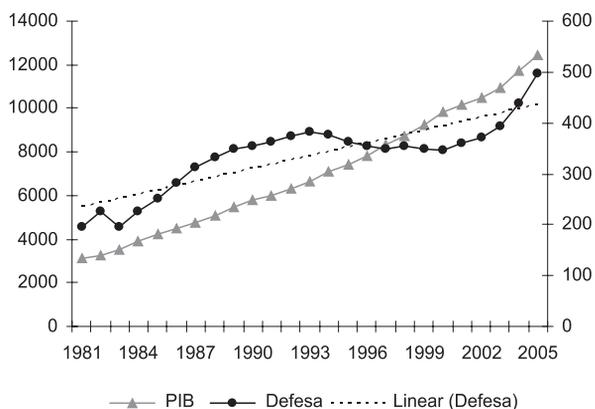


Gráfico 1. Estados Unidos. Produto interno bruto e gastos com defesa, em bilhões de dólares correntes. Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em <http://www.bea.gov>

¹ Ele consistia em novos projetos de defesa contra virtuais ataques soviéticos via mísseis balísticos inter-continetais, e se estruturava numa enorme elevação do endividamento do governo.

1989, provocava uma reação de rebaixamento de juros no Fed em 1991, provocando uma recolocação de capitais financeiros em outras praças, inclusive periféricas. Tal período, que marca mesmo uma recessão e 0,2% em 1991, caracterizou-se de fato por uma forte contenção dos gastos do governo com “defesa”, após a vitória contra Saddam Hussein.

A ascensão da atividade econômica no período do primeiro governo de Reagan, e a posterior desaceleração que se segue até meados da década de (19)90 podem ser vistas na figura da p. 126, que ilustra as taxas reais de expansão do produto interno bruto norte-americano entre 1979 e 2006.

O fracasso de George Bush no trato da crise levou à eleição de um governo democrata, o de Bill Clinton, em 1992. A partir daí, os Estados Unidos conheceriam um novo surto expansivo, mergulhando no que Alan Greenspan, presidente do Fed desde 1987, classificaria como o melhor período para a economia norte-americana nos últimos cinquenta anos. Após a posse de Clinton, que enfrentava maioria republicana no Congresso, as variáveis macroeconômicas começaram a apresentar cada vez mais modificações positivas: o desemprego começou a cair e os investimentos elevaram-se, mesmo que conjugados com uma grande diminuição dos déficits orçamentários federais e dos gastos com “defesa”. Assim, os juros foram rebaixados. Os mercados de ações agitaram-se, e as colocações de capital de estrangeiros nos Estados Unidos avolumaram-se rapidamente. Era o início da “*irrational exuberance*” de Greenspan, que ainda ocupava a presidência do Fed.

Ao mesmo tempo, no cenário externo continuava a existir um pano de fundo sem o qual não haveria um desempenho tão dinâmico. A conta corrente somava déficits crescentes, cobertos por uma maciça colocação de capital estrangeiro nos Estados Unidos, em forma de ativos fixos e títulos. Isto provocou uma certa discussão sobre uma suposta desnacionalização da economia.² Ao mesmo tempo, a balança comercial também somava déficits elevados; e isto diante de uma alta das exportações de média de 10% aproximadamente. Inegavelmente, a política da “globalização” ajudava a abrir mercados externos. O NAFTA entraria em vigor a partir de 1994.

² Conferir os *Economic Report of The President* a partir de 1994.

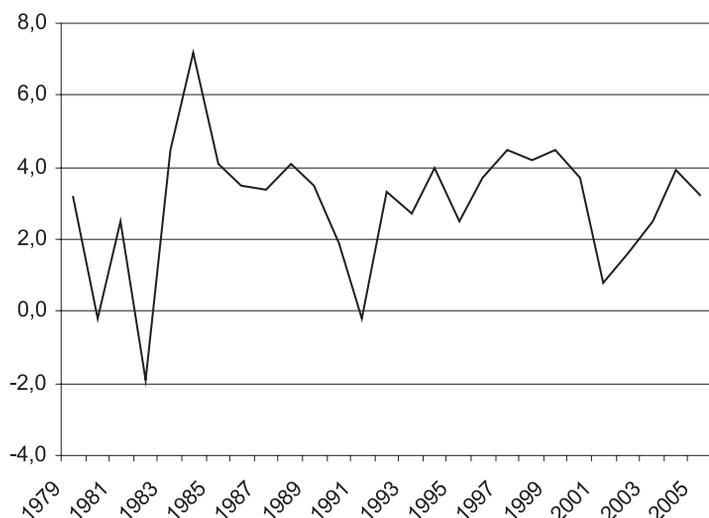


Gráfico 2. Estados Unidos. Taxas reais de expansão do produto interno bruto, em relação ao período anterior, em %. (Gross Domestic Product – Percent Change from preceding period.) Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em <http://www.bea.gov>

Na verdade, do ponto de vista comercial, os Estados Unidos de fato desfrutaram do melhor dos mundos, que só a potência que impõe a moeda de livre curso internacional pode dispor: impressão de papel moeda para financiar importações e aumento da colocação de suas exportações pelos seus próprios déficits acumulados (já que cada dólar gasto no exterior é um dólar que poderá comprar depois uma mercadoria norte-americana). A situação do balanço de pagamentos dos Estados Unidos é assim qualitativamente distinta. Podem-se acumular déficits na conta corrente, e mesmo globais, por anos seguidos, desde que se mantenha o papel do dólar na economia internacional (ver gráfico 8). Garantido o poder de aceitação do dólar no exterior, os efeitos multiplicadores negativos dos déficits na balança comercial deixam de ser um problema para tornarem-se recursos nas mãos de agentes estrangeiros que tornarão a comprar mercadorias norte-americanas, ou títulos de sua dívida externa. Nestas condições não há restrição do balanço de pagamentos ao crescimento econômico.

Em suma: “o crescimento econômico [atingiria] níveis não vistos em toda uma geração”, diria Stiglitz. (STIGLITZ, 2003, p.33.) Era evidente um novo surto na atividade econômica; em seu auge, o *frenesi* seria tanto que se falaria do próprio fim dos ciclos e numa “nova economia”.

2. Benefícios da divisão internacional do trabalho

A forte expansão pela qual foi tomada a economia dos Estados Unidos no início dos anos noventa não é interessante apenas por contrastar com uma economia global deprimida – com exceção da China e talvez alguns “Tigres Asiáticos”; esta expansão se deu paralelamente a sucessivas quedas do déficit orçamentário federal, na administração de Clinton, e também a diminuições significativas dos gastos do orçamento federal com a economia militarista, após a Guerra do Golfo. Os “exuberantes anos noventa” não se ligam, aparentemente, a um suposto “keynesianismo bélico” [sic], portanto.

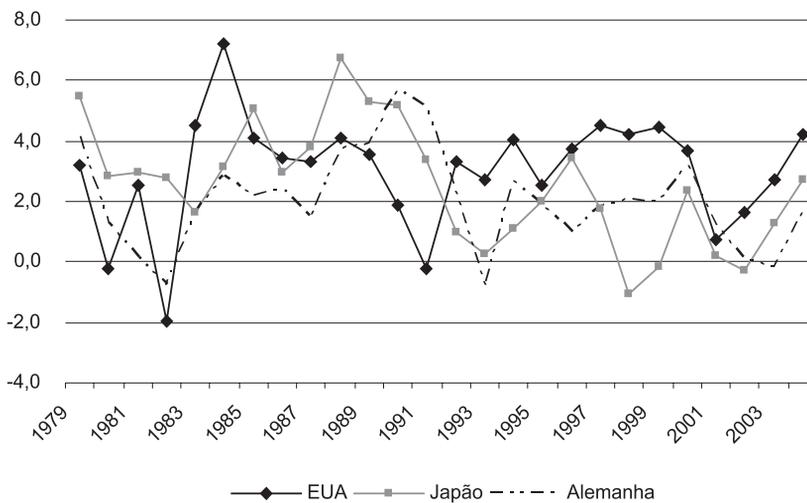


Gráfico 4. Japão, Alemanha e Estados Unidos. Taxas de crescimento real do Produto Interno Bruto. Fonte: OCDE Fact Book 2006. Disponível em <http://www.ocde.org>

Pelo contrário, o estopim da expansão relaciona-se com o surgimento de um novo setor dinâmico, centrado nos frutos da revolução microeletrônica, na qual os Estados Unidos foram pioneiros. Os investimentos deste crescimento de meados dos anos 19(90), deram-se mediante a exploração das novas oportunidades acumulativas derivadas da aplicação extensiva da microeletrônica. A difusão dos microcomputadores, dos aparelhos de celular, a produção em massa dos cabos de fibra óptica são a expressão acabada da generalização, para a economia como um todo, dos frutos do que se chamou algumas vezes de “Terceira Revolução Industrial”. O estímulo destes novos setores gerou uma massa enorme de investimentos, que elevaram a renda e a massa salarial como um todo; por sua vez, determinaram uma alta das ações que trouxe os índices para patamares nunca atingidos. O crescimento

da produção permitiu baixas taxas de inflação e baixos juros. No fim da década, tudo isto se refletiu em índices mais altos de produtividade do trabalho (cf. tabela 2).

Porém, a posição dos Estados Unidos no cenário global não pode ser desconsiderada para se traçar uma análise do comportamento das variáveis econômicas. Na verdade, ela foi determinante. Senão, vejamos. O livre curso do dólar no mercado externo permitiu aos Estados Unidos continuar não enfrentando restrições na conta corrente do balanço de pagamentos, cujos déficits se avolumavam. Na verdade, o resultado global do B.P. tem sido negativo desde os anos setenta. Isto significava que, enquanto o comércio internacional crescia, os Estados Unidos financiavam parte de sua poupança com a impressão de papéis, sem perigo de desvalorizar sua divisa. E, de fato, os déficits, numa primeira rodada, produzem a liquidez que gerará as exportações na rodada seguinte.

Isso não significava, todavia, que os Estados Unidos estavam abandonando o comércio exterior. Na verdade, no período de confirmação de sua liderança mundial na última década de 19(90), as autoridades dos Estados Unidos encontraram um cenário benéfico para a colocação de suas mercadorias, que cresceram em média 10% ao ano. Se a importação de mercadorias era necessária para a reprodução do capital local, pelo contrário, as exportações foram incentivadas com sucessivas rodadas de liberalização do comércio internacional, via GATT, NAFTA etc.. Ao mesmo tempo, ampliava-se a atração de poupança externa, que auxiliava na sustentação de seus déficits externos globais, tal como a compra de bônus do Tesouro por investidores japoneses e chineses. Estes ainda exportavam para os Estados Unidos a preços cada vez mais baixos. O investimento em ativos fixos locais, ainda por agentes externos, completava esse círculo de relações benéficas com o exterior.

Logo, nos anos 19(90) os Estados Unidos beneficiar-se-iam de sua condição de potência, num mundo de novas relações unipolares. Esta condição, construída paulatinamente a partir de fins da década de 19(70), permitiria a reprodução do capital com cada vez mais poupança externa, acumulando déficits fiscais e na conta corrente do balanço de pagamentos. Permitiria elevações sucessivas da renda agregada, e diminuição nas taxas de desemprego, paralelamente à estagnação nos países da OCDE. Tais colocações de capital – que não podem ser excluídas dos componentes que determinaram o ciclo expansivo da segunda década de 19(90) – estiveram condicionadas, no limite, ao poder do dólar como moeda de curso internacional assegurado pela consolidação do poderio militar e financeiro norte-americano.

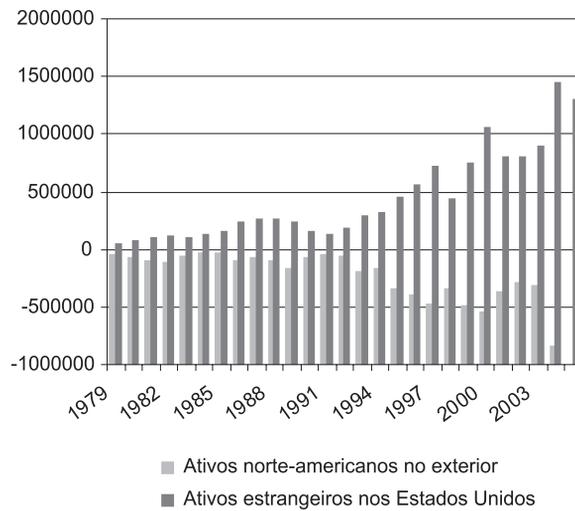


Gráfico 5. Estados Unidos. Conta de Capital (resultados líquidos). Em milhões de US\$. Bureau of Economic Analysis. U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em: <http://www.bea.gov/bea/international>

A assunção, para as economias periféricas asiáticas, das funções na divisão internacional do trabalho determinadas pela realocação dos oligopólios norte-americanos, tem levado a um barateamento crescente das importações realizadas pelos Estados Unidos. Tal conjunto de países asiáticos, dos quais se sobressaem a Coreia do Sul e a China, tem determinado o papel de receptores de capital industrial e barateadores de insumos primários que minoram os impactos, no plano doméstico norte-americano, do excesso de capacidade ociosa no parque manufatureiro, além de contribuírem para uma diminuição da “composição orgânica do capital”. Exportam, por sua vez, a preços cada vez menores, sendo uma fonte de contenção dos preços na economia mundial. Além disso, não podem ser desprezadas as relações dos Estados Unidos com outras regiões periféricas a partir dos anos 19(90), onde se dá uma grande aumento de seus ativos e exportações, tal como no Leste Europeu e na América Latina. Isto contribuiu para um fluxo constante no recebimento de lucros e juros, refletido na conta de serviços do balanço de pagamentos, e para um controle das principais fontes de matérias-primas, de acordo com a perspectiva que Magdoff colocava já 1978 (MAGDOFF, 1978).

3. O mito do fim dos ciclos

Em todo caso, pode-se afirmar que se julgavam erroneamente as potencialidades que as renovações de estoque baseadas nas novas

tecnologias podiam imprimir àquele ciclo. Na verdade, em 2001, o PIB norte-americano caía, demonstrando cabalmente que não havia uma “nova economia” sem ciclos. Nesta “aterrisagem”, as debilidades daquela década de expansão ficaram mais claras. Como mostrou Brenner (BRENNER, 2003), a aceleração desordenada dos investimentos resultara numa grande capacidade ociosa, hipertrofiada pela onda de “desregulamentação”, que atingia as políticas públicas nos próprios Estados Unidos.

Tabela 2. Estados Unidos. Taxa de produtividade – % de mudança em relação ao ano anterior. Produção por hora nos setores não-agrícolas. 1997 = 100.

Ano	Taxa	1997	100
1990	85	1998	103
1991	86	1999	111
1992	95	2000	111
1993	96	2001	109
1994	98	2002	113
1995	102	2003	116
1996	101	2004	107

Fonte: Bureau of Labor Statistics. Disponível em: <http://www.bls.gov>

No mercado acionário, onde as empresas “ponto com” atingiam níveis de capitalização enormes, ocorreu o estouro inevitável da “bolha”, evidenciando a disparidade entre lucros esperados e o que as empresas podiam fornecer aos acionistas. Predominou no período uma financeirização cada vez maior das empresas, no sentido de serem administradas como ativos que devem render lucratividade máxima, para satisfazer seus acionistas. Isso favoreceu a onda de balanços administrativos fraudulentos descobertos depois das falências de corporações como a Enron, Dynegy, Adelphia e WorldCom.

Esta financeirização, como explicado por Chesnais e outros (CHESNAIS *et alii*, 2005) assumiu papel determinante na administração das firmas, explicando a lógica prevalescente do *corporate governance/bench marking*. A contradição entre tais demandas por valorização e as taxas de lucro na economia real bem abaixo do que se considerava “satisfatório”, levou assim à “maquiagem” das contabilidades e a uma posterior crise acionária, expressão dos “problemas sistemáticos que assolavam a economia real [...] num quadro de lucros corporativos cada vez mais irrecuperáveis”, segundo

Brenner (BRENNER, 2003, p. 33). Pode-se mesmo ir além e afirmar que a liberalização dos mecanismos de fiscalização do balanço aliada ao desinteresse dos auditores em não entravar os processos de acumulação desenfreada de seus clientes milionários colocaram em xeque a própria racionalidade da organização capitalista de produção nos Estados Unidos.

Logo, o estouro da “bolha”, já na administração de George W. Bush, demonstrava que não havia uma “nova economia” sem ciclos. Os velhos componentes de aquecimento da demanda, por parte da administração pública, continuavam tão necessários quanto antes, agora que a produtividade acenava com uma nova estagnação, que a troca de capital fixo desacelerava e que o mercado acionário colhia os frutos dos “escândalos” que levaram gigantes à falência. Os administradores perceberam que – como colocou Krugman em outubro de 2002 – agora “tratava-se da estagnação clássica, do tipo que era normal antes da Segunda Guerra Mundial, e que não se consegue eliminar simplesmente com reduções de taxas de juros”. Formou-se, portanto, a conhecida “armadilha da liquidez” (KRUGMAN, 2006, p. 131)³, um estágio típico de uma economia industrial desenvolvida.

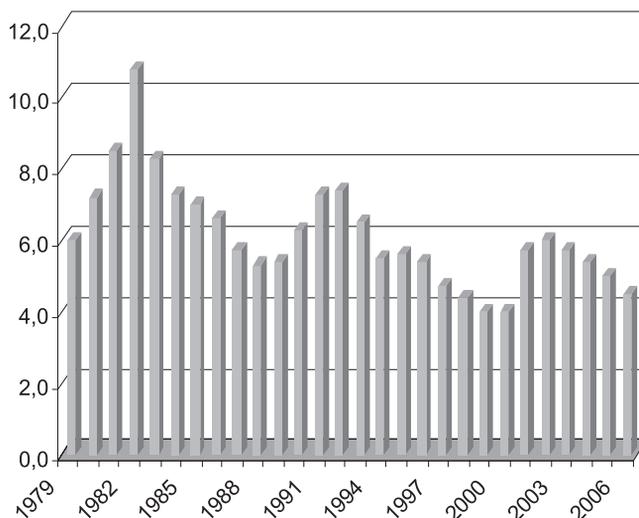


Gráfico 6. Estados Unidos. Taxa de desemprego, a partir de 16 anos. Fonte: Bureau of Labor Statistics. Disponível em: <http://www.bls.gov>

³ Onde as manipulações da taxa de juro não induzem a economia a uma nova expansão.

Tal foi sucedido por uma aceleração dos aumentos de gastos militares, que iriam minorar a desaceleração e desviar as atenções do público para o *front* externo. A eleição de George W. Bush representava a volta ao poder do *complexo industrial-militar*, ofuscado durante os anos do governo Clinton, e desgostoso depois do desaparecimento de sua razão de existir (a ex-URSS). Novos orçamentos para a defesa foram liberados pelo Congresso, e os gastos ultrapassaram os níveis do período da guerra-fria (ver gráfico 1). O PIB (ver gráfico 2) alcançaria de novo 4% de crescimento em 2003. Com isto, o tipo de crescimento dos “exuberantes anos noventa”, tal como descritos acima, estava sepultado.

À guisa de resumo, podemos resumir alguns pontos importantes do crescimento norte-americano no período assinalado. Elas se referem às causas determinantes da expansão e às fragilidades que a conferiram um aspecto cíclico (de ascensão e queda):

Ascensão: a redução dos déficits orçamentários federais, a elevação da renda agregada e a queda do desemprego, a partir de 1993, foram permitidos por uma conjugação positiva de fatores internos e externos: (1) pelo surgimento de um novo setor dinâmico, centrado na microeletrônica, que alterou a estrutura industrial e atraiu investimentos; (2) pelo favorecimento dos investimentos devido à política de desregulamentação da economia (como a abolição do *Glass-Steagall Act*); (3) pela elevação da colocação de capital estrangeiro no mercado norte-americano; (4) por um aumento das exportações; 5) por uma parceria comercial benéfica com o sudeste asiático.

Queda: a queda deste surto expansivo é explicada pelas próprias contradições em que se baseou. (1) esgotamento da possibilidade de novos investimentos, traduzido em alta da capacidade ociosa; (2) criação de uma bolha acionária, refletindo a disparidade entre lucros esperados e reais; (3) uma elevação das fraudes contabilísticas; (4) uma bolha imobiliária. À elevação do desemprego, as políticas do governo republicano de George W. Bush responderam com novas rodadas mais gastos militares e cortes de impostos sobre os setores mais ricos da sociedade norte-americana, revivendo o “supply-side economics”.

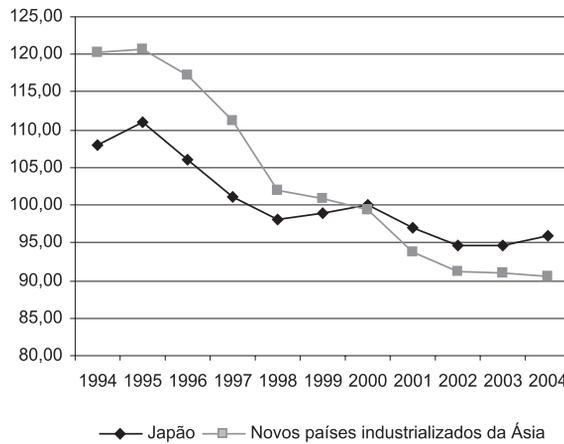


Gráfico 7. Estados Unidos. Preços das importações totais do Japão e dos Novos Países Industrializados da Ásia (“Asian Newly Industrialized Countries”). 2003 = 100. Fonte: Bureau of Labor Statistics. (BLS). Disponível em: www.bls.gov

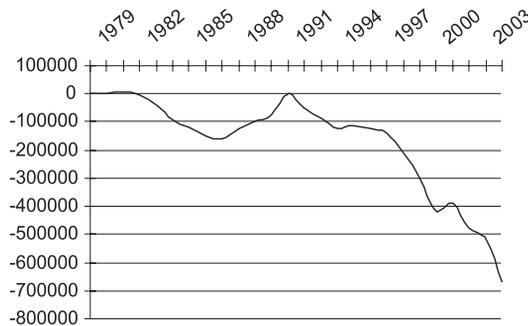


Gráfico 8. Estados Unidos. Resultados da conta corrente do balanço de pagamentos. Em milhões de US\$. Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em: <http://www.bea.gov>

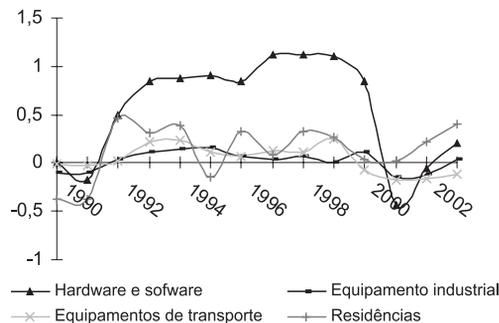


Gráfico 9. Estados Unidos. Contribuição percentual para o crescimento do PIB. Vários setores. Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). U.S. International Transactions Accounts Data. Disponível em: <http://www.bea.gov>

Referências

- BATRA, Ravi. *Greenspan, a fraude*. Ribeirão Preto: Editora Novo Conceito, 2006.
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha – Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. *The Economics of Global Turbulence*. A special report on the world economy, 1950-98. Londres: New Left Review, 1998.
- CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.
- FIORI, José Luis (org). *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A Economia das Fraudes Inocentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- KRUGMAN, Paul. *A desintegração americana. Os Estados Unidos perdem o rumo no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- MAGDOFF, H. *Era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 1978
- STIGLITZ, Joseph E. *Os exuberantes anos 90*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

Fontes

Séries Numéricas

Governo norte-americano:

- BEA – Bureau of Economic Analysis: <http://bea.gov>
- BLS – Bureau of Labor Statistics: <http://bls.gov>
- Bureau of the Census: <http://censu.gov>
- Energy Information Administration (EIA): <http://www.eia.doe.gov>
- Fed – <http://www.federalreserve.gov> e <http://www.fedstats.gov>
- U.S. Department of Treasury: <http://www.ustreas.gov>

Instituições multilaterais

- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento: <http://iadb.org>
- BIRD – Banco Mundial: <http://worldbank.org>
- BUNDESBANK – Banco Central da Alemanha: <http://bundesbank.de>

FMI – Fundo Monetário Internacional: <http://www.imf.org>

GATT – General Agreements of Trade and Tariffs: <http://gatt.org>

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento
Econômico: <http://stats.oecd.org>

OMC – Organização Mundial do Comércio: <http://wto.org>

ONU – Organização das Nações Unidas: <http://un.org>

Documentos oficiais

Casa Branca: <http://www.whitehouse.gov/cea/pubs.html>

GPO Acess – Service of the U.S. Government Printing Office:
<http://www.gpoaccess.gov>

Federal Reserve: <http://www.federalreserve.gov>

Nota

Estes e outros dados estão disponíveis no Banco para Compensações
Internacionais (Bank for International Settlements): <http://www.bis.org>.

*

Nossa Fronteira Sul

Cuauhtémoc Sandoval Ramírez

Como produto do desemprego crescente e um processo acelerado de pauperização que afeta a maioria das populações de El Salvador, Guatemala e Honduras, surge um sentimento de impotência e ausência de alternativa política que contribui para fazer da emigração a única escapatória. Os governos da América Central não o reconhecem oficialmente, mas favorecem a emigração, uma vez que esta alivia a pressão social e os fundos enviados da diáspora constituem a principal fonte de divisas desses países.

Mas esta emigração tem um impacto dramático sobre o núcleo familiar, deixando jovens sem futuro e entregues a si próprios. Estes jovens sem perspectiva de vida vêm formando gangues de delinquência juvenil como a Mara Salvatrucha, que se espalham pela periferia de San Salvador e de outras cidades da América Central, dedicando-se ao crime e, sobretudo, a uma guerra cujo único objetivo é destruir gangues rivais. Estes jovens não têm nenhuma reivindicação social ou política e por sua visibilidade (tatuagens), transformam-se em “bodes expiatórios” tanto nos países da América Central como nos Estados Unidos. Como consequência, ocorrem deportações cotidianas nos EEUU e os governos de Guatemala, Honduras e El Salvador vêm tomando um conjunto de medidas repressivas sem atacar as raízes sociais do problema.

Estes fatos são responsáveis por um alto grau de conflitividade na fronteira sul do México com a Guatemala, Belize e a América Central, sobretudo pelo fluxo de migrantes centro-americanos que usam nosso território na busca do sonho americano, além do contrabando de armas, drogas e pessoas e pela atuação de grupos como o mais famoso deles, Mara Salvatrucha, na região.

Esta breve introdução me permite fazer referência a destacados fenômenos políticos que estão ocorrendo em alguns países da América Central, os quais devem ser observados e aproveitados por nós para a elaboração de uma política solidária, de uma verdadeira integração com nossos irmãos da América Central e, ao mesmo tempo, descartar projetos inoperantes e burocráticos, como o Plano Puebla Panamá.

No dia 4 de novembro deste ano, o engenheiro Álvaro Colom, da frente União Nacional pela Esperança, ganhou a Presidência da República da Guatemala, à frente de um partido jovem de centro-esquerda, filiado à Internacional Socialista. Foi uma batalha renhida, ganha no segundo turno da eleição e o derrotado, general Otto Pérez Molina, desenvolveu sua campanha sob o lema de “mão dura”, o que dá uma idéia do seu caráter autoritário e militarista.

Não será nada fácil a gestão de nosso amigo Álvaro Colom, que não terá uma maioria no Congresso guatemalteco, para abordar os graves e antigos problemas desse país irmão (semelhantes aos nossos e alguns multiplicados), de forma que seu governo, com início em 14 de janeiro de 2008, terá que enfrentar um projeto neoliberal cada vez mais em crise além dos derivados da longa luta armada guerrilheira contra as ditaduras militares.

O México precisa mirar com novos olhos e reivindicar um novo tipo de relação com a Guatemala. Em primeiro lugar, descartar a idéia de “fechar a fronteira sul”, um sonho longamente acalentado pela direita norte-americana, que freie o fluxo migratório da América Central para os Estados Unidos. Recordemos que, no Plano México, estão contemplados U\$ 50 milhões para nossa fronteira sul.

Um segundo tema se refere ao fim das violações dos direitos humanos sofridas por nossos irmãos da América Central em território mexicano. Não teremos autoridade moral para exigir aos EEUU um tratamento digno para nossos migrantes, enquanto tivermos um comportamento igual ou pior com os trabalhadores da América Central na nossa fronteira sul.

Proximamente, o presidente eleito Álvaro Colom fará uma visita oficial ao México e é preciso recebê-lo dignamente, oferecendo-lhe toda a ajuda do Estado mexicano, que lhe permita enfrentar os graves e difíceis problemas sofridos pelo país de Miguel Angel Astúrias, de Tito Monterroso, e de milhares de guatemaltecos que encontraram refúgio em nosso território nos anos difíceis dos governos militares e da repressão.

Na Costa Rica, acaba de ocorrer um referendo nacional para decidir pelo “Sim” ou “Não” ao Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, em que ganhou o “Sim” por uma escassa margem de 2%. Tive a oportunidade de estar presente em San José, no dia 7 de outubro, e fui testemunha de uma luta desigual.

O governo neoliberal de Oscar Arias Sánchez aliou-se com todas as direitas do seu país e utilizou todo o poder do Estado, incluindo, é claro, fundos públicos e o aparato publicitário para impor o “Sim”.

Em Quebec e em países da União Européia, existe toda uma legislação para repartir igualmente os fundos e publicidade para os projetos do “Sim” e do “Não”.

Na Costa Rica, que havia construído uma democracia sólida, o projeto do “Não” não teve acesso aos meios de comunicação nem a financiamento público para enfrentar a avassaladora ofensiva do governo, que se utilizou inclusive da compra de votos. O outro lado da moeda é a criação de uma grande coalizão de esquerda que engloba desde a Igreja, sindicatos, organizações agrárias e amplos setores da Liberación Nacional, que agora terá como objetivo enfrentar os novos passos, que incluem a discussão no parlamento, mas sobretudo, a manutenção das maiorias nas ruas.

Em El Salvador há uma clara mudança de rumo. No dia 11 de novembro, a Convenção Nacional da FMLN lançou sua candidatura presidencial. Trata-se de Mauricio Funes, que não é um quadro histórico da Frente mas um jornalista e comunicólogo jovem, que, aliás, nem é membro desta organização mas tem muitas credenciais democráticas e de esquerda. Está se criando um amplo movimento social e de opinião pública favorável à candidatura dele, o que lhe dá uma sólida vantagem para substituir a direita no governo.

Na Nicarágua, após 16 anos de jejum e várias vezes derrotado em eleições presidenciais, Daniel Ortega, quadro histórico da Frente Sandinista de Libertação Nacional, volta à Presidência da República. Nem a FSLN nem Ortega tem o perfil do passado. Dos nove líderes históricos, apenas três continuam na Frente; outros três fundaram o Movimiento Sandinista Renovador enquanto outros se retiraram da vida pública. Para ganhar as eleições, Ortega reconciliou-se com a Igreja Católica, fez um pacto com o Partido Liberal Constitucional, de direita e comandado pelo presidente Arnoldo Alemán, e durante a campanha seu lema foi Paz e Amor. O fervor antiimperialista vem se esvaindo e com uma forte dose de pragmatismo, sob a presidência sandinista, o parlamento da Nicarágua ratificou o Tratado de Livre Comércio com os EEUU. Não obstante, a Nicarágua também parece estar interessada na Alternativa Bolivariana para a América (ALBA).

No Panamá, no extremo sul da América Central, tomou posse, em 2004, o social- democrata Martín Torrijos Espino, filho do general Omar Torrijos. Sob sua presidência, decidiu-se num referendo a ampliação do Canal do Panamá, que estaria obsoleto em 2013. É um projeto muito ambicioso que exige enormes fundos e tecnologias muito avançadas. O presidente tentou diminuir a corrupção no país, mas está enfrentando uma onda de críticas e protestos devido a dificulda-

des econômicas e vendo seu prestígio diminuir no último ano. De todo modo, o discurso antiimperialista e esquerdista neste país encontra menos eco do que nos demais da região.

Por sua vez, o presidente Fox lançou, em 2002, o Plano Puebla Panamá, por ocasião de uma reunião com os presidentes da América Central e funcionários do Banco Mundial. Embora o Plano tenha sido lançado como um projeto modernizador, que prevê uma gigantesca infraestrutura, com a construção de auto-estradas e vias férreas, oleodutos e gasodutos, portos e aeroportos, algumas dezenas de barragens hidrelétricas, um sistema de integração energética e a implantação de fábricas maquiadoras na região menos desenvolvida do território mexicano, este projeto visa, basicamente, conter os fluxos humanos, reforçando o papel do México como zona-tampão da emigração para os EEUU e a transferência das maquiadoras do norte do país para o sul onde uma mão de obra desqualificada aceitaria um salário vil, tornando estas fábricas muito mais competitivas no mercado internacional.

Apesar do projeto envolver nove estados mexicanos e sete países da América Central, ter uma dotação de mais de U\$ 10 bilhões e uma população da ordem de 65 milhões de habitantes, dos quais quase 80% vivem na pobreza ou na pobreza absoluta, é enorme a rejeição ao mesmo. Isto se justifica por inúmeros planos oficiais para erradicar a miséria que se sucedem desde os anos 60 do século passado e, no entanto, só fazem aumentar o número de pobres.

Some-se a isto que o Plano Puebla Panamá se insere no âmbito dos tratados de livre comércio que buscam reforçar a economia capitalista. Por sua localização e seus recursos naturais trata-se de uma região de grande importância estratégica. A título de exemplo, 65% das reservas petrolíferas mexicanas encontram-se na parte do país englobada pelo Plano.

Outros problemas graves se referem à privatização das terras indígenas, expulsão de camponeses das terras cobiçadas pelas multinacionais e a incorporação, na lógica do mercado de bancos genéticos, exploração de plantas exóticas, turismo, etc.

Pelo exposto, concluo que é o momento do México construir um novo tipo de relação com a América Central, aproveitando estes processos complexos que se desenvolvem na região. Para tanto, é preciso substituir um projeto burocrático como o Plano Puebla Panamá, por uma relação solidária e verdadeiramente fraterna.

*



VII. Vida Cultural



Autores

Ana Amélia Melo

Doutora CPDA. Professora visitante do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

Martin Cezar Feijó

Doutor em comunicação pela ECA-USP, é professor na Facom-Faap e pós-graduação no Mackenzie. Autor de vários livros, entre eles, Anabasis Glauber (1996) e O que é herói (1984).

Realidade e ficção: Apontamentos sobre literatura e a crítica marxista

Ana Amélia Melo

1. Introdução

Neste artigo pretende-se, a partir do ponto de vista da história, refletir sobre a maneira como a literatura pode ser pensada como produção social, resgatando a contribuição dos teóricos marxistas Georg Lukács e Lucien Goldman na construção de um método de análise que torna possível equacionar a intrincada relação entre realidade e ficção. Não é de hoje que a literatura tem sido uma referência para os estudos históricos e sociológicos. Estes pensadores procuraram identificar no discurso literário um modo de ver, sentir e pensar o mundo, referentes a um grupo ou classe social.¹ A influência destes autores se faria sentir posteriormente nas reflexões sobre cultura realizadas por Benjamin e Adorno. Não apenas é revisto por esta corrente de pensamento, a relação entre sociedade e cultura, como especialmente para Walter Benjamin, é retomado o diálogo entre a história e a literatura, na tentativa deste de realizar uma história a contrapelo e capturar nela as representações mais insignificantes da realidade.²

1 Goldmann, Lucien. "El todo y las partes" in: El hombre y lo absoluto: Le Dieu caché. Barcelona, Ed. Península, 1968, p. 31.

2 Benjamin, Walter. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica." In: Magia e técnica, arte e política-ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Ed. Brasiliense, 1985.

Atualmente, a aproximação entre o campo histórico e literário faz-se a partir de novas conceitualizações que ampliam e complexificam esta relação. Agora, não apenas se problematiza a obra literária e seu valor de representação da realidade como se relativiza o discurso histórico, aproximando, muito mais que separando a história da poética.³

A obra literária, assim como seu autor, pode ser pensada pelo valor excepcional que possui, por sua consagração e perpetuação no tempo assim como por sua inexorável condição comum e mundana. O fato de ser simultaneamente singular e comum, e de produzir um discurso imaginário, mas não falso, transforma-a em uma fonte extraordinária referente à visão de mundo⁴, à mentalidade ou sensibilidade⁵ de uma época.

Neste sentido, pode-se perguntar o que significa, para o historiador, uma “interpretação literária”?⁶ Para alguns é preciso descartar a crítica literária e assim refletir sobre os contextos que cercam a obra ou ilustrar com esta o período descrito. Para outros se encontra na literatura o que Duby chamou de vestígios de uma época.⁷ Ou seja, modos de sentir e pensar os eventos que marcam determinado período, as interpretações que um escritor pode ter e explicitar. Todo um emaranhado de valores, idéias e eventos que devem ser confrontados não apenas com outras obras do mesmo escritor como também com os discursos históricos propriamente ditos.

2. Literatura e sociedade

A literatura, como discurso ficcional, sua natureza de obra de arte, de objeto estético, na sua relação com a história, coloca o problema já antigo e insolúvel do conhecimento e de seus métodos. Como, ao lidarmos com as especificidades de um objeto artístico, é possível construir um conhecimento sistemático? Alguns teóricos, negando esta possibilidade, tentam fazer da crítica uma segunda criação, colocando, neste caso, em primeiro plano, os elementos intuitivos e sensíveis da literatura. Esta solução, inteiramente sedutora cai, contudo, no campo das especulações.

3 White, Hayden. “Introducción: la poética de la historia”, in: *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992, pp. 13-50.

4 Goldmann, Lucien. “El todo y las partes” in: *El hombre y lo absoluto: Le Dieu caché*. Barcelona, Ed. Península, 1968, pp. 13-34.

5 Vovelle, Michel. “Pertinencia y ambigüedades del testimonio literario” in: *Ideologías y mentalidades*. Barcelona, Ariel, 1985, pp. 37-50.

6 Starobinski, Jean. “A literatura. O texto e seu intérprete”, in: *Le Goff e Nora, P. História: Novas Abordagens*. São Paulo, Martins Fontes, 1976, pp. 132-143.

7 Duby, G. *Diálogos sobre la historia. Conversación con Guy Lardreau*. Alianza Universidad, Madrid, 1980.

No estudo histórico ou sociológico, a particularidade de uma obra de arte suscita constantemente alguns dilemas. Como preservar o caráter singular da obra literária, sua capacidade de ultrapassar as experiências e intenções de seu autor num estudo dessa ordem? A dúvida recai, para este caso, no problema do método, ou seja, de que forma é possível realizar este trabalho respeitando suas particularidades.

Diz Antônio Cândido, citando Lukács:

O elemento histórico-social possui, em si mesmo, significado para a estrutura da obra, e em qualquer medida? Seria o elemento sociológico na forma dramática apenas a possibilidade de realização do valor estético (...) mas não determinante dele?⁸

A questão põe de maneira central o problema do qual nos ocuparemos. Convocaremos aqui as proposições de Lukács. Para este autor, a relação entre o particular e o universal na estética é bastante antiga. A discussão faz-se desde que surgiu a questão da arte como imitação da realidade. Platão foi o primeiro a desenvolvê-la. Ao perguntar na República sobre a finalidade da arte, nos diz: “A que finalidade serve a pintura no caso individual? Ela quer imitar o ser essencial das coisas tais como são, ou a sua aparência tal como se revela ao olho? Ela é uma imitação da aparência ou da verdade?”⁹

Fundada na idéia de que a arte é “reflexo da realidade”, esta discussão tem ainda múltiplos desdobramentos. Aristóteles prossegue com esta idéia, contudo a desenvolve não como “cópia mecânica da realidade”. Para Lukács, pela primeira vez ele formula a idéia de “generalização específica que ocorre na reprodução poética da realidade”.¹⁰ Nessa generalização está contida a essência da poesia. Central nele, o conceito de *mimesis* aponta para esta discussão. Primeiro, ao formular sistematicamente, até então, um tratado de poética, Aristóteles liberta a *mimesis* do discurso da verdade. A tradução latina de *mimesis* a iguala a imitação. Este significado desdobra-se e aprofunda-se. Na imitação realiza-se um intrincado processo de reinvenção do imitado.

Na narrativa contemporânea se pergunta sobre o valor da imitação da realidade quando se depara com uma produção artística que potencializa a linguagem, que faz da escrita um jogo de desmonte, descon-

8 Georg Lukács, “Zur Soziologie des modernen Dramas”, in *Schriften zur Literatursoziologie*, citado por Antônio Cândido, *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo, Editora Nacional, 1980, p. 4.

9 Platão, *A república*, X, citado em Lukács, *Ibid.*, p. 124.

10 Lukács, G., *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 127.

truindo a possibilidade imediata da lógica discursiva. Nesse sentido, de que modo pode-se falar da arte como imitação da realidade?

A partir do século XVIII, com a complexificação das relações entre o indivíduo e sua situação social o grau de dificuldade deste problema se amplia, buscando, a estética deste século, superar o conceito de universalidade contido em Aristóteles.¹¹

Segundo Lukács esta nova realidade passa, com Diderot a receber uma formulação avançada ao sugerir uma forma artística que supere o meramente individual. O seu conceito de “conditions” compreende o “momento da determinação social.” Contudo, numa polêmica com Lessing acredita-se que Diderot não supera a “universalidade abstrata”. A polêmica, seguida por Lukács, indica a falta de uma contradição necessária na caracterização dos personagens. Sua tipificação funda-se na insuficiência de contrastes, dos claros e escuros que dão vida a um personagem. A ausência de conflitos entre paixões tira-lhe o apelo poético.

A particularidade de cada personagem, mesmo que esteja em acordo perfeito com a realidade não produz o efeito convincente se não capta a universalidade do gênero. A verdade poética, se assim podemos falar, exige que cada particular seja também representação do universal. A relação é de uma comunicação permanente. Para Lukács é com Goethe que a combinação entre a experiência particular e a universalidade dos sentidos se expressa na mesma medida. O particular apresenta-se carregado do simbolismo necessário para transformá-lo em algo geral e emblemático, referido a todos como algo também e paradoxalmente único. Sobre isso Lukács utiliza uma citação de Goethe: “Surgir e morrer, criar e anular, nascimento e morte, alegria e dor, tudo isso se mistura no mesmo sentido e na mesma medida; por isso, mesmo o acontecimento mais particular se apresenta sempre como uma imagem e um símbolo do mais universal.(...) O universal e o particular coincidem; o particular é o universal que aparece em condições diversas”¹²

Com Goethe a particularidade surge como especificidade da literatura. Uma particularidade, seja visto, que se articula em profundidade com o universal como já foi exposto. É interessante citar aqui o que diz Lukács: “a particularidade é sublinhada (por Goethe) como sendo o elemento vital da literatura, bem como, ao mesmo tempo, diferenciada nitidamente do eu é puramente singular, sendo sublinhada a justa relação com a universalidade.”¹³

11 Ibid., p. 134.

12 Goethe, *Maximen und reflexionen*, ed. Do jubileu, vol. 38, p. 261, citado em Lukács, Ibid., p. 150.

13 Ibid., p. 155.

Ao mesmo tempo em que o particular é a representação de algo muito específico e único é também, esse único, representação do universal. Essa aparente ambigüidade descreve, na verdade, a relação complexa dos dois conceitos.

Nas sociedades modernas, a transformação das estruturas produtivas e a mudança das relações sociais, alteraram crescentemente a produção artística e sua teoria. A partir, sobretudo do século XVIII, com o romance realista, a situação social comparece com constância. A introdução destes elementos é, como diz Lukács, uma forma de superar a universalidade abstrata. A sua importância fica descrita na frase de Diderot: “Antes de tudo, é preciso não dotar os próprios personagens de espírito, mas sim colocá-los em situações que lhe dêem o espírito”¹⁴.

O romance realista é considerado, entre estudiosos da Sociologia da Literatura, como a forma literária “mais imediata e diretamente vinculada às estruturas econômicas, na acepção estrita do termo, às estruturas da troca e da produção para o mercado.”¹⁵

O termo realismo, contrário ao significado escolástico que o utilizava para designar os universais, as abstrações consideradas as verdadeiras realidades, tem com a era moderna uma orientação bastante diferente. Acredita-se, de agora em diante, no indivíduo, tal como havia proposto Descartes em sua filosofia, não era mais uma faculdade receptiva, aberta às revelações da verdade e, portanto contemplativa, que instaurava a verdade, mas numa consciência ativa que eliminava a realidade aparente para chegar à verdade. A questão da certeza no depoimento dos sentidos ou da razão tornou-se crucial para modernidade.

No romance moderno, a experiência humana se afirma como repertório definitivo. As situações particulares, sua ênfase nas caracterizações de indivíduos e experiências contemporâneas demarcam com precisão, o romance realista. Até mesmo o termo “romance” como o entendemos hoje, somente passaria a existir a partir do século XVIII. Ele seria a expressão do percurso individualista.¹⁶

A tendência crescente para uma busca constante de enredos na experiência individual marca decisivamente o estreito vínculo do romance com a nova concepção de mundo da era moderna e, não é à toa, que as primeiras expressões de tal gênero se encontram na Inglaterra do século XVIII. Ao escrever sua ficção *Robson Crusoe*, Daniel Defoe parte de uma concepção própria sobre a conduta dos personagens e

14 Diderot, *Obras*, Ed. Assézat, Paris, 1875 ss., vol. VIII, p. 151, citado em Lukács, *Ibid.*, p. 128.

15 Goldmann, Lucien. *Sociologia do romance*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967, p. 175.

16 Iann Watt, *A ascensão do romance*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 14.

inaugura uma nova tendência na ficção. Com ele tem início uma tendência da memória autobiográfica, baseada no exame da experiência do indivíduo, nas suas observações, no modo como percebe e constrói a realidade. Esta experiência individual torna-se axiomática, no romance, como foi o *cogito ergo sum* de Descartes na filosofia.¹⁷

O conteúdo social que se explicita nestas obras realistas fez delas o alvo predileto dos estudos marxistas. Sobre isto vale ressaltar aqui a polêmica que Lukács desenvolve contra os expressionistas da década de vinte. O debate faz-se em torno da apreensão que cada uma destas tendências faz da realidade, do grau de representatividade da complexidade do mundo contemporâneo de uma ou outra tendência. Para Lukács, este expressionismo das Vanguardas adere à imediatividade do real. Suas experiências lingüístico-formais, sua técnica de montagem surgem para Lukács como uma crítica romântica inconsequente, um “inconformismo conformista”. Seus monólogos interiores, suas abstrações são uma forma mitigada de representação do real e das conexões entre economia, sociedade e ideologia, produzindo uma mistificação da contemporaneidade.¹⁸ Neste debate coloca-se em discussão seu conceito de “totalidade”.

Para Lukács não há uma separação entre o método e a realidade, pensamento e ser¹⁹. A realidade não permanece imutável, impenetrável. Aqui se faz uma crítica a certo tipo de visão da ciência que acredita no “caráter fatal e imutável da realidade, sua conformidade com as leis”²⁰. Para Lukács é justamente aí que reside a natureza revolucionária do marxismo dialético, na relação entre teoria e práxis. Citando Marx, afirma que em “qualquer ciência social histórica (...) as categorias exprimem as formas de existência e as condições de existência”²¹ recusando, com isso, a tese empirista de que os fatos são dados, existem de forma bruta e podem ser captados e enumerados em si mesmos, invocando, para isso, as ciências da natureza e seus métodos. Como nos afirma: “trata-se (...), por um lado, de deslocar os fenômenos de sua forma imediata dada, de encontrar as mediações através das quais eles podem ser relacionados ao seu núcleo e à sua essência, e captados em sua própria essência; e, por outro lado, de atingir a compreensão deste caráter fenomenal, desta aparência fenomenal, considerada como sua forma de aparição necessária. Esta

17 Ibid., p. 16.

18 Machado, Carlos Eduardo Jordão. *Um capítulo da história da modernidade estética: debate sobre o expressionismo*, São Paulo, Unesp, 1998.

19 Georg Lukács, “O que é o marxismo ortodoxo”, in: *Histoire et conscience de classe*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1967, p. 4. (Tradução Angela Maria Mendes de Almeida).

20 Ibid., p. 4.

21 Ibid., p. 5.

forma de aparição é necessária por sua essência histórica, pelo fato de que os fenômenos germinaram no terreno das sociedades capitalistas. Esta dupla determinação – este reconhecimento e esta superação simultânea do ser imediato – é justamente a relação dialética.”²²

Qualquer conceito, dessa forma, não pode ser visto como simples reflexo do real. Todo processo de reprodução da realidade, toda abstração, se insere dentro de um conjunto da sociedade, vivendo, portanto, a própria contradição. Nesse sentido, a totalidade concreta é a categoria fundamental da realidade uma vez que incorpora em suas análises o problema das contradições e antagonismos pertencentes à realidade social não como um problema indissolúvel do conhecimento, mas como essência da própria realidade.

3. Lucien Goldman e o estruturalismo genético

Lucien Goldman, no estudo da literatura,²³ retoma estes conceitos elaborando-os de forma a dar-lhes um caráter de método de análise do discurso literário. O título de sua introdução no livro *Le Dieu caché*, apropriadamente intitulado “O todo e as partes”, aponta de sobremaneira para os intrincados problemas da relação história e literatura. Partindo da questão básica de como compreender o conteúdo de uma obra e sua estrutura de um ponto de vista da dialética marxista, o que já a princípio estabelece o lugar da reflexão histórica, Goldman, precisa, contudo, o tipo de relação possível, remontando aí ao problema do particular e do universal indicado por Lukács.

O ponto de partida, como já afirmamos, é a consideração de todo pensamento e obra literária como fenômeno social. A partir daí se estabelece uma série de relações que buscam compreender este ponto de interseção. Compreender a literatura, como todo pensamento, como fenômeno social implica na colocação de problemas a princípio exteriores à obra e, paralelamente, à forma de internalização destes elementos, tornando-os parte da estrutura da obra. Não se trata de estabelecer uma simples biografia do autor, um panorama da época em que escreve, ou ainda descrever, a partir da obra, o painel histórico nela inscrito, mas de buscar elementos que melhor definam os significados da obra, através dos sentidos encobertos. Desta forma, o elemento histórico exige um filtro que possibilite entender e preservar a singularidade da obra, seu caráter único e fundamental de monumento artístico, distinto de qualquer fonte histórica, mas que não obstante, jamais deixa de pertencer e falar de um mundo.

22 Ibid., p. 8.

23 *Dialética e Cultura*, Rio de Janeiro, 1979.

Ora, se a biografia, sempre útil, é, no entanto, apenas um elemento secundário e auxiliar, diante de seu caráter arbitrário de reconstrução de uma história pessoal, e se, por outro lado, o significado de um texto escapa de qualquer possibilidade de apreensão absoluta, como então, é possível enfrentar tais impasses? O isolamento de elementos parciais, que estas abordagens realizam, seu dimensionamento, colocam problemas de compreensão que demarcam sobretudo a fissura entre o todo e as partes, em contraposição a uma visão de totalidade.

O que significa totalidade, uma vez que se abandona a possibilidade de compreensão de um pensamento seja pela via da intencionalidade de seu autor, pela via da biografia, seja pela via única da obra, do que esta contém em si mesma? A resposta que surge em Goldman é encontrada no que chama de coerência integral da obra, na sua integração ao conjunto das análises precedentes e ainda, no conceito de visão de mundo, ao qual ela pertence.

Este conceito, originário em Dilthey e, portanto, impregnado dos elementos do historicismo alemão e, posteriormente retomado por Lukács, tem possibilitado o exercício de integração da obra e de seu pensamento a uma época sem que se cumpra a cisão entre os elementos interno e o externo do texto. Estes elementos interessam na medida em que compõem e estruturam o discurso, iluminando internamente a obra e percebendo a exterioridade como integrantes da estrutura interna da obra.

A partir destas formulações teóricas, Goldman procurou elaborar um método de análise literária ao qual chamou de “estruturalista genético”. Ele parte da hipótese de que toda ação humana constrói uma situação nova, exigindo, portanto, nova ação, que tende finalmente a um equilíbrio provisório. Esse permanente processo de estruturação e desestruturação é que constitui o objeto de análise do método estruturalista genético.

Este tipo de ligação não se faz, contudo, sem problemas. Saber que tipo de correspondência é possível estabelecer e quando isso é cabível, nem sempre é fácil. O problema surge, sobretudo, quando se parte exclusivamente do conteúdo da obra. No método estruturalista genético interessa estabelecer as relações entre a estrutura da obra e a estrutura mental dos grupos sociais, ou mais precisamente suas visões de mundo. Esta “sociologia estruturalista”, distinta da “sociologia dos conteúdos” concebe a obra como “um dos elementos constitutivos mais importantes”²⁴ da consciência coletiva.

24 Ibid., p. 209.

Goldman acredita que é dessa forma que se poderá compreender o sentido do Novo Romance que, segundo nos diz, está ligado a certo tipo de sociedade capitalista, determinada historicamente por volta da primeira metade do século XX, no que Goldman chama de período imperialista. Sua caracterização parte do “desaparecimento progressivo do indivíduo como realidade essencial e, correlativamente, pela independência crescente dos objetos.”²⁵ A este período corresponde na literatura, a dissolução do personagem. Como exemplos Goldman nos cita Joyce, Kafka, Musil, *A Náusea* de Sartre, *o Estrangeiro* de Camus e Nathalie Sarraute. A temática recorrente deste Novo Romance é quase sempre a da busca de um sentido “humano autêntico”. Analisando um destes autores, Nathalie Sarraute, Goldman acaba por nos fornecer alguns traços característicos do Novo Romance. Diz:

Essa vivência (do humano autêntico) não mais existe nas exteriorizações, que são todas, quase sempre exceção, inautênticas, distorcidas e deformadas (...) todos os aspectos, ainda os mais falsos e inautênticos das relações inter-humanas, os que impedem ao máximo a comunicação, resultam, finalmente, de uma degradação do humano, do psíquico.²⁶

Inseparável do romance, o realismo e por suposto, a forma narrativa, cumpriam até o século XIX a profecia da objetividade. Daqui para frente, com a existência humana desfeita no frenetismo e choque do mundo moderno, o romance tende a “concentrar-se naquilo de que o relato não dá mais conta.”²⁷ Não é mais a representação do objeto o que guia a narrativa contemporânea, sua emancipação, não obstante o limite da linguagem, busca o monólogo interior.

“O narrador parece fundar um espaço interior que lhe poupa o passo errado no mundo estranho, da forma como ele se manifestaria na falsidade do tom que torna aquele mundo familiar. Imperceptivelmente, o mundo é puxado para este espaço interior – atribui-se à técnica de *monologue interior*.”²⁸

Esta tendência procura colocar a descoberto certa fissura do indivíduo moderno, o sentimento de pulverização comum nas sociedades modernas e contemporâneas. Na dissolução de todo objeto e, portanto, de toda realidade, a estrutura narrativa cria, na linguagem, numa tentativa de transcendência estética, a imagem que lhe dá sentido.

25 Ibid., p. 180.

26 Ibid., p. 181.

27 Adorno, T. e Horkheimer, M., *Posição do narrador no romance contemporâneo*, Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 269.

28 Ibid., p. 271.

De Antonio das MORTES ao Capitão NASCIMENTO: Mocinhos e bandidos no cinema moderno brasileiro

Martin Cezar Feijó

A polêmica em torno do filme *Tropa de Elite*, de José Padilha (2007), girou em torno de dois temas principais: a questão da violência urbana no Rio de Janeiro e a pirataria que marcou o filme antes de seu lançamento comercial. Até críticos de cinema – ou, o mais surpreendente, cineastas – se concentraram em seus comentários ao filme à questão da tortura, corrupção policial, narcotráfico, financiamento do tráfico por parte da classe média, etc. O que menos se viu, inclusive com a presença do cineasta no Programa Roda Viva da TV Cultura de São Paulo, exibido ao vivo no dia 08 de outubro de 2007, foi uma discussão sobre a estética do filme, e na relação entre estética e política que o filme – e cinema é arte sim, qualquer cinema, (seja bem ou mal realizado) – suscita. E esta relação tem a ver tanto com a história do cinema como um todo, quanto com a história do cinema brasileiro em particular, principalmente o cinema moderno brasileiro, aquele nascido a partir do Cinema Novo dos anos 60 do século XX.

E uma questão estética importante trata da dramaturgia do filme, em particular sua relação com seus personagens, mocinhos ou bandidos, protagonistas ou não. O objetivo deste texto é apontar um caminho para o debate, que envolve um aspecto parcial da narrativa ficcional do filme, que é o tratamento dado ao seu protagonista, o capitão Nascimento, extraordinariamente representado pelo ator baiano Wagner Moura, que segundo o próprio diretor do filme, garantiu a integridade artística do mesmo, tendo que ser a ele computado grande parte do sucesso do filme. E aqui já estamos falando no que menos se falou sobre o filme, que é o fato dele ser visto principalmente como arte. A questão, portanto, deve ser tratada tanto com relação ao narrador, dialeticamente falando, quanto com relação ao personagem propriamente dito, que no caso se confundem, confundindo muita gente desatenta, inclusive a crítica.

Comentários que atribuem “fascismo” ao filme, por supostas reações da platéia (que parece ter sido observada apenas por um crítico,

e numa situação atípica) não passam de bobagens de jornalistas desinformados, que não sabem o que é cinema e muito menos o que é fascismo, mas cujo reducionismo agrada aos cultuletes de plantão. O pior é quando uma opinião tão descabida envolve professores universitários da área de comunicação áudio-visual que perdem o rumo ao desqualificar um filme tão importante para a própria história do cinema no Brasil. E *Tropa de Elite*, gostem ou não seus detratores, é um filme que veio para ficar. E para ficar por seus méritos estéticos, até mais do que pela relevância do tema contemporâneo que trata.

E os aspectos estéticos do filme são tantos, que não caberia neste espaço desenvolvê-los, ficando aqui apenas a sugestão de um deles: a construção do personagem capitão Nascimento, o herói do filme, em que pese a carga que tal qualificação possa despertar. Capitão Nascimento é para a cinematografia nacional atual o que foi Antonio das Mortes, de Glauber Rocha, para o Cinema Novo. Um personagem dúbio, mas que provoca transformações por sua ação repressiva. O ator que representou Antonio das Mortes, Maurício do Vale, em dois filmes de Glauber, *Deus e o Diabo...* (1964). e *O Dragão da Maldade...* (1969) foi também convidado por ser reconhecido pelo público por sua atuação na televisão: ele fazia o papel de Zorro, o que é bastante relevante, além de irônico. E Wagner Moura é ator de telenovela da Rede Globo de Televisão, tendo realizado um dos melhores vilões dos últimos anos, na telenovela de Gilberto Braga, *Paraíso Tropical*: o arrivista Olavo. São informações que o público tem, e que nem sempre críticos parecem levar em conta. Ou quando levam é num sentido pejorativo.

O capitão Nascimento, cujo nome foi criado ironicamente pelos roteiristas do filme, como “homenagem” a Sandro Nascimento, nome do ex-menino de rua retratado no estupendo – também assustador – documentário, *Ônibus 174*; é, repito, personagem cinematográfico. Como já lembrou Paulo Emilio Salles Gomes, em livro fundamental sobre personagens de ficção, eles acabam se confundindo com quem os representam, mais até que no teatro. E é um personagem em crise, crise que seria hamletiana diante da caveira do BOPE, como lembrou o antropólogo Luís Eduardo Soares no mesmo programa *Roda Viva*, e um dos autores do livro que deu origem ao filme, mas indiscutivelmente em crise.

Mas a dúvida do capitão Nascimento, tal como a ira de Aquiles em *Iliada*, não compromete sua ação, da qual nunca duvida. Como Hamlet, sabe que a vingança deve ser realizada custe o que custar, e enfrenta até o conforto do lar, jogando tudo para o alto, quando chega quase a agredir sua esposa por se meter em sua missão de guerra. Quando Hamlet faz isto com Ofélia, é arte; mas quando um capitão da PM mal remunerado faz o mesmo, é fascismo?

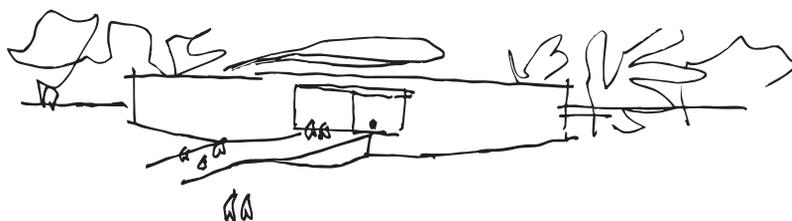
Outra questão para ser lembrada é que há uma tradição na cultura brasileira, desde até antes de Hélio Oiticica, de que o verdadeiro heroísmo está na bandidagem. Como efeito colateral da contracultura, e de um esquerdismo infantil recorrente, toda uma cinematografia foi construída na glamourização da marginalidade, o que é um atributo estético legítimo, que vai de assaltantes ao trem pagador, de bandidos da luz vermelha, passa por Zé pequenos, e tem no magnífico Corisco, representado brechtianamente por outro ator comparável a Wagner Moura, Othon Bastos, um momento emblemático. Não há no cinema brasileiro, diferente do norte-americano, um equilíbrio entre mocinhos e bandidos, entre John Waynes e Jack Palances, com muito mais favorecimento aos mocinhos da história, sejam eles representados por Stallones, Di Caprios ou Bruce Lees. Não há uma tradição no cinema nacional o que se tentou na televisão brasileira e se abandonou, na criação de heróis nacionais, tais como Falcão Negro, Capitão Estrela, Capitão Sete, etc. E quando um filme popular põe em dúvida essa tradição, é bombardeado como se fosse uma traição. O grande pecado de José Padilha, do qual até ele não parece estar convencido da oportunidade, é de que trouxe à tona um personagem que é visto sim como herói, não no sentido de ser o salvador da pátria, mas como herói de ficção, como herói épico, cuja identidade com o público permite um prazer estético, mesmo que sádico.

A grande implicação nesta escolha é a relação da estética com a política, que foge ao controle dos artistas – roteiristas, diretor ou atores –, mas que também não pertence à esfera da crítica definir, mas esclarecer. E a crítica parece perdida com este filme, este grande filme, que merece mais tempo para ser digerido, e que permite todo esse profícuo debate. E que, por fim, trás uma novidade: a de que nossos heróis começam a ganhar caráter – e o capitão Nascimento é um herói, gostando-se ou não dele, com caráter –, tornam-se adultos, mesmo que problemáticos, e não querem mais ser trapalhões, *tricksters* ou infantis, e sim assumir os riscos em enfrentar uma guerra que pode ser pela civilização. E a arte tem um papel nessa politização da cultura, que *Tropa de Elite* realiza magistralmente.



VIII. Ano

Caio Prado Jr.



Autor

Marco Antonio Coelho

*Advogado, atual editor da Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP,
ex-dirigente nacional do PCB e autor de vários livros, entre os quais se destaca.*

Depois de quarenta anos, releitura de uma polêmica

Marco Antonio Coelho

Inicialmente, cumpre-me agradecer ao convite da Universidade Federal do Rio de Janeiro para participar da comemoração do centenário de Caio Prado Jr (CPJ)¹. Desde logo manifestei meu apoio a esta iniciativa porque entendo que a comunidade acadêmica tem a obrigação indeclinável de enaltecer um cientista que deu uma notável contribuição à pesquisa da realidade brasileira, homenagem que se estende ao militante político da luta para construirmos no país uma sociedade mais democrática e socialmente mais justa.

Um caminho novo nas ciências sociais

De início, é imprescindível enfatizar a relevância dos trabalhos de CPJ nas Ciências Sociais em nosso país. Anteriormente já dispúnhamos de estudos de historiadores talentosos, como Capistrano de Abreu. Mas as obras que tentaram sistematizar a evolução de nosso país ficaram marcadas pela visão episódica e superficial do modelo do Instituto de História e Geografia do Brasil, registrando datas e acontecimentos mais significativos, mas com uma interpretação que não apontava o nexos essencial da trajetória da realidade brasileira.

A ruptura com essa falha, portanto, deve ser atribuída a CPJ, desempenho bem assinalado por Maria Odila Leite da Silva Dias, ao enfatizar que seus livros “*foram decisivos na formação de sucessivas*

1 Seminário organizado pela UFRJ, nos dias 8 e 9 de outubro de 2007.

*gerações de jovens pesquisadores em Ciências Sociais no Brasil*². Por isso, hoje entre os especialistas há consenso que dois livros – *Evolução Política do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo* abriram um caminho novo para a historiografia em nosso país.

Partindo desse juízo é que devemos colocar em questão as teses e opiniões defendidas por CPJ, seguindo uma indicação de Bernardo Ricupero³, que, ao escrever a conclusão de seu livro, formulou a seguinte pergunta: “*O que está vivo e o que está morto em CPJ?*”

Cabe agora, portanto, responder a esse desafio. Passemos, então, a examinar os principais temas suscitados na polêmica de 1966, há quarenta anos, perdida nos arquivos, mas que não pode ser esquecida, uma vez que conservam inegável atualidade e relevância.

Análise política equivocada

Concordando com diversas críticas apresentadas no livro *A Revolução Brasileira*, penso que, no seu conjunto, ele tem como linha mestra uma equivocada análise política da situação brasileira na fase que vai, a grosso modo, de 1930 até 1964. O exemplo mais gritante desse erro básico reside em sua inaceitável apreciação dos acontecimentos relacionados com a deposição do governo João Goulart.

Para CPJ o sucedido foi a derrubada de um governo caracterizado por uma “*agitação superficial, por vezes aparatosa, mas sem nenhuma profundidade ou penetração nos sentimentos e na vida da população*”. Governo marcado, segundo o historiador, por uma “*degenerescência para as piores formas de oportunismo demagógico*.”⁴

Aí está o juízo de CPJ sobre acontecimentos que mudaram o regime político no país, implantando uma ditadura que infelicitou a nação brasileira. Ditadura brutal e sanguinária a serviço do imperialismo e dos exploradores de nossa gente. Por isso, em razão dessa análise absurdamente falsa, o famoso livro de CPJ em nada contribuiu para a formação da frente única que, a duras penas, só depois de duas décadas, conseguiu restabelecer o regime democrático no Brasil.

O feudalismo e a questão agrária

Essas duas questões foram centrais na polêmica em torno das teses de CPJ e ganharam extraordinária dimensão entre os cientistas

2 Maria Odila da Silva Dias, in *História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Junior* – p. 404/5.

3 Bernardo Ricupero – *Caio Prado Jr e a nacionalização do marxismo no Brasil*, Editora 34, p. 229.

4 Caio Prado Jr – *A Revolução Brasileira*, Editora Brasiliense, quinta edição, p. 22.

sociais no Brasil. O primeiro entrevero nesse debate foi provocado por CPJ, como esclarece Maria Odila L.S. Dias, que lembrou o acontecido: “*Já em 1933, ousava CPJ, como um aspirante do partido comunista, sugerir mudanças no modo como se interpretava o processo histórico brasileiro.... ao afirmar que o feudalismo não deixara traço algum de relevo na formação histórica do Brasil*”⁵.

CPJ bateu nessa tecla incansavelmente e nunca fez qualquer concessão aos que dela discordavam. Teve razão ao indicar a paternidade da tese da existência de restos de feudalismo no Brasil à influência dos ideólogos da Internacional Comunista. Nessa questão, recebeu o apoio da maioria dos historiadores brasileiros.

Contudo, alguns publicistas também conceituados trouxeram elementos para fundamentar sua divergência com a opinião de CPJ. Além dos sempre citados – Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré – cabe ressaltar o importante texto de Ignácio M. Rangel, que não foi contestado por CPJ⁶.

Também veio à baila o fato de o PCB, em seus últimos documentos, ao definir a natureza do regime social no Brasil, proclamar a existência de “relações pré-capitalistas”, abandonando, portanto, o velho conceito de “restos feudais”. CPJ demoliu essa alteração, afirmando que o abandono do emprego da expressão “feudalismo” pelo conceito de “relações pré-capitalistas” era tão somente um “eufemismo”⁷. (Segundo o Aurélio – eufemismo é ato de suavizar a expressão duma idéia, substituindo a palavra por outra mais agradável, mais polida.)

Sem qualquer receio de ser tido como um eclético, endosso a pergunta (que disfarça uma opinião) de Sedi Hirano, quando formulou a seguinte indagação: “... *será que a realidade histórica revelada não era mesmo “eufêmica”, não tão feudal e não tão capitalista, ou seja, pré-capitalista, imperceptivelmente e suavemente feudal e capitalista?*”⁸

Todavia, nessa longa e acirrada polêmica sobre “restos de feudalismo” ou de “relações pré-capitalistas” cabe-nos reconhecer que o ponto de vista de CPJ pelo menos serviu para nos alertar contra a subestimação do desenvolvimento capitalista na agroindústria brasileira.

Julgo, porém, que muita tinta ainda será gasta em torno dessa controvérsia. Aqui, desejo apenas despertar a atenção para dois pontos.

5 Maria Odila L.S.Dias, obra citada, p. 379 .

6 Ignácio M Rangel – in *História e Ideal*, obra citada, p. 209 e seguintes.

7 Caio Prado Jr, obra citada, p. 210/211.

8 Sedi Hirano, in *História e Ideal*, p. 245 e seguintes.

Em primeiro lugar, acredito que a causa dessa divergência teórica decorre do entendimento de que a sociedade humana evolui dentro do seguinte esquema propagado pelo marxismo vulgar: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo. Recorde-se que esse esquema foi proclamado como uma análise de autoria de Stalin.

Era assim que pensávamos. Sequer levávamos em conta a advertência de Goethe, de que a teoria é cinzenta e que só é verde a árvore da vida.

Para nós, então, antecedendo o capitalismo, num determinado país, existiria um regime feudal. E que, após a derrocada do capitalismo, seria a hora e a vez do socialismo. Teoria perfeita e imutável, esse era o dogma. Essa era nossa crença. Vejam só as dificuldades teóricas em que estávamos enredados, inclusive pela história do Brasil, pois aqui o escravismo foi importado pelo capitalismo mercantil. Bem, tudo isso explodiu, pois depois do socialismo na URSS implantou-se o capitalismo.

Um segundo ponto é fundamental. Não chegaremos a uma solução correta, a propósito da questão agrária, se ficarmos presos à análise feita no livro *A Revolução Brasileira*. O pensamento central de CPJ, a propósito da questão agrária é reiterado várias vezes nesse livro. Para comprovar basta a seguinte referência: “... *concluindo a nossa análise relativamente à natureza e direção em que evolui o processo histórico-social atualmente em curso na economia agrária brasileira, o que nele se observa, e se propõe, não é essencialmente a questão da terra. O básico que avulta naquele processo e constituiu seu motor e dinamismo básico são as contradições nela presentes ligadas a relações e situações de emprego. ... Em face do que se viu acima, um tal programa se desdobra naturalmente em duas tarefas essenciais, que se conjugam e mutuamente se completam: de um lado, assegurar a efetiva aplicação e promover a ampliação e extensão da legislação rural trabalhista destinada a conceder ao trabalhador empregado um estatuto material e social adequado.*”⁹

Em resumo, CPJ eliminou quase totalmente a luta em torno de modificações no sistema latifundiário. Conclui-se, portanto, que os sem-terra estão a léguas de distância das teses de CPJ.

Entendo que a realidade agrária no Brasil, um país continental, apresenta diferentes características na agropecuária. Ao lado da batalha em torno de pleitos referentes às questões salariais e de melhoria de condições de trabalho (pois, inclusive há escravidão nos grotões),

9 Caio Prado Jr – obra citada, página 152/153.

justas são as pressões contra sistemas iníquos de parceria da terra, merecem total apoio as exigências do assentamento de “sem terra” em áreas improdutivas, etc. Enfim o programa elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CO) aponta o caminho certo para uma transformação radical em nossa agropecuária.

Burguesia nacional

CPJ dedicou uma boa parte de seu livro *A Revolução Brasileira* à crítica sobre a chamada burguesia nacional e essa tese foi largamente combatida pela maioria das correntes da esquerda brasileira. Meu juízo a respeito dessa questão é sintetizado nos seguintes pontos:

1 – Uma análise objetiva indica a existência de divergências na burguesia no Brasil, em conseqüência de variados fatores. Por isso ela não tem um comportamento unívoco diante de diversos problemas, como é o caso da atuação em nosso país de grupos econômicos estrangeiros. Em sendo assim, a esquerda não pode desenvolver sua política sem buscar apoios possíveis naqueles setores ou grupos da burguesia que se mostram dispostos a combater, ou, pelo menos, a resistir às pressões desses grupos internacionais. Só um agrupamento de esquerda inexperiente não procura esses apoios, mesmo os eventuais e transitórios.

2 – A causa da nossa derrocada em abril de 1964 não pode ser debitada essencialmente à “*malfadada concepção da burguesia nacional*”, como proclama CPJ. Na verdade, o sucedido foi um profundo erro político do conjunto das forças progressistas, particularmente do PCB, por não levar em conta a correlação de forças real, naquela situação concreta, e, principalmente, por havermos deixado de lado a defesa da legalidade democrática.

3 – Todavia, devemos reconhecer que no panorama tempestuoso de 1964 o PCB teve a ilusão de que setores da burguesia brasileira enfrentariam o conluio das forças mais reacionárias de nosso país com as empresas estrangeiras, no clima do acirramento da guerra-fria no mundo.

Não há como se fugir dessa auto-crítica.

Igualmente, reconheço que foi unilateral e incorreta a minha crítica às considerações de CPJ sobre o chamado “capitalismo burocrático”. Eu deveria ter assinalado sua iniciativa pioneira de colocar em questão esse tema, quando nós endossávamos de forma irrestrita as empresas estatais. Portanto, hoje, sem poder aprofundar aqui, esse tema, neste seminário, tenho de dar a mão à palmatória também nessa questão.

Comemorando o centenário de CPJ, acima de tudo cabe acentuar os fatos que marcaram a trajetória de um escritor intransigentemente fiel à causa dos deserdados e marginalizados e como um destacado participante em todos os embates políticos e sociais de seu tempo.

Conforme revelou ao ser entrevistado por Dantas Mota 10, com vinte e poucos anos, CPJ envolveu-se na revolução de 1930, que, para ele “*desempenhou um papel realmente notável no Brasil*”. Durante alguns meses realizou trabalhos na área de Ribeirão Preto para fazer um levantamento dos abusos do antigo regime. Porém, entendendo que “*aquilo não daria em nada*”, decidiu tomar um outro rumo.

Procurou em São Paulo livros de Marx, como *O Capital*. Mas como nada encontrou, recorreu à importação de obras marxistas da Europa. Após estudá-las, começou a viajar pelo Brasil, porque julgou inadiável conhecer a realidade de nosso país. Nessa época iniciou suas pesquisas e sua atividade como escritor, lançando em 1933 seu primeiro livro – *Evolução Política do Brasil*.

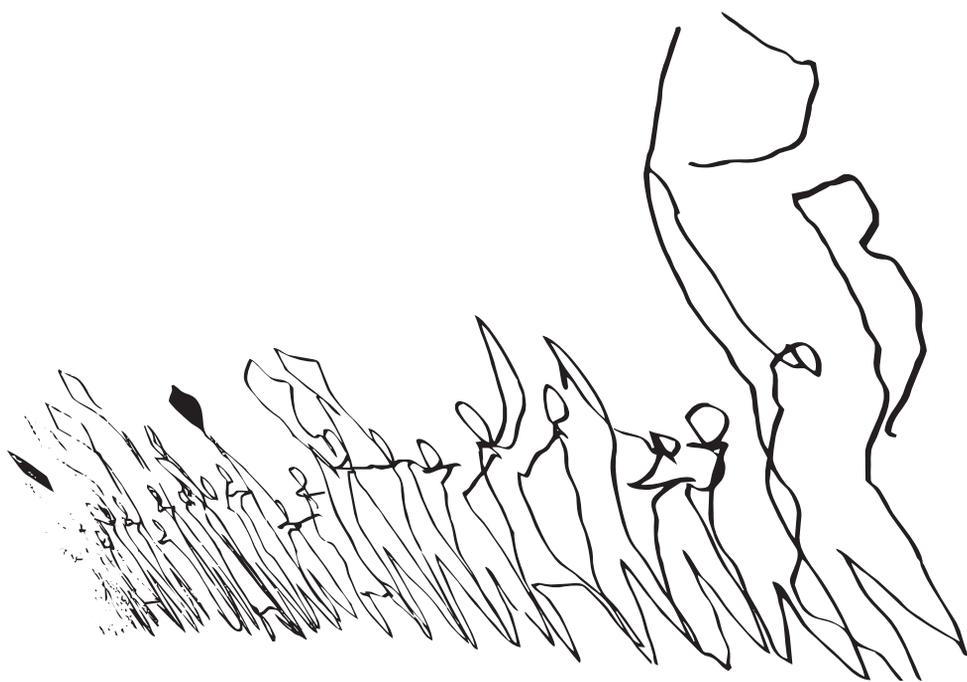
Já havia ingressado no Partido Comunista e nele atuou até sua morte, atravessando as fases mais difíceis de prisões, os episódios desgastantes de atritos com companheiros de lutas, assim como também a pequena fase de sucesso quando chegou a ser o líder da banca comunista na Assembléia Legislativa de São Paulo. Em 1935, em razão do prestígio que desfrutava em São Paulo, no seio da esquerda, foi o presidente da seção paulista da Aliança Nacional Libertadora. Após o levante de unidades militares em Natal, Recife e Rio de Janeiro, ficou preso durante dois anos. Conseguindo um *habeas-corpus* embarcou para a Europa, retornando ao Brasil em 1939.

Dedicou-se, então, à luta contra o Estado Novo e ao aprofundamento de seus estudos sobre a realidade nacional, que deram como resultado sua clássica obra – *Formação do Brasil Contemporâneo*. A partir disso, desenvolveu uma militância política incansável, embora marcada pela sua insistência em propugnar pela reformulação da linha partidária. Contudo, jamais concordou em criar facções no PCB e, em 1945, recuou de posições que repudiavam a decisão dos companheiros de Prestes de apoio ao governo de Vargas.

Assumiu a responsabilidade de organizar e manter a *Revista Brasiliense*, que, de 1950 a 1964, dedicou-se a publicar textos de análise dos problemas nacionais e internacionais. Ao lado disso, montou a “*Brasiliense*” com a missão de publicar livros básicos para a formação de nossa intelectualidade.



IX. Memória



Autores

Ivan Alves Filho

Historiador, autor, dentre outros, de Brasil, 500 anos em documentos, e do clássico Memorial de Palmares.

Carlos Henrique

Poeta e jornalista residente em Brasília.

Raimundo Santos

Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Este texto se apóia no relatório parcial da pesquisa “Pensamento social e agrarismo no Brasil” (CPDA/UFRRJ/NEAD, set. 2006).

Centenário de Leôncio Basbaum

Ivan Alves Filho

Nascido em Pernambuco em 1907 – filho de imigrantes judeus provenientes da Ucrânia –, Leôncio Basbaum engajou-se desde rapazola no Partido Comunista Brasileiro. Já em 1925 adere ao PCB, no Recife, após contatos com Souza Barros e Crisitiano Cordeiro. Nesse mesmo ano, recebe do Partido a tarefa de organizar a Juventude Comunista. Para isso, contou com a apoio decisivo do próprio secretário-geral do PCB, Astrojildo Pereira.

Em 1926, viaja do Recife para o Rio de Janeiro, onde trabalharia como revisor no jornal *Gazeta de Notícias*, integrando em seguida a diretoria da União dos Trabalhadores Gráficos. Mas não abandona o trabalho com a juventude. Assim, a 1º de maio de 1927, a JC já se encontrava praticamente formada: segundo relataria Basbaum, “os jovens comunistas apareceram com destaque (nos comícios), não somente carregando faixas com inscrições próprias, como também com um orador”. Isso, no Recife, para onde retornara, a pedido do Partido. Em julho de 1927, Basbaum se encontrava na Bahia, organizando a Juventude Comunista naquele estado. Torna-se o primeiro secretário-geral do movimento, em 1927.

No início de 1928, é preso no Rio de Janeiro, por suas atividades comunistas. Solto, é escolhido para representar o PCB no VI Congresso da Internacional Comunista (IC), em Moscou. Viajava com ele Astrojildo Pereira, indicado, na ocasião, para o Comitê Executivo da IC. Basbaum permanece três meses na URSS.

Em 1929, com 22 anos incompletos, Basbaum recebe uma tarefa das mais complexas. Qual seja, a de contactar Luiz Carlos Prestes em

Buenos Aires, na tentativa de atrai-lo para as fileiras do PCB. Desse encontro participaria ainda Paulo Lacerda, então secretário-geral do Partido. A idéia era ambiciosa: fazer de Prestes – que já mantinha contatos com o PCB desde 1927, quando Astrojildo Pereira se deslocara à Bolívia para uma conversa política com ele – o candidato dos comunistas às eleições presidenciais de 1930. Basbaum redigiu então uma plataforma para a campanha de Prestes, considerada no entanto demasiadamente radical pelo Cavaleiro da Esperança. Mas os vínculos com Prestes continuaram, sobretudo por intermédio da Internacional Comunista e seu burô sul-americano.

Por esse período, Basbaum ocupa por breve tempo a secretaria-geral do Partido. Mas é afastado do Secretariado Político, em 1930, por divergências idelógicas. O PCB entrava então na chamada “fase de proletarização”. E permance, ele contudo, na organização partidária, integrando o chamado Comitê Militar Revolucionário.

Preso na Bahia em 1930, é libertado no começo do ano seguinte, quando viaja para o Rio de Janeiro. Mas é novamente preso no 1 de maio de 1931. Enviado para uma prisão no sul do país, é finalmente deportado para o Uruguai. De volta ao Brasil, reassume seu posto no Secretariado Político, mas é preso uma vez mais, em 1932, sendo libertado após oito meses de cadeia. Em 1933, discordando da orientação obreirista do PCB, mantém-se relativamente afastado da militância partidária.

Aproveita então para escrever o livro *A caminho da revolução operário camponesa*. Publicado em 1934 – ano em que é novamente preso... –, o livro se reveste de um caráter pioneiro: possuía todo um capítulo dedicado à Questão das raças e das nacionalidades. Para Basbaum, seria “impossível tratar da Revolução operária e camponesa no país sem pensar nesses problemas”. Mais: representaria “um grande erro pensar que são problemas de após a revolução. Essa falsa opinião, ainda vigorante mesmo em alguns membros dirigentes do PCB, convém ser vigorosamente combatida”.

Expulso do PCB em 1934, em função das velhas divergências com os chamados “obreiristas”, é reintegrado dois anos depois. E, até 1939, dirige o PCB na Bahia, onde ainda escreveria o livro *Introdução ao estudo da Filosofia*. No ano seguinte, é preso no Rio de Janeiro. Libertado, passa a reorganizar o PCB já em 1942 no quadro da Comissão Nacional de Organização Provisória. No ano seguinte, publica numa editora da Argentina, *Fundamentos del Materialismo*.

Com a redemocratização do país e a saída de Prestes da cadeia, em 1945, após nove anos de cárcere, Leôncio Basbaum é encarregado de

receber o Cavaleiro da Esperança em sua casa. O Partido confiava nele para preservar a segurança física de Prestes. Basbaum trabalha em editoras do PCB e no seu Comitê de Finanças, até sua nova prisão, em 1947. Em 1950, ele chega a apoiar o chamado Manifesto de Agosto – um dos mais radicais do Partido –, mas critica o IV Congresso, em 1954. Em 1957, liga-se ao importante Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, verdadeiro laboratório de idéias progressistas.

Em 1958, afasta-se definitivamente do PCB e passa, então, a trabalhar como editor (funda a Agência Literária). Convidado para retornar ao Partido em 1968, conforme dissera em seu livro de memórias *Uma vida em seis tempos*, rechaça a idéia, falecendo no ano seguinte.

Homem de convicções, Basbaum deixou ainda uma vasta obra, como que sintetizada por sua *História Sincera da República*, ainda hoje uma referência em matéria de realidade brasileira.



Saudade de Almir Matos

Carlos Henrique

Nas duas últimas vezes em que nos falamos, uma ele chorou, outra chorei eu. Choro silencioso de homens do século passado, nó na garganta, lágrima que transborda. Dito assim parece que nossa relação tinha um contorno trágico ou amargo, e não é verdade. Ao contrário, guardo no coração o doce sentimento de haver desfrutado um convívio amoroso, pelo muito de doação das suas qualidades de humanista culto e bem humorado. Tudo emoldurado pela discrição, a modéstia e a tolerância, que eram a melhor expressão do respeito que ele nutria pelo semelhante.

É desse jeito que lembro meu tio Almir Magalhães Matos, dez anos depois de sua morte.

De fato, sou seu admirador de nascença. Admiração quase mítica, dos tempos do idealismo generoso, desde a casa dos meus avós maternos, à beira-mar de Itapagipe, em Salvador da Bahia. Não poucas vezes acordei de madrugada com o zunzum das reuniões clandestinas de que participavam ele, meu pai e os demais tios, no início dos anos 50. E havia um traço de valentia, quase de heroísmo nas tarefas que incumbiam a cada qual, da pichação dos muros à agitação dos *meetings*, sempre desafiando os meganhas da polícia política.

Com pouco mais de 20 anos, Almir Matos já empreendia um caminho vitorioso na imprensa convencional, em postos de comando dos Diários e Emissoras Associados na Bahia. Mas não pestanejou em abrir mão dos confortos de uma vida profissional e familiar estável, para cumprir missões de homem do partido. Elegeu-se vereador da capital baiana pelo PCB, no breve interregno de legalidade que se seguiu à queda de Vargas, em 46. Cassada a legenda, ele submergiu na clandestinidade, inicialmente no Rio de Janeiro, onde atuou em *Novos Rumos*, na *Imprensa Popular*; depois na Europa Oriental, aprofundando seus estudos de marxismo na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou. De lá, saltou pro Caribe. É dele um dos primeiros livros sobre a saga de Fidel Castro e seus companheiros da Sierra Maestra: *Cuba, uma revolução na América*.

Almir voltaria a ser perseguido e preso pós-64. Embora ainda mal entrado na adolescência, conservo o testemunho do seu sereno estoicismo, minimizando o próprio sofrimento e exaltando a bravura dos companheiros. Mais adiante, já em nosso relacionamento adulto, nada do que compartilhamos diminuiu minha admiração por ele. Nunca fez praça de sua entrega ao sonho igualitário do socialismo, com tudo o que isso representou de renúncia em sua vida pessoal. E até o seu tom de voz deixava perceber que ele só se referia à Humanidade com maiúscula.

Em Brasília ou na Bahia, sei que ele gostava sinceramente de vir a nossa casa. Era o hóspede ideal, civilizado, limpo de corpo e espírito, fiel aos próprios hábitos, sem deixar de acatar os hábitos da casa. Nele não havia o menor sinal de afetação: era naturalmente educado, de uma educação não aprendida, mas vinda no código genético. Se tinha um vício, era a leitura. Machadiano recorrente, quase obsessivo, só deixava os livros pelo prazer da conversação, que conduzia com sutil espontaneidade e maciço proveito para o interlocutor, molhando a palavra num uísquezinho.

Materialista convicto, prestava uma reverência em tudo religiosa a tia Helena e uma devoção sem limite à filha Lidice, ao genro Pina e às duas netas. E foi cumprindo os preceitos dessa fé irrestrita que ele chorou, como eu disse lá atrás, ao me mostrar os primeiros versos de autoria da neta caçula, Alice, e me confiar o único poema que ele mesmo escrevera, celebrando o nascimento da primeira neta, Júlia. Dias depois, seria a minha vez de chorar, quando ele telefonou para dar um abraço pelo meu aniversário e me chamou “meu filho” – sabendo eu que, muito mais do que uma forma de tratamento, era expressão de afeto especialíssimo, rara distinção.

A vida não foi justa com tio Almir. Maltratou-o, infligiu-lhe adversidades quase intransponíveis. Tirou-lhe o herdeiro desejado, Cláudio, portador de tantas esperanças, cuja ausência ficou escrita nos olhos do pai, e com certeza povoava suas insônias. Mas ele tinha pudor em dividir o que é sem dúvida a pior das perdas, e soube resistir à dor sem abdicar daquele traço tão seu de amenidade, seu gosto pelo encontro, pela convivência, com direito aqui e ali a um samba-de-breque, batido na caixa de fósforos com certo ritmo, alguma afinação e muita bossa.

Nunca o ouvi queixar-se.

Não havia espaço para ressentimento naquele espírito superior.



Uma homenagem a Ivan Ribeiro

Raimundo Santos

Em 8 de setembro de 1987, morreu Ivan de Otero Ribeiro no acidente de avião que vitimou Marcos Freire, ministro da Reforma Agrária da Nova República, e membros da sua equipe, da qual Ribeiro fazia parte. Ali se encerrava a trajetória do último intelectual agrarista do PCB, partido ao qual ele pertenceu por muitos anos. Interrompeu-se o labor de um jovem publicista que também deixava pesquisas incompletas sobre o tema agrário e rural.

Na sua última fase militante, Ivan Ribeiro integrou uma corrente pecebista que, ainda no tempo dos exílios, desde 1975, procuraria uma convergência entre o sentido da tática de frente democrática – arduamente defendida pelo PCB, de construção progressiva e capaz de resistir, isolar e, afinal, derrotar a ditadura – com o renovamento do marxismo político brasileiro, tentado por alguns jovens intelectuais naqueles anos eurocomunistas da segunda metade da década de 1970. Como se sabe, derrotada essa tendência no interior do PCB, no VII Congresso de 1982-1983, alguns dos seus intelectuais lançaram a revista *Presença*, que circularia por todo o decênio subsequente.

Essa militância pode ser aferida no registro público dos artigos publicados por Ivan Ribeiro no *Jornal da República*, que circulou em São Paulo durante o ano de 1979, no qual Leandro Konder escrevia e para onde levou companheiros seus daquele campo intelectual pecebista. Há textos de Ivan Ribeiro no semanário comunista *Voz da Unidade*, publicados em 1981, e, depois, na revista *Presença*, da qual, aliás, ele próprio era um dos principais animadores, junto com Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.

Ivan Ribeiro também tem uma passagem pela universidade brasileira. Primeiramente, juntou-se ao grupo de pesquisadores que se havia reunido, em meados dos anos 1970, em torno do tema agrário no centro acadêmico da FGV conhecido como a Pós-Graduação do Horto Florestal ou CPDA. Ele também esteve na transferência do mesmo CPDA para a Universidade Rural, em 1984, onde, juntamente com outros professores, militou na política universitária, ativando – inclusive como candidato – as movimentações das primeiras eleições diretas para reitor.

Ivan Ribeiro emerge naquele tempo de renovação do PCB como publicista de partido especializado no estudo do mundo rural. Quase vinte anos depois da sua morte, sua evocação resulta oportuna. O reformismo agrário brasileiro, que se afirmava na época de Ivan, avançou muito nesses últimos decênios. Nesse tempo, também conhecemos um novo agrarismo dos sem-terra, que concorreu, junto com a atuação estratégica da Contag, para a ampliação da área reformada da agricultura, ao mesmo tempo que ensejou tensões na institucionalidade democrática, sendo a mais emblemática delas a invasão violenta do Congresso Nacional ocorrida meses atrás.

Vivemos dias de grave desencontro entre a democratização cada vez maior da sociedade e a descrença na democracia representativa e na própria política; descrédito que cresceu assustadoramente no governo Lula, quando a corrupção se banalizou, inclusive passando a ser usada como forma de luta. A meu ver, esse momento adverso realça certos traços na lembrança de Ivan Ribeiro, particularmente a sua ensaística sobre o tema rural e a inserção na tentativa de renovamento da cultura política do seu PCB; este, um partido de tradição acrisolada no mundo da política e da valorização da democracia representativa, matriz à qual se manteve intelectualmente ligado até os seus últimos anos de vida.

O campo pecebista de Ivan Ribeiro

Ao reler ultimamente textos do campo intelectual Caio Prado Jr – PCB, perquirimos em sua matriz oficial elementos discursivos que também teriam estimulado os comunistas a inaugurar no país uma atuação agrária de novo tipo. Um agrarismo que emergiu no PCB no começo da década de 1950, adquiriu forma definitiva nos anos 1958-1960 e protagonizou a criação, entre nós, de uma rede de organizações sindicais estáveis espalhadas pelos municípios brasileiros. Até bem pouco tempo atrás, buscávamos o perfil desse agrarismo na ensaística de Caio Prado Jr. E isto não só pelo fato de o historiador considerar o sindicalismo como espaço estratégico para a renovação do mundo rural, mas também de possuir teoria de Brasil capaz de substantivar o caminho das reformas estruturais progressivas, por onde, desde meados dos anos 1950, enveredara o seu Partido Comunista, notadamente após a denúncia dos crimes de Stalin¹.

1 Esse ponto remete a duas conexões interligadas: a) o diálogo de Caio Prado com Keynes em textos dessa época; e b) as referências que o historiador então fazia à Cepal. Tais interpelações sugerem que, ao criar a *Revista Brasiliense*, o publicista então pretendia disponibilizar ao seu PCB uma estratégia de “reformismo forte” (Santos, 2001).

Em 1951, os comunistas começaram a deixar para trás o campesinismo revolucionário dos seus *Manifestos* de 1948 e 1950, mudando sua práxis rural, o que se tornaria visível em 1954, quando reuniram sindicatos e outras organizações na Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores da Agricultura Brasileira). O novo padrão se consolidou em 1963, ocasião em que animaram a fundação de uma central agrária, a Contag. Esse modelo de ação agrária já aparece na *Declaração* do Comitê Central, de março de 1958, texto com o qual o núcleo dirigente que emergira no PCB da crise do stalinismo anunciou a “nova política” do reformismo gradualista de frente única “permanente”. Junto com essa virada na política geral, consagrada no V Congresso do PCB (1960), a reorientação agrária também vai se afirmar como um novo agrarismo, que poderíamos chamar de sindical-camponês.

No entanto, atribuíamos a “nova política” de 1958 ao faro político e ao pragmatismo responsável dos comunistas e não víamos – a não ser a dissertação caiopradiana, percorrendo a trajetória do PCB como um *alter ego* pelo menos desde 1947 (a primeira data do IV Congresso, que, adiado, se realizaria em 1954) – traço discursivo relevante, além do recurso ao marxismo-leninismo oficial, próprio da quase totalidade dos partidos comunistas. Não divisávamos elaboração que fundamentasse aquele redirecionamento no sentido de fundar sindicatos rurais com vistas a alcançar a “massa mais numerosa da nação”, como dizia a *Declaração de Março*, usando a expressão de *O Dezoito Brumário*; uma massa numerosa cujo “movimento camponês” – avaliava o mesmo documento de 1958 – era “bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização”.

Dois anos depois, as *Teses* do V Congresso retomam esse registro, trazendo da experiência de “atuar nos sindicatos” a formulação de uma mediação sociopolítica: “A fim de impulsionar a organização das massas no campo, é necessário atribuir atenção primordial aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Em virtude da sua condição social de proletários ou semiproletários, como também do seu grau de concentração, os assalariados rurais são mais suscetíveis de organizarem-se em sindicatos que podem constituir as bases iniciais para a mobilização das massas camponesas” (PCB, 1960: 72-3).

Ao comparar esse campo comunista com a matriz mais contemporânea que ensejaria uma interpelação camponesa alternativa², volta-

2 Referimo-nos ao agrarismo que descende da sociologia de Florestan Fernandes e que tem José de Souza Martins como seu principal autor. Essa interpelação mobilizou o tema da cultura e manteve estreita relação com a atuação da Igreja (CPT) e grande influência no MST, pelo menos numa primeira fase da sua consolidação. Enquanto temos dedicado alguns textos à interpelação dos camponeses pela política dos comunistas, ainda estamos estudando a segunda versão agrarista.

mos a perquirir as clivagens que anteriormente havíamos observado nos debates do V Congresso do PCB. Ali os textos de Alberto Passos Guimarães já nos chamavam a atenção por sua similitude com as teses oficiais daquele evento. E inclusive, pela semelhança, também se podia pensar na presença do autor de *Quatro séculos de latifúndio* (1963) nas *démarches* que terminaram proclamando a *Declaração* de 1958 como documento finalizador da controvérsia pecebista provocada pelo Relatório Kruschev entre os anos 1956-1957.

Ademais, já instigados por uma alusão que Nelson Werneck Sodré fizera em seu livro de 1962 ao modo prussiano de nossa modernização, fomos rastrear melhor, nos artigos de Alberto Passos Guimarães publicados na *Tribuna de debates* daquele V Congresso, referências à construção leniniana exposta em *Duas táticas da socialdemocracia russa* (1905) e em *O programa agrário da socialdemocracia russa* (1907)³. Advertimos nesses escritos de Alberto Passos Guimarães argumentação que, se não tematizava propriamente a questão democrática (no sentido de um outro comentário que Sodré acrescentara ao final do seu livro), por certo lastreava aquela reorientação da tática agrária comunista⁴.

A essa linhagem Ivan Ribeiro incorpora circunstâncias discursivas que vivera intensamente durante quase duas décadas (1969-1987). Os primeiros dez anos correspondem ao tempo de um Brasil modernizado pela ditadura de 1964, que, nos anos de chumbo, levaria Ivan Ribeiro ao exterior. Também lhe resultou proveitoso ter conhecido o socialismo real na Polônia e vivido a via eleitoral ao socialismo no Chile de Salvador Allende. Ainda foi muito estimulante para Ivan Ribeiro sua passagem pela Itália, antes de retornar ao Brasil, no tempo do PCI de

3 A passagem é esta: “No campo, assim, de um lado estão os latifundiários ou latifundiários-capitalistas; de outro lado, a grande massa de arrendatários pobres, o semiproletariado e o proletariado rural, toda a massa de camponeses pobres, ao lado dos camponeses médios e da burguesia rural, em luta pela posse da terra, mas sempre empurrada para engrossar o proletariado rural. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos fornecem a caracterização, do Brasil, segundo um estudioso, de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido” (Sodré, 1962: 357).

4 Lê-se no penúltimo parágrafo do livro de 1962: “A defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende, assim, ao supersticioso respeito a uma legalidade qualquer, mas à compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento. Não interessa ao nosso povo, evidentemente, uma legalidade qualquer, mas o regime democrático efetivo, cujo conteúdo esteja intimamente ligado ao desenvolvimento de alterações econômicas, políticas e sociais capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço das forças produtivas que impõem modificações radicais nas relações de produção” (Id.: 404).

Berlinguer e do “compromisso histórico”. Esta última experiência consolidou seu vínculo com a obra de Gramsci, autor da sua preferência, conhecido no convívio com velhos e jovens intelectuais do seu PCB.

Novo clima intelectual no PCB

A menção ao prussianismo e às modalidades *farmer* e alemã de evolução agrária já aparece nos debates do V Congresso do PCB. Todavia, essas categorias produziram novos resultados no PCB quando, na ensaística da corrente antes citada, passou-se a realçar a associação que – em sua reflexão sobre a revolução burguesa não-clássica – Lenin faz entre o problema agrário e a forma do político. A hipótese prussiana tem novo aproveitamento nos jovens publicistas brasileiros, ao tentarem apreender aquele tipo de associação numa experiência de capitalismo tardio e dependente, procurando trazer esta problematização para a práxis política de esquerda.

Como dizia um deles, aqui não tivemos um curso burguês clássico, tendo o país conhecido uma “estruturação prussiana”, cuja singularidade “estaria no fato do setor agrário mais desenvolvido em termos capitalistas – o agroexportador – ter sido desalojado do poder pelo menos desenvolvido” (Viana, 1976)⁵. E ainda: “Na situação do campo brasileiro, a ausência de um campesinato dinâmico, resultante da sua falta de vínculo com a sociedade mercantil, barraria um processo de transformações agrárias ‘à americana’. Basicamente, a questão se resolvera pela assunção de papéis capitalistas pelo grande proprietário de terras, exportador ou não” (Id.: 133). O país se moderniza sob os auspícios da política, a burguesia cresce e expande o seu domínio sem postular hegemonia social e política, sempre amparada pelo Estado, “fazendo dele seu partido político real”. Ao manter sua aliança com as oligarquias agrárias atrasadas e ao ter se realizado como classe sem haver dirigido um processo revolucionário, aquela burguesia se tornava incapaz de liderar a democratização da sociedade (Id.).

Em relação ao tempo contemporâneo, a referida ensaística chama a atenção para o caráter não-recessivo do novo regime que emergira da derrubada de Goulart e modernizara de modo conservador tanto a economia como a própria agropecuária (Vianna, 1983; Coutinho, 1986). Argumentava-se nessa literatura pecebista que, na circunstân-

5 O argumento seguia: “Isso se explica, como vimos, pela impossibilidade daquele setor em dirigir o processo de modernização dado o seu isolamento real e incontornável das demais classes, camadas e estratos sociais em emergência na sociedade civil. Mas o domínio do aparelho do Estado por parte dessa elite ‘atrasada’ no econômico lhe vai facultar um percurso extremamente rápido no sentido da adoção de novos papéis econômicos, como o do empresário agrícola, do industrial ou do financista” (Id.: 139).

cia do pós-64, o dado estratégico viria a ser a relação entre o intenso crescimento das forças produtivas nacionais e a natureza da transição democrática em pleno curso no final da década de 1970, sob impulso da lógica econômica modernizante mas dependente do oportuno desempenho dos atores políticos (Vianna, 1983).

Nessa construção, torna-se crucial o tema da complementaridade entre “transição política” e “revolução”, trazendo-se a bibliografia que realçava o caso daqueles países que haviam se modernizado tardiamente por vias autoritárias, sem ter criado uma institucionalidade política adequada (Id.). As experiências de lá e a de cá sugeriam que, à hora do colapso dos seus regimes autoritários, poder-se-ia formar aqui uma situação na qual a democratização política do país, então cada vez mais em rápido andamento, não só viria a concluir o período ditatorial como também poderia trazer – dizia outro daqueles intelectuais – “conseqüências progressistas de efeito quase revolucionário” (Konder, 1984).

No plano da “formulação da política”, esse clima intelectual representou, no PCB, um novo passo a concretizar a proposição da *Declaração de Março*, a qual já em 1958 havia rompido com o viés estagnacionista, passando a associar ao crescimento econômico o processo de complexificação social e a tendência do país à democratização política. Ao comparar a nossa via de modernização com o modelo clássico de revolução burguesa, aquela ensaística advertia que, aqui, a relação entre economia e política obedecia a uma lógica de natureza “muito mais irregular”, também podendo-se imaginar nossa modernização burguesa como uma “revolução passiva”.

Essa qualificação, sobremaneira após se apreender a nova circunstância do pós-64 como uma contra-revolução modernizadora⁶ [6], levava a se ter uma idéia de mudança social diferenciada do antigo axioma atraso/revolução. Daí se tendia a conceber o processo mudancista como uma gramsciana “guerra de posições”, no dizer de Carlos Nelson Coutinho; ou, ainda, como um processo de transformações duradouras que assumiria forma de “reformismo forte” à medida que a democratização política, intensa desde a anistia de 1979, se aprofundasse cada vez mais.

Assim ampliado a partir de meados da década de 1970, esse marxismo político implica um outro modo de colocar o problema agrário,

6 Carlos Nelson Coutinho relembra o conceito de “fascismo pelo alto” de Barrington Moore para referir-se ao que ele chama de “paradoxo aparente” de um regime “contra-revolucionário” que, como no caso do Japão pré-bélico do exemplo de Moore, aqui também se colocava à frente de um processo de intensificação do desenvolvimento das forças produtivas (Coutinho, 1986).

como se pode ver justamente na ensaística de Ivan Ribeiro, se lida como parte da chamada – em referência ao debate, anteriormente mencionado, que antecedeu a *Declaração de Março* – segunda renovação pecebista. Em vez de limitar-se à centralidade da aliança operário-camponesa, continuando o modelo marxista e leninista de revolução, a nova leitura da questão agrária – e rural – viria a conceder cada vez mais importância estratégica à relação entre a democratização social e o enraizamento progressivo da democracia política em toda a formação social; uma relação que só se assentaria com o concurso do campo da política.

A nova percepção segue a trilha aberta por Caio Prado, com sua insistência no sindicalismo, e por Alberto Passos Guimarães, autor que condicionava o tema camponês à política geral de frente única (à época, procurando mobilizar a postulação leniniana)⁷. Afastando-se da sociologia clássica das revoluções, a nova percepção iria sugerir que os camponeses fossem interpelados como uma questão relativa à condição de exclusão da “maioria da população” (no sentido do autor desta última expressão, Caio Prado) e, agora decididamente, sob o ponto de vista da “generalidade da política”. Vale dizer, como grupos que, em vez de objeto de instrumentalização a serviço de operações de poder – mesmo que chamados para projetos emancipatórios futuros –, deviam ser vistos como contingentes a serem incorporados à economia realmente existente no país e à vida nacional, em particular ao seu sistema político democratizado.

Ivan Ribeiro não chegou a consolidar propriamente seu constructo agrarista, mas deixou sugestões para uma visão renovada da reforma do mundo rural brasileiro em moldes democrático-institucionais. Seu recurso à via prussiana tem esse sentido no contexto discursivo em que o conceito volta a circular no PCB. No grupo intelectual a que pertencia Ribeiro, a noção de via prussiana era relançada tanto para servir como cânone de *interpretação* do nosso capitalismo quanto como cânone de *ciência política*. Neste caso, como um recurso útil para divisar com maior definição a problemática posta aos comunistas naquela fase final do PCB: a democratização da vida nacional, requerida pelo padrão histórico da modernização pelo alto, como uma transformação de caráter prolongado (falava-se, naqueles tempos da anistia de 1979, em reversão do prussianismo). Este era o tema em torno do qual, na época, discutia-se o caminho democrático brasileiro ao socialismo.

7 Como se sabe, uma das acepções de política exposta em *Que fazer* (1902) diz respeito à consciência que os grupos subalternos podem adquirir em suas próprias relações com as demais classes da formação social, ao se relacionarem com a dimensão da generalidade representada no Estado.

Reforma agrária sob procedimentos democráticos

Em vez de ver na modernização da agropecuária brasileira o cancelamento da reforma agrária, Ivan Ribeiro vai mostrar que a nova circunstância reformulava o problema agrário e exigia outro tipo de reformismo. Diversamente de Caio Prado Jr., que, mesmo no pós-64, mantivera sua reserva ante o crescimento do nosso capitalismo e assim teria minimizado a questão democrática (Coutinho, 1989; 1990), Ribeiro não se fecharia ao tema da modernização, mas daria um passo a mais na consolidação da idéia de reforma agrária “ampliada”. Para este conceito já apontavam alguns autores, como o próprio Caio Prado Jr., Celso Furtado e particularmente Ignacio Rangel. Com argumentos diversos, os clássicos sugeriam um reformismo que ao problema fundiário combinasse outras dimensões da questão agrária e rural, como a legislação social, no caso do historiador comunista, ou os problemas “impropriamente agrários”, como propunha Rangel em 1962, atento à associação entre a reforma agrária brasileira e o excedente populacional⁸.

Ivan Ribeiro expõe o seu argumento no texto *Agricultura e capitalismo no Brasil*, publicado originariamente em 1975, com o pseudônimo de Cláudio Barros, na revista *Études Brasiliennes*, editada pelo PCB em Paris naquela época de exílio. Ribeiro procura mostrar que a agricultura brasileira já deixara de ser o *locus* dos setores mais atrasados da economia, modernizada por um capitalismo agrário sob a égide da grande propriedade. Ao modo prussiano, um conjunto de transformações foi adaptando nossa agricultura, substituindo procedimentos “feudais” por procedimentos burgueses, constituindo um mundo onde “misérias modernas” coexistiam com “misérias antigas” (Ribeiro, 1975; 1988), conforme a conhecida expressão de Marx.

Ao recorrer à chave do prussianismo, Ribeiro tanto reconstruía teses do seu próprio partido, que ainda alimentavam a idéia de reforma agrária antifeudal e antilatifundiária, quanto interpelava visões que convocavam ações camponesas dissidentes da ordem institucional e

8 As razões de Caio Prado Jr. advinham da sua teoria sobre a natureza da formação social; no caso do argumento de Rangel, a concentração nos aspectos “impropriamente agrários” (problemas agrícolas relativos a produção e preços, especialmente os canais da intermediação. Cf. Silva, 1996; 1998) devia-se à falta de condições políticas para um vasto processo expropriatório. O próprio José Graziano da Silva, na época do primeiro governo Fernando Henrique, retomaria aquela conexão de Rangel para propor uma nova reforma agrária “não essencialmente agrícola”, ampliando o conceito (“... é preciso criar novas formas de ocupação para uma parte significativa da população brasileira que não tem qualquer qualificação profissional que os habilite a procurar outra forma de inserção produtiva no novo mundo do trabalho que se delinea já para este final de século”. Cf. Silva, op. cit.: 82).

que, ainda naqueles anos, resistiam a aceitar o reformismo agrário brasileiro. Adotava um reformismo que, há décadas, fizera seu o tema da incorporação dos camponeses à economia realmente existente no país e passara a valorizar as possibilidades de ampliação da cidadania no mundo rural. Aliás, como defendiam, desde os anos 1950, o Iseb e o próprio PCB, bem como áreas de grandes partidos, como o PTB de Jango; e, depois de 1964, não poucos ambientes de extração pluriclasista, que convergiam na resistência democrática ao regime militar.

Sem alimentar nenhuma forma de campesinismo reativo à modernização, Ivan Ribeiro destaca, na sua leitura do mundo rural que emergia na década de 1970, os grandes setores da agricultura, em que, dizia ele, não se justificava o parcelamento da propriedade e a criação de uma economia camponesa, e em que se deveria trabalhar para ampliar e melhorar as condições de trabalho, universalizar a legislação trabalhista e enraizar um largo e diversificado associativismo (Id.), nisso recordando Caio Prado Jr. O que não implicava menosprezar a economia familiar camponesa, à qual, por não ser ainda completamente capitalista, Ribeiro achava que um processo de reforma agrária *farmer* poderia trazer grandes benefícios e representar avanço considerável para vastos contingentes sociais (Id.).

Ademais, Ivan Ribeiro se mantém atento ao processo da “modernização excludente” que provocava a diferenciação “para baixo”, com a dissolução das pequenas propriedades e a transformação dos camponeses em trabalhadores volantes e assalariados nos pequenos centros urbanos regionais, num contexto de fragmentação social. Ele percebia ainda que, se os camponeses perdiam a sua definição econômico-revolucionária, “eles” adquiriam nos (ou em interação com os) grupos sucedâneos um protagonismo novo, gerando outros processos sociopolíticos que convergiam com a secularização que a expansão da mídia provocava no mundo rural, erodindo a ordem oligárquica de mando da sociedade agrária (Ribeiro, 1983).

Em suma, neste registro de Ivan Ribeiro o destino do mundo rural era visto – sob olhar inspirado na melhor tradição comunista – como capaz de renovar-se em moldes modernos. Em vez de alimentar a idéia de que a modernização só lhe traria catástrofes, essa ensaística enseja a idéia de que o mundo rural não tinha por que não se conciliar com a esfera econômico-social, com a democracia política e a cultura, tal como as cidades vinham fazendo há muitíssimo tempo, não obstante as patologias que mais e mais se acumulavam em amplas franjas do seu mundo ao mesmo tempo modernista e devastado pelas novas mazelas.

Com atualizada percepção de renovamento do país, Ivan Ribeiro interpelava sua tradição, como, por exemplo, quanto ao conceito

de democracia, compreendida, em relação ao mundo rural, de modo ambíguo, mais como incorporação econômico-social dos camponeses. Em sua idéia de reforma agrária “ampliada”, pensada no contexto de nossa modernização pelo alto, Ribeiro não sublinhava apenas as esferas da inclusão social e da revitalização econômica, mas também uma dimensão de enlace do mundo rural com a questão democrática em geral. Dir-se-ia que, neste ponto, o autor buscava um enfoque alternativo que deslocasse a problemática da reforma agrária do âmbito “estrutural” para o “institucional”. Ou seja, Ribeiro não só mobilizava sua tradição – a qual, desde meados dos anos 1950, procurava equacionar politicamente o tema agrário – como pretendia apontar processos que tornariam possível aos camponeses e trabalhadores rurais “entrar no jogo político enquanto força de classe e individualidade” (Id.); vale dizer, levá-los para dentro de um sistema político democratizado.

As outras circunstâncias vividas pelo publicista também deixaram traços na sua passagem pela academia brasileira. Não é um acaso que a vivência no socialismo real e no Chile de Allende se faça presente nos textos que Ribeiro escreveu sobre o tema rural, ajudando-o a problematizar uma das questões da sua preocupação acadêmica: a agricultura familiar. Este tema, segundo ele, era ainda pouco estudado no Brasil da segunda metade dos anos 1970. Da vivência no socialismo da Polônia e do diálogo com o economista polonês Jerzi Tepicht Ivan Ribeiro trouxe a questão da persistência da pequena produção familiar nos processos de reestruturação da agricultura. Questão que igualmente veio da via chilena ao socialismo, experimento conturbado por condutas equivocadas quanto à expropriação das pequenas e médias unidades produtivas. Pode-se dizer que de uma e de outra experiência Ribeiro extraiu o tema da função dos pequenos produtores na reforma do mundo rural brasileiro.

A propósito disso, recorde-se que, em um de seus artigos publicados no *Jornal da República* em 1979, Leandro Konder chama a atenção para o fato de que, entre os autores que àquela época mobilizavam o conceito leniniano de “via prussiana”, já estava Ivan Ribeiro, por conta do seu texto chamado *A importância da exploração familiar camponesa na América Latina*, publicado na revista de São Paulo *Temas de Ciências Humanas*, em 1978 (Konder, 1979; 1980).

Com efeito, nesse ensaio há a postulação apontada por Konder: “As particularidades da América Latina – dizia Ribeiro em 1977 – adquirem maior nitidez quando observamos a circunstância de que, no continente, a evolução do capitalismo na agricultura (com exceção do México) seguiu um caminho aproximado da via prussiana. Isso significa que os latifúndios subsistem e se convertem paulatinamente

em base da exploração capitalista da terra; conservam-se, igualmente, durante décadas, seu predomínio político, a opressão, a humilhação, a miséria e a ignorância dos camponeses. Não ocorreram revoluções burguesas do tipo clássico, através das quais a grande propriedade fosse destruída radicalmente (e, com ela, os traços pré-capitalistas), abrindo-se assim caminho para o livre desenvolvimento do capitalismo com base em propriedades familiares” (Ribeiro, 1977; 1988: 162).

Completemos essa passagem: “Como resultado, o que é definido na América Latina como exploração familiar camponesa resulta de um conceito mais elástico, englobando unidades produtivas cuja força de trabalho é obrigada a procurar ocupação fora dos limites de sua parcela e abrangendo arrendatários que cultivam as terras alugadas basicamente com sua mão-de-obra familiar. Entretanto, mantém traços comuns com a economia camponesa européia, tais como a utilização intensiva da força de trabalho no cultivo das terras e a baixa absorção de insumos industriais externos” (Id.: 162-3). Naturalmente, deriva do caso brasileiro essa generalização da hipótese prussiana para o continente, por sermos o país, como esclarecia então o próprio autor, “em que se faz sentir com mais força a versão latino-americana da via prussiana de transição ao capitalismo” (Id.: 166).

O destaque dado por Ivan Ribeiro às explorações familiares camponesas não era apenas uma “concessão” a seres que estariam condenados ao desaparecimento e à socialização, conforme a clássica previsão, mas decorria das “significativas qualidades” que reconhecia na economia camponesa⁹. Como registrava o autor, a valorização decorria de dois cuidados: de um lado, o de não se considerar os assalariados típicos e os superminifundistas como os únicos grupos “capazes de apoiar o processo de transformação na agricultura”, e, de outro, o de evitar o menosprezo dos agricultores familiares, que levava “ao estreitamento da base política necessária ao bom êxito das reformas estruturais” (Id.). No entanto, essa valorização das explorações familiares camponesas não portava conotação campesinista, ou seja, não implicava “negar a substancial importância de uma ação simultânea em relação ao setor capitalista da agricultura”, como ele próprio anotava, retomando o argumento geral nas últimas linhas do seu ensaio (Id.: 175).

Com essa trajetória, não estranha que, com o advento da Nova República, Ivan Ribeiro se licenciasse do CPDA para integrar a equipe do ministro Marcos Freire, motivado pelo que ele mesmo, à época, dizia

9 Ribeiro enumerava: fonte de emprego e de aumento da produção com técnicas não-modernas (poupando assim insumos industriais), “não podendo, porém, ser consideradas como grande potencial de acumulação de capital” (Id.: 165).

ser um combate para afirmar uma linha mais reformista na área agrária do primeiro governo civil na redemocratização da segunda metade dos anos 1980.

Uma semana antes do acidente de avião, encontrei-me com Ivan Ribeiro na Rodoviária de João Pessoa, ele vindo de Petrolina (PE), aonde fora cumprir missão de pesquisa, e eu proveniente de Campina Grande (PB), onde então residia. Ivan me relatou na ocasião que, devido à ambigüidade da Nova República, naquele momento estava demissionário da equipe da reforma agrária do governo. No entanto, ainda esperaria uma reunião do ministro Marcos Freire com o presidente Sarney, agendada para os próximos dias daquele mês de agosto de 1987, da qual ele esperava definição quanto aos rumos imediatos do Ministério da Reforma Agrária.

Referências

- Coutinho, Carlos Nelson. “A imagem de Brasil de Caio Prado Jr.” (1989). In: Id. *Cultura e sociedade no Brasil*, Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.
- _____. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. *Presença*, n. 8, ago.1986.
- Konder, Leandro. “Via prussiana” (1979). In: Id. *Os comunistas e a democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. “O atraso é tanto que o governo Tancredo terá efeito quase revolucionário”. *Tribuna da Imprensa*, 24 set. 1984.
- PCB. “Declaração do Comitê Central sobre a política do PCB” (1958). In: *Vinte anos de política*. São Paulo: Lech, 1980.
- _____. “Teses para discussão do V Congresso”. Rio de Janeiro, 1960.
- Rangel, Ignacio. *A questão agrária brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
- Ribeiro, Ivan de Otero. “Agricultura e capitalismo no Brasil” (1975). In: Id. *Agricultura, democracia e socialismo*. Org. por Carlos Nelson Coutinho e Beatriz D. de Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. “A questão agrária e a democracia”. *Presença*, n. 8, nov. 1983.
- _____. “A importância da exploração familiar camponesa na América Latina”. In: Id. *Agricultura, Democracia e Socialismo*, cit.
- Santos, Raimundo. *Caio Prado Jr. e a cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

Silva, José Graziano da. “Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola”. In: Raimundo Santos e Luiz Flávio C. Costa (Orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

Sodré, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

Vianna, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. “O problema da cidadania na hora da transição democrática”. Rio de Janeiro: Iuperj, 1983.



X. Resenhas



Autores

Gilvan Cavalcanti de Mello

Membro do Conselho Editorial da revista Política Democrática, da Fundação Astrojildo Pereira

Paulo Bonavides

Professor honoris causa da Universidade de Lisboa e fundador e diretor da Revista latino-americana de estudos constitucionais.

Uelinton Farias Alves

Jornalista e escritor.

Vicente Palermo

Cientista político e pesquisador do Instituto Torcuato di Tella – Conicet, de Buenos Aires.

Sob o ponto de vista da política

Gilvan Cavalcanti de Mello

No início do seu novo livro *Agraristas Políticos Brasileiros*, Raimundo Santos anuncia que os ensaios de sua autoria que compõem a primeira parte do volume (“Caio Prado Jr.: Valorização do Trabalho e Sindicalismo Rural”, “Alberto Passos Guimarães e a Revolução Agrária Não-camponesa” e “Ivan Ribeiro: Via Prussiana, Democracia Política e Reforma Agrária”) constituem apresentações desses autores pecebistas com especial realce no tema agrário. Santos visa configurar a matriz intelectual que inspira o “agrarismo” de tipo sindical-camponês com o qual os comunistas construíram a rede nacional de sindicatos rurais, primeiro, ao criarem, em 1954, a União dos Trabalhadores e Lavradores da Agricultura no Brasil (ULTAB) e, quase dez anos depois, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1963.

Com a intenção de divulgar resultados da pesquisa que desenvolve na Universidade Rural, o autor sublinha em cada um daqueles intelectuais o ponto mais importante da sua visão sobre o rural. Procura tornar visível a função prioritária que Caio Prado atribui aos assalariados e semi-assalariados agrícolas e seus sindicatos. Com o passar dos anos, o sindicalismo contagiano ficou conhecido por sua propensão a negociar e exigir dos governos programas públicos para a melhoria do mundo rural. Já a contribuição de Passos Guimarães consiste na valorização do camponês cujo protagonismo naquele tempo ainda estava nos seus inícios e a defesa de uma reforma que redistribuísse terras aos pequenos produtores. Em seu texto sobre Ivan Ribeiro, Santos apresenta o último intelectual pecebista especializado no tema rural

como um autor que usa referências marxistas mais amplas, inclusive o pensamento gramsciano, e oferece às esquerdas militantes a ideia de uma reforma agrária que teria condições de realizar-se no Brasil de modo contínuo sob o Estado Democrático de Direito.

Mas essa exposição não esgota todo interesse que Santos tem naqueles autores que os chama no seu livro de “agraristas políticos”, com isso propondo que sejam lidos não apenas como especialistas no agrário. Caio Prado, Passos Guimarães e Ribeiro são, para Santos, militantes que problematizam as questões agrárias e rurais segundo teorias ou hipóteses sobre o que então chamavam de revolução no sentido amplo da palavra.

Podemos ainda dizer que há no novo livro de Santos uma “novidade”, qual seja, o seu longo ensaio sobre Passos Guimarães, tem outro alcance: o de apresentar o autor de *Quatro Séculos de Latifúndio* como um dos mais representativos intelectuais do pecebismo contemporâneo. Ou seja, da “nova política” anunciada pela Declaração de Marco em 1958, há quase cinquenta anos atrás, quando então se encerrara no PCB a discussão sobre o stalinismo e o partido passou a valorizar a democracia representativa e enveredou por uma política de reformas parciais e progressivas da sociedade capitalista existente nos países.

Quem conhece outros escritos de Santos – ver a seqüência dos livros: *A Segunda Renovação Pecebista. Reflexos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no PCB – 1956-57* (Oficina do Livro, Belo Horizonte, 1988); *O Pecebismo Inconcluso* (Universidade Rural, 1992; 1994) e *Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira* (Mauad, Rio de Janeiro, 2001) –, sabe que o professor da Universidade Rural vem insistindo em associar três correntes ou vetores elaborativos que influenciaram a política dos comunistas brasileiros.

Em *Agraristas Políticos Brasileiros* reaparece o mais antigo deles – Caio Prado – e vê-se melhor o sentido que tem para o historiador a “revolução brasileira” (como chamava, sendo inclusive nome do seu livro militante) como uma ampla reforma do nosso capitalismo. Reforma que segundo ele se centrava em dois eixos: 1º) dar caráter produtivo à industrialização que Caio Prado dizia ter criado indústrias de “negócios fáceis” e 2º) incorporar ao mundo da produção os enormes contingentes empobrecidos, especialmente rurais. Também aparece de modo mais visível o tema da democracia representativa como base da estratégia de reversão do “modo prussiano” que historicamente estruturou o país, marcando tanto sua economia quanto a vida política nacional.

Com todas as dificuldades e resistências, o núcleo lúcido que se afirmou na direção do PCB após a Declaração de Marco chegou

aquela visão sobre a democracia política de modo “intuitivo”. A propósito, o ensaio de Santos sobre Passos Guimarães mostra o “lastro argumentativo” que esse último intelectual dispõe a seu partido (ver no ensaio de Santos os tópicos chamados “As Possibilidades da Revolução Reformista” e “O tempo do Socialismo Brasileiro”) nos quais o seu autor sublinha duas discussões antigas e “clássicas”: a das etapas da revolução e a das medidas parciais (ou “soluções positivas”) que, a partir daqueles tempos, converteram o PCB num operador político presente e ativo no dia-a-dia da vida nacional.

Embora não tenha tido curso completo no PCB por incompreensões do seu núcleo dirigente, essa estratégia de “reformas parciais” e democratização progressiva também será exposta com fundamentação mais contemporânea por intelectuais pecebistas da segunda metade do anos 1970.

Ao reunir num único volume os seus ensaios e textos dos próprios autores interpretados que compõem a segunda parte do livro (escolhidos dentre seus escritos agrários), Santos diz que busca vincular cada um daqueles intelectuais com o que seriam as “vertentes constituintes da matriz comunista”, com todas as ambigüidades que carregam, quais sejam: a interpretação de Brasil (Caio Prado), a habilidade no agir político (Passos Guimarães) e a hipótese prussiana, neste caso, usada por Ivan Ribeiro (por outros autores de sua geração pecebista) como ponto de partida para reinterpretar a realidade brasileira e se “adotar” a tese do “valor universal” da democracia em razão das especificidades do Brasil.

Agraristas Políticos Brasileiros reconstrói traços de uma cultura política estimulante para a esquerda democrática – comprometida com a democracia representativa e a defesa da política –, hoje dispersa pelos vários agrupamentos partidários e sem incidência política como aquela que no seu melhor tempo tinha o pequeno Partidão.

Ultimamente, Santos tem se dedicado em mostrar que em volta do pecebismo hegemônico havia “elementos discursivos” que não estariam tão alheios à produção mais robusta dos *outsiders* comunistas, tanto a dos antigos (Caio Prado é o maior exemplo) quanto a dos mais contemporâneos, sempre havendo no PCB, mesmo à margem das estruturas partidárias, um “clima intelectual” instigante.

Sobre a obra: *Agraristas Políticos Brasileiros*, Raimundo Santos, co-edição da Fundação Astrojildo Pereira-NEAD-IICA, Brasília, 2007, 198 p. [fundação@fundacaoastrojildo.org.br].

Código da vida, fragmento de um tratado

Paulo Bonavides

Código da vida. Fantástico litígio judicial de uma família: drama, suspense, surpresas e mistério, de Saulo Ramos: eis um livro cujo título evoca enredo de novela, mas que narra tragédia extraída da realidade; aquela realidade que às vezes impressiona mais que a ficção.

Paralela à exposição do drama desfilam também memórias do autor, nome dos mais conhecidos da advocacia brasileira e personalidade de influência nas altas esferas do poder. Seu guia e protetor, Vicente Ráo, fez do foro, da cátedra e da teoria do direito a razão de uma honrada vida no campo profissional. O discípulo Saulo herdou do mestre o afeto às letras jurídicas, depois de breve passagem pelo jornalismo, primeira profissão que abraçou.

Advogado e político, tornou-se ele, pela importância de sua atuação, ostensiva umas vezes, outras vezes discreta e silenciosa, à sombra dos bastidores, uma das figuras mais influentes da Nova República, em gestação. Destacou-se, sobretudo, ao raiar da crise que envolveu a Constituinte de 1987 e 1988. Tratava-se da controvérsia acerca da duração do mandato de Sarney e da malograda tentativa de introduzir o parlamentarismo, conforme pretendia a Comissão de Sistematização daquela assembléia.

Antes, no episódio da doença e morte de Tancredo Neves, já Saulo se destacara por um dos baluartes da investidura constitucional do vice-presidente na Presidência da República. Amigo de Guilherme de Almeida, discípulo de Ráo e conterrâneo e amigo de Portinari, o caipira das lavouras de café, o menino pobre do interior se fez, como já se disse, jornalista e advogado de renome. De último, ao termo de sua carreira, escreveu nesse Código da vida páginas onde, não raro, a par da ironia, transparecem a inspiração, o esto e o sentimento do poeta prosador.

Com efeito, reportando-se a um quadro de humildade, anonimato e heroísmo nas reminiscências maternas, o escritor não faz prosa, senão poesia, da mais bela inspiração, escrevendo palavras que, antes

de chegarem ao papel, já percorreram a alma e o coração: “Um dia, olhando para o céu, achei que as nuvens de minha terra tinham a marca de seus braços. Nunca reclamou de nada, vivia alegre e suas risadas gostosas são um dos melhores sonhos que guardo de minha infância, junto com o canto da passarada nas madrugadas rurais e azuis de Cravinhos. Isso me engasga e molha os olhos que, com o tempo, foram aprendendo a conter lágrimas para a garganta engolir em seco. Para mim, hoje a saudade é um soluço de lágrimas retidas. Sinto a humidade delas em minha alma”

Impregnada desse mesmo substrato de humanismo e sensibilidade, a saudade retorna na página 263; a saudade “julgada e condenada à revelia, sem advogado que a defenda”. Saudade de Ribeirão Preto e de Cravinhos. E exclama: “Não há defesa para a melancolia de estar longe do ventre de minha infância. A saudade dói, mas não transita em julgado. Carlos Drummond apenas descobriu que ela dóia”.

Com percuciência, poder de síntese, maturidade de reflexão, Saulo condensou em outro lugar a ciência do direito numa lição de poucas palavras: “O direito nem sempre é a lei. É a justiça que busca a felicidade do ser humano, e não a obediência cega a um preceito formal. Muitas vezes, acima da força da lei, está o poder da razão.” É verdade. Sem haver sido professor de faculdade, ou autor de livros jurídicos, teve didática bastante por trasladar ao leitor com clareza, evidência e simplicidade um conceito elementar de direito que não há superior em manuais e compêndios de filosofia do direito. Percebeu o batalhador de inumeráveis lides forenses que o direito bem compreendido, bem formulado, bem aplicado, insere nas relações humanas o primado da legitimidade, debaixo da tutela da ordem normativa estabelecida.

O Código de Saulo, todavia, não é o direito, é a vida. São 467 páginas onde ele gravou o depoimento de uma existência. Seu relatório de sucessos existenciais referidos à política constitui subsídio para o historiador. Lembra do mesmo passo outro, não menos valioso, do paraibano Drault Ernani, matuto das Espinharas nascido numa família do Seridó e, por obra do destino, opulento banqueiro da Casa das Pedras, que hospedava no Rio de Janeiro chefes de Estado, rainhas e primeiros-ministros.

Confidente de generais e presidentes da ditadura militar, Drault escreveu em 1988 *Meninos eu vi...e agora posso contar* (Editora Record). A frase intitulou as memórias de um homem que, como Saulo, viu por igual a história passar de perto, descobrindo o rosto que a publicidade não lograva revelar. História desenrolada aos olhos, aos

pés, aos ouvidos de ambos; obviamente guardada até então no sigilo e silêncio das omissões e lacunas.

A expressão *meninos eu vi*, que se nos depara em dois distintos lugares do Código de Saulo, nas páginas 97 e 360, possui certa magia persuasiva; aquele poder aparente de inculcar certeza, desvendar mistérios, decifrar enigmas. O livro de Saulo se acha escrito em estilo que agrada pela fluência e simplicidade e elegância de linguagem, como sói ser a dos bons jornalistas e dos advogados que se afeçoaram à prosa rasa e direta da comunicação objetiva.

Nele avultam fatos e revelações e episódios que ajudam a elucidar e compreender como a República pôde atravessar a crise institucional da década de 80. Governo e constituinte, que nem sempre mantinham relações amenas e convergentes, achavam com freqüência dificuldade de executar a tarefa da restauração democrática e afastar o fantasma da recaída nos abismos da ditadura e do retrocesso.

A aliança conservadora do Centrão pôs abaixo a hegemonia constituinte da Comissão de Sistematização, recolocando a forma presidencial de governo na base do regime. Cerrou as portas do sistema à introdução do parlamentarismo, salvo pela via, depois exaurida e malograda, do plebiscito previsto nas Disposições Transitórias.

Promulgada a Constituição de 1988, da qual Saulo Ramos fora um constituinte invisível, mas poderoso, sentado na cadeira de consultor geral da República, pôde o governo de Sarney, com a eleição direta de Collor, fechar o ciclo da transição e festejar com a restauração constitucional o advento da Nova República. Enfim, as memórias de Saulo, a meu parecer, se cifram no fragmento de um tratado sobre o meio, a época e a vida; lembranças avulsas de advogado, sobretudo de conselheiro daquele presidente que, em determinadas ocasiões, o colocou intangível na crista dos acontecimentos e na vanguarda do poder.

E o fez assim testemunha e protagonista daquela história, soterrada em bastidores, que nem sempre vem à luz com a pureza da verdade e a força da razão, para ter influxo corretivo e desviar do erro gestores de futuras gerações a quem se entrega a governança de uma nação.

Sobre a obra: *Código da vida*, de Saulo Ramos, Editora Planeta do Brasil, 2007, São Paulo, 467 p.



Guerreiras da sombra

Uelinton Farias Alves

Poucos registros realizados sobre o passado são tão expressivos como os que se referem à história das mulheres brasileiras, conhecidas pelo seu empreendedorismo nato, bem como pela convicção guerreira com que se entregam à luta. Num recorte epistemológico, há ainda um caso mais específico, que tem a ver, a princípio, com a travessia do Atlântico, o processo civilizatório de um modo geral e, certamente, a evolução da escravidão africana entre nós.

Trata-se aqui da chegada das mulheres negras no Novo Mundo, sobretudo no Brasil, a chamada terra prometida, para a qual foram trazidas (à força, diga-se a bem da verdade) centenas de milhares dessas mulheres para o subjugo senhorial, os maus-tratos constantes, a sevícia, o eito, e o silêncio amordaçante das casas grandes e das senzalas.

Violência e opressão, por assim dizer, perfazem a trajetória das mulheres negras do Brasil, expressão, aliás, recortada de uma fala de Maria Nascimento, da década de 1950, como liderança do Teatro Experimental do Negro, numa nítida intenção de dizer que, elas, mulheres negras, estavam aptas a usufruir, sem maiores contestações, “dos benefícios da civilização e da cultura” do país de então, aspecto significativo e desafiador para a época, ao mesmo tempo expressivo, não só para estabelecer a quebra de paradigmas, igualmente necessária, mas também para marcar o ponto seminal entre as culturas, de raízes centenárias e africanas, provindas do mais longínquo ancestralismo.

Inequivocamente, cumpre esse papel, com bastante segurança, o livro *Mulheres negras do Brasil*, de Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, apresentado concisamente por Sueli Carneiro, a mesma que nos lembra que os passos das mulheres negras “vêm de longe”, e que, numa linguagem instigadora, resgata os primórdios do quilombismo e da negritude, ao mesmo tempo que mapeia os caminhos e descaminhos percorridos ao longo dos séculos.

Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, com esse livro, põem o dedo na ferida, expõem dores e mazelas de vidas infelizmente ainda bastante invisíveis em nossa sociedade.

Falar de mulheres negras, no entanto, não como organização institucional ou movimento de classe, é arriscar-se às controvertidas polémicas que vêm opondo negros e brancos, homens e mulheres, de um lado e de outro, acirrados em torno das cotas universitárias e pela disputa sem tréguas ao mundo do trabalho.

Os autores, todavia, ao abordarem competentemente histórias tão complexas, retiradas de contextos tão díspares e antagônicos, transpõem os umbrais dos grandes desafios que uma obra desse porte oferece a qualquer organizador.

Na verdade, Schuma e Érico, em termos de resultados, conseguem harmonizar algo parecido a uma babel, pautada no entrechoque de culturas multifacetadas, em parte em função da violência originária de antigas guerras, ou guerrilhas, em parte devido aos rompimentos umbilicais dos fortes laços familiares.

Já o Brasil, fértil em terras quilombolas, diferente dos Estados Unidos e de qualquer país europeu, talvez pelo seu tropicalismo, pode ter ajudado no florescimento favorável desse clímax de adaptação e sobrevida, de movimentação política e sincretismo religioso, em prol do matriarcado e da revolução.

No caso brasileiro, as mulheres negras, no entanto, assumem destaque especial, salutarmente relevante, agora plenamente demonstrado através das histórias aqui reveladas. É importante sabermos que, desde os primeiros séculos, houve mulheres negras poderosas. É o espelho. Não só mulheres negras dominadas, mas dominadoras; não só submissas, mas também as que não se deixavam abater jamais diante das adversidades. *Mulheres negras do Brasil*, o livro, por si só traz consigo a missão de desconstruir o retrato sem retoques de um país cordial, de face única, ao contrário do establishment estabelecido pelo projeto da democracia racial brasileira.

O livro leva em conta também mulheres como a líder Aqualtune, do Quilombo dos Palmares, Luiza Mahin, da revolta dos Malês, Maria Firmina dos Reis (a primeira romancista, com a publicação de Úrsula), Paula Baiana, a fuzileira honorária à caráter, Joana Batista da Rocha, co-autora do Frevo das Vassourinhas, o clássico da nossa MPB mais tocado de todos os tempos, Chiquinha Gonzaga, Chica da Silva, a negra aristocrata, Antonieta de Barros, no parlamento, e, no atletismo, Melania Luz. Tantas e tão anônimas.

No rastro delas, porém, muitas existiram e existem como Matilde Ribeiro, Benedita da Silva, Daiane dos Santos, Marina Silva, Maria Carmem Barbosa, Ruth de Souza, Alaíde Costa etc. São atalhos que

se transformaram em caminhos desde o forçado marco migratório. Por intermédio desses relatos biográficos (e das imagens ricamente reproduzidas), conhecemos experiências de vida de impressionantes mulheres que de tudo enfrentaram, na medida de suas forças e suas atitudes, como verdadeiras guerrilheiras, espécimes de protomártir do movimento feminista.

Em todas as áreas, como demonstram Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, a presença das mulheres negras é marcante, do campo social ao político, da medicina à cultura, dos esportes à religião, da música à culinária. Resulta daí um dos maiores méritos desse trabalho, e, sem dúvida, dos seus autores, que é a desconstrução da invisibilidade de importantes mulheres que viveram e vivem, injustificadamente, eclipsadas sob suas próprias sombras.

Sobre a obra: *Mulheres negras do Brasil*, de Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, 2007, Senac Editora e REDEH, São Paulo, 496 p.

*

Stefan Sweig: Brasil, um país do presente

Vicente Palermo

Todo mundo conhece, quase ninguém leu, muito poucos lerão. Acho que isto pode ser dito de um dos mais ambíguos clássicos brasileiros, o *Brasil, um país do futuro*, do vienês Stefan Zweig (escritor injustamente tido como mediocre por grande parte da academia e da crítica literária doméstica). Passei muitos anos com peso na consciência por não ter lido a *obrinha*, até que uma excelente *pocket edition* recente, com prefácio de Alberto Dines e tradução de Kristina Michaelles forneceu-me a ocasião para me redimir. Em uma primeira leitura, deixe-me levar por suas páginas fáceis e muito agradáveis, aparentemente superficiais. Gosto muito de Zweig – do escritor tanto como do homem – e não foi difícil acariciar com meus olhos, fraseados como o seguinte: “Algumas das coisas singulares que tornam o Rio tão colorido e pitoresco já estão ameaçadas. Sobretudo as favelas... Os brasileiros não gostam de falar delas... Mas as favelas dão um colorido especial a esse caleidoscópio, e pelo menos uma dessas estrelas no mosaico deveria ser conservada...”. Frases que, com certeza, fariam com que o pedantismo de alguns os fizesse rir... Haja candor!

Mas acredito que por trás da pátina de ingenuidade com que os anos têm coberto o ensaio de Zweig, escondem-se umas intuições extremamente sagazes. E que muito nos diz da cultura e da política brasileiras de hoje, o fato mesmo de que ao invés de ser lembrada por sua clarividência, a *obrinha* não passe de ser considerada como uma grande metáfora do *jeito brasileiro de fracassar*: “promessa perpétua (debocha ele, esse tal jeito brasileiro), futuro que nunca vem, estúpido curtir da esperança como negação da dolorosa realidade”.

O legítimo valor do ensaio do vienês (que mal poderia ser considerado austríaco, mas sim um europeu cosmopolita) pode ser melhor percebido na tela de fundo de sua belíssima autobiografia, *O mundo que eu vi. Memórias de um europeu*, redigida logo depois de *Brasil...*, e portanto pouco antes de seu suicídio, junto com Lotte, sua mulher, em Petrópolis. Lendo essas estremecedoras memórias, pode-se compreender claramente como o equilíbrio emocional de Zweig foi sendo

demolido na medida em que o encantado mundo europeu de entre-séculos foi-se esfacelando nos cinco lustros que transcorrem entre 1914 e 1939, vítima dos monstros engendrados pelos sonhos da razão dos próprios europeus, o nacionalismo, a luta de classes e o racismo. Ora, não estou dando de barato a correção das percepções de Zweig no que tange à crise civilizatória ocidental; só assinalo que quando ele – atormentado já pelo que julga como um inevitável desabamento de seu mundo, e tentado, portanto, como sempre tem acontecido nestes casos, a deixar levar sua mente e seu coração para um passado que não pôde então senão ser mitificado – chega pela primeira vez ao Brasil (agosto de 1936) descobre, deslumbrado, uma arcádia que pode deslocar para o futuro porque, segundo ele vê, está realizando rãpidamente aquele futuro, tanto assim que dá para apreciar seus gratos traços nesse presente.

Mas, por que o Brasil de 1936, o Brasil que ainda não tinha deixado atrás as mazelas de República Velha e estava já à beira do Estado Novo, pôde ser visto – numa miragem, dirão muito leitores – como um país dos sonhos, não dos pesadelos, do futuro? Porque o Brasil que acredita ver Zweig é, justamente, uma sociedade livre dos monstros dos quais ele procurou inútilmente fugir (acredito que seu suicídio não se explica porque a sociedade brasileira tivesse logo desiluido Zweig, mas sim por aquilo que acontece com tantos perseguidos que não podem aturar vivos a morte de seus mundos mais próprios, sociais, culturais e até familiares). Com efeito, Zweig não percebe nacionalismo no Brasil – percebe cá um orgulho nacional pacífico, autoconfiante, nada xenófobo nem agressivo. Um país satisfeito com suas fronteiras, e livre de redentorismo territorialista. Também a luta de classes não forma parte do panorama social brasileiro que vê Zweig. O Brasil é uma sociedade de contrastes, mas esses contrastes parecem estar presididos por um certo espírito de harmonia, uma bonomia natural, uma predisposição para a integração e não para a contraposição social. Por fim, no que diz respeito ao pior dos pesadelos que torturavam Zweig, o racismo, não faltam-lhe motivações subjetivas para achar o Brasil decididamente paradisíaco. Vê no Brasil uma sociedade multirracial mas não ao jeito norte-americano, aonde os direitos republicanos coexistiam (muito mal, diga-se de passagem, em vários estados da União) com um denso racismo cultural e um nítido afastamento das “raças” (seja o que for que essa elusiva palavra signifique).

É claro, Zweig não somente escrevia. Lia também. Ele não podia ignorar idéias novas, que ainda não tinham transposto os limites da elite cultural (v.g., *Raízes do Brasil* é publicado pela primeira vez em 1936). Mas Zweig confiava sobretudo em suas percepções, e passava

tudo aquilo que catava em suas leituras pelo crivo de suas próprias procuras, anseios e padrões normativos. É difícil perceber na leitura e na recriação literária que faz do Brasil, a carga crítica acarretada no conceito de *homem cordial* de Sérgio Buarque.

Bom; e daí? O que tem a ver isso tudo com o Brasil de hoje? Já disse que muitos leitores não vêem em Zweig outra coisa além de uma metáfora vetusta do jeito brasileiro de fracassar. Mas todo país tem seus modos de expressar seus fracassos, ainda os mais bem sucedidos – a assim chamada fracassomania nada tem de particularmente brasileira, o número de fracassômanos foi, é e sempre será grande Brasil e mundo fora, e acho os fracassômanos simpáticos e até necessários, embora eu não me conte em suas filas. Porém, acredito que o Brasil é hoje o país daquele futuro almejado por Zweig bem mais do que se pode pensar num primeiro olhar.

Sou argentino, liberal-republicano e de centro-esquerda (embora leve um sei lá quê de populista, não tão insignificante como a grande maioria de meus amigos gosta de acreditar); por tanto é evidente que não posso gostar de nacionalismos, e não gosto do nacionalismo brasileiro. Porém, parece-me evidente que o nacionalismo brasileiro é bem menos tóxico que seu irmão argentino. O nacionalismo argentino é atormentado, carrancudo, é uma flor cultivada no fértil terreno da *decadência* (não estou sugerindo que a Argentina seja um país decadente, não cabe discutir isso aqui), e leva um amargo pingão de ressentimento. É um nacionalismo que pode, para lançar mão de um exemplo recente, dar licença para a reação crispada (do governo e de uma parte da sociedade argentina) perante Uruguai na dissensão sobre as “papeleras” em Fray Bentos (reação que contrasta de modo patente com aquela do governo brasileiro na dissensão com a Bolívia sobre a Petrobras – embora não faltaram intelectuais que flamejaram a bandeira da dignidade nacional, não tiveram, ainda bem, a repercussão nem social nem oficial que eles esperavam). É claro que aqueles brasileiros que se consideram a si mesmos nacionalistas (isto é, aqueles que acreditam que o brasileiro “é pouco nacionalista”, e que o Brasil se daria melhor com mais nacionalismo) são – mas só nesta obsessão – chatos pra caramba, mas isso é assim com os assim ditos de nacionalistas em todas partes do mundo.

É evidente que os exercícios de recuperação da autoestima nos quais sucessivos presidentes acreditam necessário ingressar – ou incorrer, não é momento de discutir isso, mas sim de observar que FHC e Lula têm apresentado uma perfeita continuidade neste ponto – levam em si uma certa empolgação nacionalista, mas isso tem um tanto de festivo e, sobre tudo, não tem a típica indignação argentina contra

o mundo (puxa – pergunta-se Lula – como é que nós brasileiros podemos ter do Brasil uma visão muito mais negativa que a de fora?).

E a luta de classes? Bem, obrigado. Mas, outra vez na perspectiva comparada, dá para ver que a conflitividade social tem sido, ao longo do século XX, bem menor no Brasil que nos outros países do Cone Sul com os quais a comparação poderia fazer algum sentido. Embora o Brasil tenha fundado um partido trabalhista de novo cunho, o componente de luta social inter-classes tem relevância explicativa maior na história argentina, chilena ou uruguaia. Deixo para o leitor tirar suas conclusões no que tange à positividade ou negatividade deste traço social, mas parece-me claro que o imaginário social brasileiro, mais hierárquico e menos plebeu que, por exemplo, o argentino, continua sendo de integração mais que de contraposição.

Fica-nos ainda a questão do racismo. Tal vez seja nesta seara aonde se apresentem as maiores novidades – como faca de dois gumes. Porque por um lado, é claro, o Brasil deixou para trás há muito tempo a auto-representação como paraíso da miscigenação, aonde o cruzamento inter-racial coexiste com a diversidade étnica sem ingredientes de racismo. No Brasil existe preconceito racial sim, e ele é até brutal. Mas, por outro lado, este auto-reconhecimento, embora necessário, pode estar desaguando num acirramento de diferenças identitárias com orientações comunitaristas e traços paradoxalmente racistas. A política de cotas que o diga.

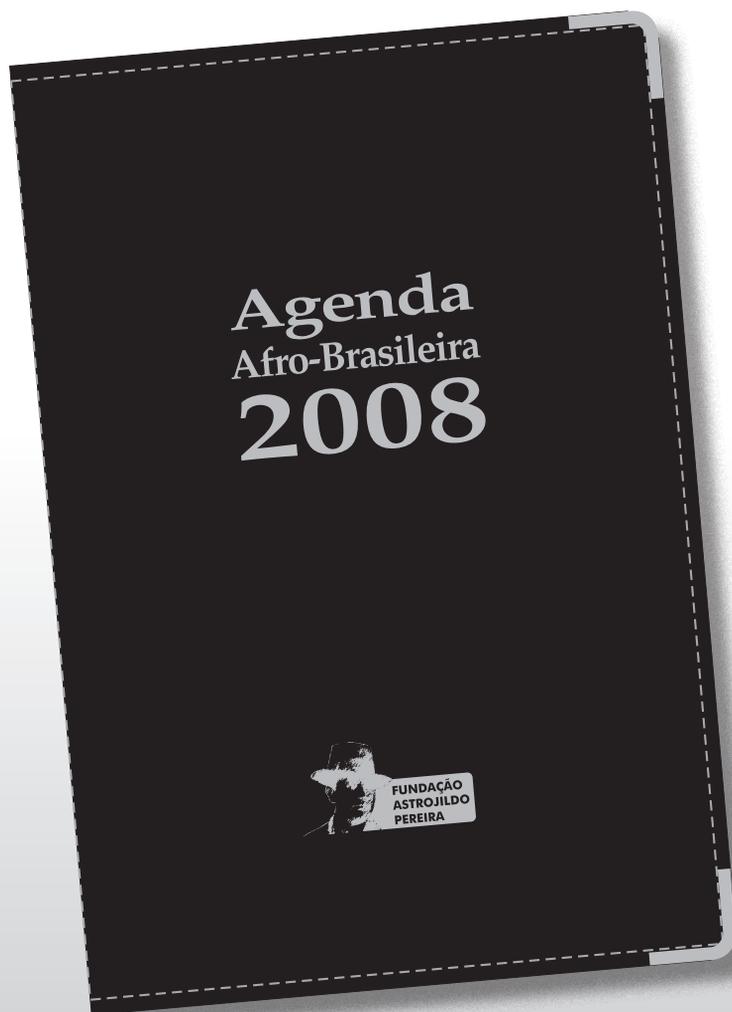
Feitas a contas, vale a pena exumar de sua desdenhada sepultura o ensaio de Zweig. Em grande medida, o Brasil que ele imaginou, é o Brasil que vivemos hoje. O fato de que tenha passado tão desapercibido que o vienês acertara na mosca em 1941, é expressivo de problemas que tem a sociedade brasileira – como toda sociedade dinâmica contemporânea – para conhecer-se a si mesma.

Sobre a obra: *Brasil, país do futuro*, de Stefan Zweig, 1941, Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 296 p.





Para comemorar os
120 anos da Abolição da Escravatura,
a Fundação Astrojildo Pereira organizou
a sua Agenda Política e Cultural para 2008



Faça sua reserva ou compre pelo portal
www.fundacaoastrojildo.org.br

PRODUÇÃO EDITORIAL



Projeto e Edição Final
Tereza Vitale

CLSW 302 • Bloco B • Sala 123 • Ed. Park Center
CEP 70673-612 • Setor Sudoeste
Fone (61) 3033-3704/9986-3632
tereza@intertexto.net

Ficha Técnica

Corpo do texto: Bookman Old Style (10/12, 8)
Títulos: Bookman (20/24)

Papel

Reciclado 75g/m² (miolo)

Papel off-set 100% reciclado, produzido em
escala industrial, a partir de aparas pré e pós-consumo.

Distribuição: **Fundação Astrojildo Pereira**

Fone: (61) 3224-2269 · Fax: (61) 3226-9756

e-mail: contato@fundacaoastrojildo.org.br

www.fundacaoastrojildo.org.br